

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA  
Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses



**A DUPLA CONFORME EM RECURSO CÍVEL**  
A Conformidade Decisória em Especial

Joana Lima Ferreira

Lisboa  
2019

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA  
Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses



**A DUPLA CONFORME EM RECURSO CÍVEL**  
A Conformidade Decisória em Especial

Joana Lima Ferreira

*Dissertação orientada pelo Professor*  
*Doutor Rui Pinto*

Lisboa  
2019

*Agradecimentos,*

*À minha mãe e à minha tia, pela paciência e apoio constante durante todo este processo.*

*Aos meus amigos, pela ajuda conselhos e companheirismo nos momentos difíceis.*

*Por último, à Faculdade de Direito, em especial ao professor Rui Pinto – um forte agradecimento.*

- SIGLAS E ABREVIATURAS -

Ac. – Acórdão

Al./Als. – Alínea/Alíneas

Art./Arts. – Artigo/Artigos

CC – Código Civil

Cfr. – Conforme

Coord. - Coordenadores

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

CPTA - Código de Processo dos Tribunais Administrativos

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

LOSJ – Lei da Organização do Sistema Judiciário

N.º - Número

P.e. – Por exemplo

STA - Supremo Tribunal Administrativo

STJ – Supremo Tribunal da Justiça

TCA - Tribunal Central Administrativo

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

Sempre que se cite uma disposição legal sem mais referência, entenda-se que pertence ao Código de Processo Civil Português, na redação atual.

## - RESUMO -

A dupla conforme consiste num pressuposto negativo de admissibilidade do recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça, pelo que foi precisamente introduzida, com o propósito de filtrar o acesso a esta instância máxima.

Este pressuposto, que se encontra presente no n.º3 do art.º 671 do Código de Processo Civil, verifica-se sempre que acórdão da Relação confirme, sem voto de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão proferida pela 1.ª instância.

Assim, podemos afirmar que a dupla conforme apresenta três requisitos de aplicação: a ausência de voto de vencido, a fundamentação essencialmente idêntica, e a conformidade decisória.

O requisito da conformidade decisória, o mais importante e objeto da presente dissertação, é o que mais tem levantado problemas, no sentido em que tanto na doutrina como na jurisprudência, o caminho tem-se dividido, dando origem a duas posições distintas: a tese da dupla conforme plena e a tese da dupla conforme mitigada. A primeira defende que para estarmos perante uma dupla conforme, o acórdão da Relação deverá ter confirmado exata e irrestritamente, o proferido na decisão da 1.ª instância. Por sua vez, a segunda teoria, mais recente, veio defender que, perante uma desconformidade quantitativa entre as instâncias, ainda assim se deve considerar por verificada uma dupla conforme.

Ora, esta dualidade de entendimentos têm dado origem a decisões diferentes no âmbito de admissibilidade dos recursos para o Supremo, sendo que, pretendemos com a presente dissertação, aprofundar a problemática existente em torno da dupla conforme na sua vertente da conformidade decisória, fazendo uma abordagem aprofundada das teorias existentes e fazendo sempre referência à controvérsia no âmbito da jurisprudência, procurando por fim, tomar uma posição e chegar a uma solução adequada de aplicação da regra da dupla conforme.

**Palavras-chave:** Dupla Conforme – Recurso de Revista – Conformidade Decisória  
– Conformidade Essencial de Fundamentação - Revista Excecional

## - ABSTRACT -

The double conformity consists of a negative assumption of the admissibility of the review appeal to the Supreme Court of Justice, as it was precisely introduced, with the purpose of filtering access to this maximum instance.

This assumption, which is present in no. 3 of article 671 of the Code of Civil Procedure, it is always verified when the judgment of the Relation confirms, without a vote of defeat and without essentially different reasoning, the decision pronounced by the 1st instance.

Thus, we can affirm that the double conformity complies with three requirements of application: the absence of a vote of defeat, the essentially identical reasoning, and the conformity of decision.

This last one, which is the most important requirement and the object of this dissertation, is the one that has raised the most problems in the sense that in both doctrine and jurisprudence the path has been divided into two distinct positions: the thesis of the pair in full and the thesis of the pair as mitigated. The first argues that in order to be before a compliant couple, the Relation judgment must have confirmed exactly and unrestrictedly, the one pronounced by the decision of the first instance. On the other hand, the second theory, more recent, came to argue that, faced with a quantitative disagreement between the instances, it should nevertheless be considered as a double conformity.

However, this duality of understandings has given rise to different decisions regarding the admissibility of appeals to the Supreme Court, and we intend, with this dissertation, to deepen the existing problematic of the double according to its aspect of decision compliance, taking an approach of the existing theories and always making reference to the controversy within the jurisprudence, seeking, finally, to take a position and to arrive at an appropriate solution of application of the rule of double conformity.

Key-words: Double Conformity - Revision of appeal – Decision conformity  
– Essencial Conformity of Fundamentation – Exceptional Review

## - ÍNDICE -

INTRODUÇÃO .....	9
PARTE I – O PRESSUPOSTO DA DUPLA CONFORME.....	11
1. ENQUADRAMENTO - O Recurso de Revista .....	11
1.1. Objeto do Recurso de Revista .....	13
2. CONCEITO E PRESSUPOSTO DA DUPLA CONFORME .....	16
3. ORIGEM LEGISLATIVA.....	17
A. No Código de Processo Civil de 1995 .....	17
B. No Código de Processo Civil de 2007 .....	18
C. No Código de Processo Civil de 2013 – Versão atual.....	22
4. REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA DUPLA CONFORME .....	25
4.1. AUSÊNCIA DE VOTO DE VENCIDO .....	26
4.2. CONFORMIDADE ESSENCIAL DE FUNDAMENTAÇÃO .....	27
4.2.1. A Qualificação Jurídica dos Factos .....	28
4.2.2. O Conceito de “Essencialmente Diferente” .....	32
4.2.3. A Conformidade Essencial de Fundamentação na Jurisprudência .....	33
4.3. CONFORMIDADE DECISÓRIA – Remissão .....	39
5. EXCEÇÕES À DUPLA CONFORME .....	39
5.1. A Revista Extraordinária.....	40
5.2. A Revista Excepcional .....	41
5.3. O Direito Transitório.....	44
6. CONSEQUÊNCIAS DA APLICAÇÃO DA DUPLA CONFORME .....	44
7. DIREITO COMPARADO .....	45
7.1. Na Ordem Jurídica Interna .....	45
7.2. Nas Ordens Jurídicas Externas .....	46
PARTE II - O REQUISITO DA CONFORMIDADE DECISÓRIA .....	49
1. A CONFORMIDADE DECISÓRIA – Uma primeira análise .....	49
2. DIMENSÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA .....	51
3. CONFORMIDADE DECISÓRIA – TEORIAS ADOTADAS.....	53
3.1. Teoria da Dupla Conforme Plena.....	53
3.2. Teoria da Dupla Conforme Mitigada .....	55
3.2.1. O Recurso Subordinado .....	58
3.2.2. A Pluralidade de Partes .....	63

3.2.3. A Pluralidade de Pedidos e/ou Segmentos Decisórios .....	66
3.2.4. Os Pedidos Genéricos .....	68
3.2.5. A Dupla Conforme em Matéria de Facto .....	69
3.3. Outras Posições - Teoria da Relação de Inclusão Quantitativa .....	70
4. A CONFORMIDADE DECISÓRIA NA JURISPRUDÊNCIA .....	74
4.1. Acórdão do Supremo de 14 de abril de 2015 .....	81
5. POSIÇÃO ADOTADA .....	84
CONCLUSÃO .....	94
BIBLIOGRAFIA .....	97
JURISPRUDÊNCIA .....	100



## - INTRODUÇÃO -

O presente trabalho versa sobre a dupla conforme enquanto pressuposto negativo de admissibilidade do recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça. Trata-se de uma figura que, a nosso ver, não tem recebido atenção suficiente pela doutrina, sendo que, no âmbito da pouca atenção que lhe tem sido dada, tem sido alvo de grande discordância, aqui tanto ao nível da doutrina, como da jurisprudência. Assim, e com o objetivo de procurar soluções para uma melhor concretização desta figura, pretendemos densificar um pouco mais o tema.

A regra da dupla conforme, prevista no n.º 3 do art.º 671 do Código de Processo Civil, é antes de mais um entrave à interposição de recurso para o Supremo Tribunal da Justiça, sendo que, se o acórdão da Relação se pronuncia no mesmo sentido que o tribunal de 1.ª instância, então dele não poderá haver recurso para o Supremo.

Apesar de parecer uma regra bastante clara, na prática, a sua aplicação tem sido bastante controversa, uma vez que não tem sido tão linear, interpretar que situações se subjugam a esta figura. Naturalmente, é clara a existência de uma dupla conforme nos casos em que ambas as instâncias decidem exatamente no mesmo sentido. Contudo, fora destes casos, tem sido entendido por parte da doutrina e da jurisprudência, que nos casos em que embora a Relação não decida exatamente no mesmo sentido que a 1.ª instância, ainda assim se considere que existe dupla conforme, obstando assim à interposição do recurso de revista.

Para se verificar uma situação de dupla conforme, terão de estar presentes três requisitos de aplicação: ausência de voto de vencido, uma conformidade essencial de fundamentação, e finalmente, uma conformidade decisória.

O primeiro requisito exige assim uma unanimidade de votos de entre a totalidade de juízes da Relação que apreciem a causa. Quanto ao segundo requisito, o mais recentemente introduzido pela Reforma de 2013, consiste na conformidade essencial da fundamentação. Este requisito é de facto o mais recente, tendo sido introduzido pela reforma de 2013, sendo que até então, a fundamentação utilizada pela Relação poderia ser completamente diferente da adotada pela 1.ª instância, que mesmo assim ainda se verificava uma dupla conforme. Contudo, como será abordado em capítulo próprio, surgiu a necessidade de aproximar as fundamentações destas instâncias, no sentido de

aproximar o percurso que levou à mesma decisão, e assim, se afirmar que, de facto, existe uma conformidade entre o decidido por ambas as instâncias.

O último requisito prende-se com a conformidade decisória, que a nosso ver, consiste na *ratio* da dupla conforme. Tratando-se do objeto central da presente dissertação e revestindo assim o requisito mais relevante da figura da dupla conforme, este requisito é de facto o mais polémico e problemático, no sentido em que tanto na doutrina e consequentemente na jurisprudência tem sido alvo de grande discordância.

A questão central reside na dualidade de entendimentos que reside sobre este requisito, entre os autores e juízes conselheiros que defendem uma teoria plena da dupla conforme, assente na conformidade irrestrita e exata do acórdão da Relação com a decisão de 1.<sup>a</sup> instância – a teoria da dupla conforme plena - e entre outros que vieram defender uma teoria mais recente, adaptando a dupla conforme a uma realidade mais racional, ao entender que se verifica esta figura, ainda que as decisões das instâncias sejam quantitativamente diferentes – a teoria da dupla conforme mitigada.

O problema do surgimento desta última teoria, que outras originou e que serão abordadas ao longo da presente dissertação, é que veio dividir a doutrina, mais importante, a jurisprudência, dando origem a uma dualidade de tratamento de casos concretos, que apesar de semelhantes na sua situação de facto e se subsumirem à mesma legislação, como seja, ao n.º3 do art.º 671 do Código de Processo Civil referente à dupla conforme, têm sido alvo de soluções diferentes no âmbito da admissibilidade dos recursos pelo Supremo, consoante a teoria que defendam.

De tudo o exposto, pretende-se com o presente trabalho, abordar a problemática em torno da figura da dupla conforme, dando uma atenção especial ao requisito da conformidade decisória, ao explorar as várias teorias existentes, fazendo sempre uma abordagem e referência simultânea a casos concretos na jurisprudência, com o grande propósito de chegar a uma conclusão lógica de aplicação da regra da dupla conforme.

## - PARTE I –

### O PRESSUPOSTO DA DUPLA CONFORME

#### 1. ENQUADRAMENTO - *O Recurso de Revista*

A figura da dupla conforme, reveste, antes de mais, um pressuposto de admissibilidade do recurso de revista, junto com o pressuposto da legitimidade do recorrente previsto nos termos do art.º 631 do CPC, e os pressupostos da tempestividade e da recorribilidade do recurso, previstos no n.º1 do art.º 638 e art.º 629 do CPC, respetivamente. Contudo, note-se que a dupla conforme, é um pressuposto negativo. Pelo que a sua verificação, ao contrário dos pressupostos referidos supra, obsta à interposição do recurso.

O recurso de revista vem previsto no art. 671.º do CPC. Trata-se de um tipo de recurso, i.e., uma forma de impugnação de decisões judiciais, vindo portanto previsto no regime geral de recursos, plasmado nos arts. 627.º e seguintes do CPC.

Trata-se de um tipo de recurso ordinário, a par do recurso de apelação, cfr. vem previsto no n.º2 do art.º 627 do CPC.<sup>1</sup>

O recurso de apelação, que é o recurso-regra como o conhecemos, é o recurso interposto para a Relação de decisões de 1ª instância, enquanto que o recurso de revista, cujo objeto abordaremos de seguida, é o recurso interposto para o Supremo Tribunal da Justiça, de acórdãos da Relação que por sua vez, já apreciaram decisões de 1ª instância.

O recurso de revista é, por natureza, mais excecional que o recurso de apelação, pois ocorre num segundo momento, ou melhor, num segundo nível, em que, por respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição garantido pela Constituição, concede-se ao recorrente, uma segunda oportunidade de reapreciação da decisão de que foi

---

<sup>1</sup> Nos termos deste n.º2 do art.º 627, os recursos podem ser ordinários ou extraordinários, sendo que os primeiros pressupõem decisões que ainda não transitaram em julgado, portanto, decisões sobre as quais ainda não decorreu o prazo ordinário para impugnação, previsto no n.º1 do art.º 638 do CPC. Pelo contrário, os recursos extraordinários podem ser interpostos depois de decorrido tal prazo para impugnação, portanto tratam-se aqui de decisões que já transitaram em julgado, mas que devido a situações extraordinárias, ainda assim é possível interpor recurso. Como recursos extraordinários, falamos aqui no recurso de uniformização para jurisprudência e no recurso de revisão, previstos nos artigos 688.º e seguintes e 696.º e seguintes do CPC, respetivamente.

destinatário, atentos os valores da causa, a respetiva alçada e o valor da sucumbência.<sup>2</sup> Por essa razão, o recurso de revista torna-se mais restrito que o recurso de apelação, tanto no seu objeto, como nos seus fundamentos.

Para além disso, o tribunal da Relação é o tribunal de recurso por excelência, sendo que apresenta poderes de cognição bastante mais amplos que os do Supremo, apresentando-se praticamente como um tribunal de segundo julgamento, pois tem quase a mesma liberdade de julgamento que o tribunal de 1ª instância, fora algumas exceções.<sup>3</sup>

Para compreendermos estes poderes de cognição, é importante desde logo relembrarmos que o recurso tem como pedido, uma *revogação* ou *anulação* da decisão recorrida, com possibilidade ou não, de substituição. Dito isto, a causa de pedir para a revogação dessa decisão acaba por ser apenas uma: *o erro judiciário*.<sup>4</sup>

Este *erro judiciário* ou *erro de julgamento*, “*resulta de uma distorção da realidade factual (error facti) ou na aplicação do direito (error juris) de forma a que o tenha sido decidido não corresponda à realidade deontológica ou normativa*”<sup>5</sup> (Sublinhado nosso). Falamos então em dois tipos de erro, o *erro de facto* e o *erro de direito* - *erro sobre a matéria de facto* e o *erro sobre a matéria de direito*.

Esta dualidade é importante, pois é esta que distingue os poderes de cognição da Relação dos poderes do Supremo em matéria de recurso, seja em sede de recurso cível, como em recurso penal, na medida em que o primeiro concentra poderes mais amplos que o segundo, pois tem poderes de julgamento em matéria de facto e de direito, enquanto que o segundo apenas tem poderes em matéria de direito.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> Só haverá lugar a recurso de uma decisão, se o valor da causa for superior ao valor da alçada do tribunal de que se recorre, e que tal decisão impugnada seja desfavorável ao recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal, sendo de € 5.000 a alçada dos tribunais de 1.ª instância e de € 30.000 a dos tribunais da Relação, cfr. o disposto no art. 629.º do CPC e n.º1 do art. 44.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário (LOSJ) aprovada pela Lei n.º 62/2013 de 26 de agosto.

<sup>3</sup> Como seja, o princípio da imediação, no sentido em que a Relação tem a mesma imediação em relação às provas que tem a 1.ª instância, exceto na prova oral, à qual apenas tem acesso mediante a gravação da prova; na produção de prova, sendo que na Relação, o juiz acaba por ser um espetador, sendo que não pode inquirir nem interrogar; e por fim, os poderes de cognição da Relação encontram-se limitados ao pedido do recorrente, nos termos do art.º 640 do CPC. Para melhor aprofundamento sobre esta matéria mas em processo penal, v. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, em *Comentário do Código de Processo Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Universidade Católica Editora, 3ª Edição, 2009, anotação ao artigoº 428, págs. 1155 e seguintes.

<sup>4</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o pedido e causa de pedir no recurso, v. RUI PINTO, em *O Recurso Civil. Uma Teoria Geral*, AAFDL Editora, Lisboa, 2017, págs.57-98.

<sup>5</sup> V.g. o ac. do TRG, de 16-11-2017, processo n.º 42/14.9TBALJ.G1 (José Alberto Moreira Dias).

<sup>6</sup> É possível chegar a estas conclusões desde logo a partir do art.º 640 do CPC, o qual atribui poderes cognitivos em matéria de facto ao tribunal da Relação. Quanto ao Supremo, estabelece o art.º 46 da LOSJ, que “*fora dos casos previstos na lei, o Supremo Tribunal da Justiça apenas conhece de matéria de direito*”. Também a partir do n.º1 do art. 674.º do CPC, no qual se estabelece os fundamentos admissíveis para o recurso de revista, sendo estes, a “*violação de lei substantiva*”, a “*violação ou errada aplicação da*

Aliás, como afirmámos já supra, a Relação apresenta praticamente os mesmos poderes de cognição que o tribunal de 1.<sup>a</sup> instância, pelo que tem por isso bastante autonomia decisória, seja em sede de reapreciação, seja em sede de modificabilidade da matéria de facto, enquanto que, pelo contrário, o Supremo se encontra adstrito à reapreciação de questões de direito, estando-lhe vedada, em regra, a apreciação da matéria de facto.

### 1.1. *Objeto do Recurso de Revista*

É a partir do n.º1 do art.º 671 do CPC, que é possível retirar o objeto do recurso de revista, o qual consiste em “*acórdão da Relação proferido sobre decisão de 1.<sup>a</sup> instância*”, acórdão este “*que conheça do mérito ou que ponha termo ao processo, absolvendo da instância o réu ou algum dos réus quanto a pedido ou reconvenção deduzidos*”.

Esta última parte é apta a levantar algumas dúvidas, por falta de clareza da própria estrutura normativa, razão pela qual procedemos a melhores esclarecimentos.

Antes de mais, o primeiro segmento desta última parte indica-nos que se deverá de tratar de acórdão da Relação “*...que conheça do mérito da causa ou que ponha termo ao processo..*”, pelo que nos deparamos desde logo com uma redundância, sendo que uma decisão que conheça do mérito da causa, é também ela apta a pôr termo ao processo. Assim sendo, qual terá sido a intenção do legislador em colocar ambas as situações como se uma fosse alternativa à outra? A intenção foi de facto separar ambas as situações, sendo que uma decisão que põe termo ao processo, poderá ser uma decisão que não conhecendo do mérito, ainda assim põe termo ao processo. Falamos aqui de sentenças de absolvição do réu da instância, como o segmento seguinte o indica, em que o juiz se pronuncia sobre a relação processual (p.e. a falta de um pressuposto

---

*lei de processo*” e as “*nulidades previstas nos arts. 615.º e 666.º*”, podemos concluir que os poderes cognitivos do Supremo, se resumem à apreciação da decisão em matéria de direito, sendo que a única exceção é a que resulta do n.º 3 do art.º 674, segundo o qual o Supremo tem poderes excecionais de apreciação em matéria de facto, quando ocorra um erro na apreciação das provas ou um erro na fixação dos factos materiais da causa em que haja ofensa de disposição expressa de lei que exija certa espécie de prova para a existência do facto que fixe a força de determinado meio de prova. Para além disso, nos termos do n.º3 do art.º 682, pode o Supremo entender que a matéria de facto deva ser ampliada, em ordem a constituir base suficiente à decisão em matéria de direito ou que de tal matéria de facto resultem contradições que inviabilizem a decisão de direito, caso em que poderá ordenar a baixa do processo ao tribunal recorrido, para que ocorra ou não novo julgamento, nos termos conjugados dos arts. 682.º e 683.º do CPC.

processual, como a falta de legitimidade de uma das partes ou de incompetência do tribunal), não se chegando a pronunciar sobre o mérito da causa.

Quanto ao segmento seguinte, também ele pode originar certas dúvidas. Uma decisão que ponha termo ao processo, absolvendo o réu ou algum dos réus, quanto a pedido ou reconvenção deduzidos, abrange aqui os casos em que não só o réu é absolvido do pedido, como também o caso em que o autor é absolvido do pedido reconvençional deduzido pelo réu. É que no caso do pedido reconvençional, também o autor da ação é réu no pedido formulado pelo réu na reconvenção.<sup>7</sup> Sendo assim, uma decisão que conheça do mérito da causa e que condene o autor no pedido formulado pelo réu na reconvenção, pode também ela ser objeto de revista.

Numa primeira aceção, podemos desde já afirmar que podem ser objeto de revista, os acórdãos finais<sup>8</sup> do tribunal da Relação que conheçam do mérito da causa, absolvendo o réu do pedido ou condenando o réu no pedido, ou que, não conhecendo do mérito da causa, ainda assim põem termo ao processo, absolvendo o réu da instância.

Estas decisões previstas no nº1 são as denominadas *decisões finais*, pois de uma forma ou de outra provocam a extinção da instância<sup>9</sup>. Mas, como podemos ver pelo nº2 do mesmo art.º 671, também as *decisões não finais* podem ser objeto de revista. Falamos aqui nas *decisões interlocutórias*.

Quando falamos em *decisões interlocutórias*, referimos-nos a despachos que resolvem questões incidentais do processo - questões que precisam de ser resolvidas para que o processo chegue à conclusão sobre o mérito da causa- mas que por não se tratarem de decisões de mérito, nem de decisões que põem termo ao processo, não podem por isso, ser consideradas como decisões finais.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> A contestação efetuada pelo réu que conclua por um pedido formulado contra o autor, transforma-se numa reconvenção, transformando o réu em autor e o autor em réu nesta peça processual.

<sup>8</sup> Falamos em “*acórdãos finais*”, pois em contraposição com a redação atual dada pelo Código de Processo Civil de 2013, na redação anterior falava-se em “*decisões finais*”, facto que ampliava o objeto de recurso a decisões finais de 1.ª instância, sendo que não era o que se pretendia.

<sup>9</sup> P.e., falamos aqui do despacho-saneador que conhece do mérito da causa (alínea b) do nº1 do artigo 595.º do CPC) e da sentença (artigo 607.º do CPC)

<sup>10</sup> Estas decisões não vêm legalmente previstas em sede própria no CPC. Contudo, podemos ver exemplos destas decisões no artigo 644.º, nomeadamente no nº2, alíneas a) a g), como p.e. a decisão que aprecia a competência do tribunal ou a decisão que aprecia um impedimento do juiz.

Contudo, o nº2 do artigo 671.º contempla apenas as decisões interlocutórias que *recaiam unicamente sobre a relação processual*, ou seja, para além de se tratarem de decisões *não finais*, terão de ser decisões *processualmente* não finais.<sup>11</sup>

Na nossa opinião, esta disposição torna-se um pouco desnecessária, no sentido em que uma decisão interlocutória versa sempre, à partida, sobre a relação processual. Caso contrário, se também recaísse sobre a relação material, ou seja, sobre o mérito da causa, cuja consequência é sempre a extinção da instância, passaria a ser uma decisão final.

Portanto, daqui se retira que uma decisão interlocutória versará sempre sobre a relação processual ou formal (e nunca material) e terá sempre de ser uma decisão não final, pois caso fosse final, entrariamos no âmbito do nº1 do mesmo artigo que se refere também a decisões processualmente finais, que são aquelas que dão lugar à absolvição do réu da instância.

Nestes termos, podemos desde já concluir que qualquer decisão que dê lugar à absolvição do réu da instância, é processualmente final, sendo que, põe termo ao processo. Da mesma forma podemos afirmar que uma decisão que julgue improcedente uma exceção dilatória, não põe termo ao processo, devendo portanto ser considerada uma decisão processualmente não final, i.e., *interlocutória*.

Contudo, não chega o facto de se tratar de acórdão da Relação que aprecie uma decisão interlocutória para que tal seja passível de recurso de revista. Nos termos do mesmo n.º 2, nomeadamente, al. a) deverá tratar-se de “*casos em que o recurso é sempre admissível*”, i.e., nos casos das alíneas a) a d) do nº2 do artigo 629.º, em que independentemente do valor da causa e da sucumbência, o recurso é sempre admissível; ou, nos termos da al. b), nos casos em que o acórdão que aprecie decisão interlocutória “*esteja em contradição com outro acórdão do Supremo Tribunal da Justiça, já transitado em julgado, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se tiver sido proferido acórdão de uniformização de jurisprudência com ele conforme.*”

Para além deste nº2 do art.º 671, também o artigo 673.º incide sobre o recurso interposto de decisões interlocutórias. A diferença entre estes dois preceitos é que o primeiro se refere a decisões interlocutórias proferidas na pendência do processo da 1ª

---

<sup>11</sup> Uma decisão que recai unicamente sobre a relação processual é uma decisão que faz caso julgado formal, portanto, apenas tem força obrigatória dentro do processo, como vem disposto no nº1 do artigo 620.º, porquanto que uma decisão que recai sobre a relação material, faz caso julgado material, e por isso tem força obrigatória dentro e fora do processo, nos termos do nº1 do artigo 619.º do CPC.

instância e agora apreciadas no acórdão da Relação, enquanto que o segundo preceito refere-se a decisões interlocutórias mais recentes, portanto proferidas no âmbito do processo da Relação. As primeiras são *decisões interlocutórias velhas* e as segundas são *decisões interlocutórias novas*.<sup>12</sup> Ao nível do recurso de revista, a diferença entre estes dois tipos de decisões, é que as primeiras podem ser impugnadas imediatamente, enquanto que as segundas apenas podem ser impugnadas juntamente com o recurso final previsto no nº1 do artigo 671.º, ressalvada a possibilidade de impugnação independente sem necessidade de se aguardar pelo recurso final, se tal impugnação se revelar absolutamente inútil, como tal vem previsto no art.º 673.

Para além destas situações excepcionais, também no caso de não haver, ou não ser admissível recurso de revista do acórdão da Relação, nos termos do nº1 do artigo 671.º, os acórdãos proferidos na pendência da Relação podem ser impugnados diretamente, num recurso único, no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desses acórdãos, cfr. o disposto no nº4 do art.671.º do CPC.<sup>13</sup>

## 2. CONCEITO E PRESSUPOSTO DA DUPLA CONFORME

O conceito de “dupla conforme” foi pela primeira vez introduzido com o simples propósito de filtrar o acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, impedindo assim o recurso de acórdãos proferidos pelos tribunais da Relação, que por sua vez já se pronunciaram sobre decisões de 1ª instância. Trata-se portanto de um pressuposto que só se coloca em sede de duplo grau de jurisdição. Isto porque, tal como a expressão “dupla conforme” expressamente o indica, o objeto sobre que se incide consiste numa segunda decisão jurisdicional que, para além disso, se encontra em conformidade com a primeira. É “conforme”, porque segue no mesmo sentido do que já foi antes decidido, e é “dupla” porque a conformidade reside entre as duas decisões das duas primeiras instâncias – a da 1ª instância e a da Relação.

---

<sup>12</sup> Determinação utilizada por RUI PINTO, em *Notas ao Código de Processo Civil, Volume II, Artigos 546.º a 1085.º*, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2015, págs. 175-176 e em *Código de Processo Civil Anotado*, Volume II, Editora Almedina, 2018, págs.355 e seguintes.

<sup>13</sup> Trata-se de uma solução paralela à adotada em recurso de apelação, como se pode ver pelo disposto no nº4 do artigo 644.º do CPC.



O verdadeiro propósito do surgimento desta regra - ou princípio, se assim o entendermos - foi efetivamente, o de implementar uma regra-travão, que condicionasse, *ainda mais*, o acesso à jurisdição do Supremo Tribunal de Justiça, fechando, deste modo, a “porta” a decisões recorridas, que foram já objeto de recurso pelo Tribunal da Relação, cujo teor veio confirmar o que já tinha sido decidido em 1ª instância, deixando de existir necessidade de tal causa vir a ser apreciada uma terceira vez, por uma terceira instância, numa altura em que se tornou necessário racionalizar o acesso para o STJ, e ao mesmo tempo, acentuar as suas funções de orientação e uniformização de jurisprudência.

A regra da dupla conforme vem legalmente prevista no nº3 do artigo 671.º do Código de Processo Civil, enquanto pressuposto negativo – acrescente-se, o único - do recurso de revista, na medida em que caso ocorra uma situação de dupla conformidade de decisões, deixa então de ser possível interpor recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça.

### 3. ORIGEM LEGISLATIVA

#### A. No Código de Processo Civil de 1995

A regra da dupla conforme foi pela primeira vez introduzida, pelo Código de Processo Civil de 1995, aprovado pelo Decreto-lei n.º329-A/95 de 12 de dezembro, em sede de agravo em 2.ª instância,<sup>14</sup> cuja primeira concretização acabou sendo de curta duração.

Nos termos do n.º2 do art.º 754 do referido diploma, vinha então previsto que *“Não é admitido recurso do acórdão da Relação que confirme, ainda que por diverso fundamento, sem voto de vencido, a decisão proferida na 1.ª instância, salvo se o acórdão estiver em oposição com outro, proferido no domínio da mesma legislação por qualquer Relação, e não houver sido fixada pelo Supremo, nos termos dos artigos 732.º-A e 732.º-B, jurisprudência com ele conforme.”* (Sublinhado nosso).

Com a entrada em vigor deste diploma, nomeadamente, com a introdução desta norma, notou-se a necessidade de limitar a possibilidade de “agravar” para o Supremo

---

<sup>14</sup> O agravo de 2.ª instância corresponde ao recurso sucessor do atual recurso de revista.

Tribunal de Justiça sobre decisões que a Relação tivesse já confirmado, por unanimidade, a decisão proferida em 1.<sup>a</sup> instância.

Mais tarde, com a redação introduzida pela Lei n.º 180/96 de 25 de setembro, foi aditado um n.º 3 ao então art. 754.º que previa que *“o disposto na primeira parte do número anterior não é aplicável aos agravos referidos nos n.os 2 e 3 do artigo 678.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 734.º”*, cujos n.º 2 e 3 dispunham que *“2 – Mas se tiver por fundamento a violação das regras de competência internacional, em razão da matéria ou da hierarquia ou a ofensa de caso julgado, o recurso é sempre admissível, seja qual for o valor da causa”* e que *“3 - Também admitem sempre recurso as decisões respeitantes ao valor da causa, dos incidentes ou dos procedimentos cautelares, com o fundamento de que o seu valor excede a alçada do tribunal de que se recorre”* e cuja última excepcionava os *“..agravos interpostos (...) a) Da decisão que ponha termo ao processo”*.

Ora, os referidos n.º 2 e 3, correspondem às atuais alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 629 do CPC, que se referem à revista extraordinária, que constitui atualmente uma das exceções ao regime da dupla conforme, como falaremos mais adiante.<sup>15</sup>

Contudo, como já tivemos oportunidade de referir, esta primeira concretização da regra da dupla conforme não durou por muito tempo e assim, com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 375-A/99 de 20 de setembro, que veio proceder à 7.<sup>a</sup> alteração ao referido diploma, foi alterado o n.º 2 do art.º 754, passando a prever que *“Não é admitido recurso do acórdão da Relação sobre decisão da 1.<sup>a</sup> instância, salvo se o acórdão estiver em oposição com outro, proferido no domínio da mesma legislação pelo Supremo Tribunal de Justiça ou por qualquer Relação, e não houver sido fixada pelo Supremo, nos termos dos artigos 732.º-A e 732.º-B, jurisprudência com ele conforme”*, abolindo assim por completo, a regra da dupla conforme que vinha então prevista.

## B. No Código de Processo Civil de 2007

Foi com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº303/2007 de 24 de agosto, mais conhecido pela “Reforma de 2007”, que a figura da dupla conforme foi novamente introduzida no sistema jurídico português, e desta vez, para ficar. Contudo, há

---

<sup>15</sup> Infra, págs. 40 e 41.

jurisprudência que entende<sup>16</sup> que a primeira vigência temporalmente limitada do regime da dupla conforme, que decorreu entre a data da entrada em vigor da reforma de 1995/96 e a publicação do DL 375-A/99, aliada à circunstância de estar em jogo matéria procedimental ou adjetiva, possa ter assim limitado os problemas então sentidos na definição rigorosa do conceito de dupla conforme.

Este decreto surge numa altura em que decorridos alguns anos de avaliação e discussão sobre os efeitos da reforma de 1995/96, foi constatada a necessidade de se proceder a algumas alterações ao regime de processo civil – e ao regime dos recursos em especial.<sup>17</sup>

Ora, o mesmo decreto previa como objetivos fundamentais, a simplificação, celeridade processual, e mais importante, e no que aqui se refere ao papel da dupla conforme, a racionalização do acesso ao Supremo Tribunal da Justiça, como já foi enunciado supra.

Relativamente a este último objetivo do diploma, a sua razão de ser deveu-se a um notório crescimento dos recursos cíveis remetidos junto do Supremo, sendo que, em 2004 p.e., o número de recursos admitidos acabou por ser superior em mais de 90% relativamente aos recursos admitidos em 1990.<sup>18</sup>

Isto significava que, devido ao facto de o acesso ao Supremo ser tão facilitado em sede de recurso de revista, que a sua função de orientação e uniformização de jurisprudência acabava sendo desvirtualizada de tal forma, acabando por transformar o Supremo em *mais um* tribunal de recurso, para além da Relação. A diferença entre estes dois tribunais acabara por consistir no momento temporal em que são interpostos, sendo que, num primeiro nível o recurso seria interposto para a Relação, e só depois, num segundo momento, e na eventualidade de frustração de tal recurso, é que seria interposto recurso para o Supremo. Mas de facto, o papel do Supremo nunca poderia, nem pode, ser o mesmo que o da Relação. Para além de que, admitamos, o Supremo não ter a

---

<sup>16</sup> V. o acórdão do Supremo Tribunal da Justiça de 11-07-2013, processo n.º105/08.0TBRSD.P1-A.S1 (Lopes do Rego).

<sup>17</sup> Este decreto-lei veio aliás avançar na criação de um regime de recurso unitário, opção há muito pretendida, como aliás se pode ver pelo preâmbulo do Código de 1995, no qual se optou “*por manter a dualidade de tipos que caracteriza o sistema vigente conservando a dicotomia entre as formas de apelação e revista/agravo, consoante se reportam à impugnação da decisão final de mérito ou de decisões proferidas sobre questões de índole processual, não se avançando, deste modo, para a criação de um recurso unitário*” por “*ter parecido mais adequado manter tal diferenciação, em que assenta o regime de recursos vigente em processo civil, numa reforma que não pretende traduzir-se numa reformulação dogmática de conceitos e na criação de um Código absolutamente novo, mas tão-somente numa revisão e reformulação - embora substanciais e profundas - dos regimes constantes do Código em vigor, tendo em conta as prementes necessidades da vida forense*”.

<sup>18</sup> Segundo dados indicados no próprio preâmbulo do Decreto-lei n.º303/2007 de 24 de agosto.

capacidade de abarcar o mesmo número de recursos que os tribunais da Relação, pelo simples facto de existirem *vários* tribunais da Relação<sup>19</sup> e só *um* Supremo Tribunal da Justiça, também este tribunal sempre apresenta um papel mais excecional que o da Relação, devido ao seu nível de importância enquanto topo da hierarquia jurisdicional.

Ora, por estas razões, tornou-se importante voltar a relembrar esse papel, e assim, foram implementadas algumas medidas para esse efeito.

A primeira grande medida implementada para racionalizar o acesso ao Supremo, consagrada no artigo 5.º do referido Decreto-lei, traduziu-se no aumento da alçada do tribunal da Relação de € 14.963,94 para € 30.000, assim como o aumento da alçada do tribunal de 1ª instância de € 3.740,98 para € 5.000.<sup>20</sup>

Como se pode ver, é notável a disparidade no aumento das alçadas entre estes dois tribunais, sendo que a alçada do tribunal da Relação foi aumentada em praticamente 100% do valor anterior, o que dá a entender uma maior necessidade de aumentar a alçada para o Supremo, do que propriamente ao do recurso para a Relação. Através desta medida, pretendeu-se, sem mais, reservar para o Supremo, os casos de expressão económica mais relevante.

Para além disso, limitar o recurso para a Relação da mesma forma que se limitou o recurso para o Supremo, acabaria por ser uma lesão direta do *direito ao recurso*, ou *duplo grau de jurisdição*, que ainda que não previsto expressamente pela Constituição, como vem previsto o *direito à tutela jurisdicional* no art. 20.º da Constituição da República Portuguesa, e o *direito ao recurso em processo penal* no art. 32.º do mesmo diploma, tem sido entendido que se trata de um direito implicitamente consagrado pela Constituição.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Existindo, até 2014, tantos tribunais da Relação quantos os distritos portugueses, não obstante tal número ter sido reduzido com a entrada em vigor do novo mapa judiciário de 2014, para os atuais cinco tribunais da Relação existentes: o de Coimbra, de Évora, de Guimarães, de Lisboa e do Porto.

<sup>20</sup> Valores que foram convertidos a partir do valor em escudo pelo Decreto-Lei nº323/2001 de 17 de dezembro, sendo que a primitiva Lei n.º 3/99 de 13 de janeiro, estabelecia como alçada do tribunal da Relação, o montante de 3.000.000,00 escudos e como alçada do tribunal de 1ª instância, o montante de 750.000,00 escudos.

<sup>21</sup> A tese da consagração implícita, defendida na doutrina por TEIXEIRA DE SOUSA, RIBEIRO MENDES e CARDONA FERREIRA, entre outros, bem como na jurisprudência, defende que, apesar de a Constituição não consagrar diretamente a existência de um duplo grau de jurisdição, o direito ao recurso vem implicitamente consagrado, na medida em que se prevê a criação de tribunais de recurso, nos termos dos arts. 209.º e 210.º, pelo que prever a criação de tribunais de recurso, implica, implicitamente o direito ao recurso de decisões jurisdicionais. GOMES CANOTILHO, VITAL MOREIRA e LOPES DO REGO defendem a teoria da garantia de recurso contra a violação de direitos fundamentais, na medida em que perante uma decisão judicial que implicasse a violação de um dos direitos fundamentais, implicaria também uma garantia do direito à apreciação de tais decisões. No mesmo sentido que esta teoria, seguiram-se os autores RUI MEDEIROS e RUI PINTO, mas que diferentemente defendem que essa garantia se encontra presente, a partir do n.º 1 do art.º 20 da CRP que prevê o direito de acesso aos

A outra grande medida, ainda mais importante e mais polémica, para limitar o acesso ao Supremo, foi então a criação do sistema da dupla conforme. Através desta, como já foi dito, o acórdão da Relação que confirme, sem voto de vencido e ainda que por diferente fundamento, a decisão da 1ª instância, é inadmissível de recurso de revista para o Supremo, limitando assim, o número de casos que seriam admissíveis no âmbito do regime anteriormente em vigor.

Na verdade, a discussão em torno desta solução não foi muito pacífica, ao contrário do aumento das alçadas. Alguns entendiam que se devia manter o regime anterior, abarcando apenas o regime de alteração das alçadas, enquanto que outros apoiavam a alteração do regime de modo a introduzir a figura da dupla conforme. Os argumentos em que os primeiros se apoiavam iam no sentido de ser importante manter o recurso para o Supremo nos mesmos moldes, como respeito pelo direito ao recurso, e pela necessidade da sua intervenção, que se revelava pela análise do número de recursos para o mesmo. No outro sentido, entendia-se que esse mesmo número de recursos seria um sinal de que se tornava necessário limitar esse acesso, de modo a valorizar mais a sua intervenção e dela tirar mais proveito, bem como potenciar a criação de correntes jurisprudenciais mais estáveis. Além disso, esta última posição tinha como forte argumento a necessidade de racionalizar o uso dos meios processuais.<sup>22</sup>

A verdade é que, a segunda posição faz mais sentido, e o último argumento é bastante forte e acaba por se relacionar com os outros aspetos. Um número excessivo de recursos, seja para o Supremo, ou até mesmo para a Relação, acaba por sobrecarregar o potencial destes tribunais. Mais importante, quando falamos no potencial do Supremo, pela sua qualidade excecional e especial, um uso excessivo do recurso para este tribunal é retirar-lhe o potencial para a criação de uma forte jurisprudência. Por essa razão, o recurso para o Supremo deveria ser reservado para questões de particular importância e não para toda e qualquer questão.

Face a esta discussão e divisão de opiniões, a dupla conforme foi efetivamente implementada, como travão no acesso ao Supremo, dando seguimento a uma das posições. Contudo, de modo a chegar a um compromisso entre ambas as partes, optou-se por criar uma situação excecional à dupla conforme, que permitisse ainda o recurso

---

tribunais, aplicando-se tal garantia sempre que esteja em causa uma qualquer ofensa ou ameaça de ofensa a direitos subjetivos e a interesses legalmente protegidos, e não só um direito fundamental. Para uma leitura profunda sobre a matéria, v. RUI PINTO, em *O Recurso Civil...*, págs. 133-154.

<sup>22</sup> ABRANTES GERALDES em *Recursos em Processo Civil – Novo Regime*, 3.ª edição, 2010, págs. 380 e 381.

para o Supremo, mesmo que se verificasse uma dupla conformidade entre decisões. Falamos na atual revista excecional, presente no art. 672.º do atual CPC, que designa três tipos de casos excecionais - os das alíneas a), b) e c) - que poderão ser apreciados pelo Supremo em sede de recurso, ainda que sobre eles incida uma situação de dupla conforme. Falaremos deste tipo de revista em especial, mais adiante.<sup>23</sup>

Entende-se que a consagração da figura da dupla conforme, e bem assim a da revista excecional, veio quebrar uma tradição secular de existência na grande maioria das ações declarativas, que era a utilização do *terceiro grau de jurisdição* em processo civil.<sup>24</sup>

Dito isto, dizer que a implementação da dupla conforme desrespeita o direito ao recurso, é um pouco excessivo. A verdade é que, havendo dupla conforme, não haverá recurso para o Supremo. Mas mesmo que se verifique essa hipótese, o recorrente terá ainda ao seu dispor outras opções, como seja, a revista excecional como referimos supra, a revista extraordinária, ou até mesmo recurso para o Tribunal Constitucional.<sup>25</sup>

#### C. No Código de Processo Civil de 2013 – Versão atual

No entanto, o pressuposto da dupla conforme que se encontra em vigor atualmente, não é o que foi implementado pelo Decreto-Lei nº303/2007.

Decorridos alguns anos, com a Reforma de 2013, foi introduzido na ordem jurídica o “Novo Código de Processo Civil” aprovado pela Lei nº41/2013 de 26 de junho, e com ele, vários aspetos do processo civil foram reformulados ou renovados, inclusive o regime de recursos.

Assim, também a dupla conforme passou por alterações, sendo que o então artigo 721.º do CPC de 95/96 que a previa, deu origem ao atual art.º 671.

Dispunha o então n.º3 do art.º 721 que “*Não é admitida revista do acórdão da Relação que confirme, sem voto de vencido e ainda que por diferente fundamento, a decisão proferida na 1.ª instância, salvo nos casos previstos no artigo seguinte*” (sublinhado nosso). Esta redação era aliás a mesma que já tinha sido introduzida pela primeira vez, com a entrada do Código de 1995.

---

<sup>23</sup> Infra, pág. 41 e seguintes.

<sup>24</sup> Nas palavras de RIBEIRO MENDES em *Recursos em Processo Civil – Reforma de 2007*, Coimbra Editora, 2009, pág.34.

<sup>25</sup> V. com maior detalhe esta matéria, na pág. 44..

Diferentemente, o que o atual art.º 671, nomeadamente o n.º3, dispõe agora é que “*Sem prejuízo dos casos em que o recurso é sempre admissível, não é admitida revista do acórdão da Relação que confirme, sem voto de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão proferida na 1.ª instância, salvo nos casos previstos no artigo seguinte.*”(Sublinhado nosso).

Ora, a grande diferença entre ambas as redações reside na relevância da fundamentação. Enquanto que na versão anterior era indiferente a disparidade entre as fundamentações de ambas as decisões para se considerar ainda assim uma situação de dupla conforme, com a nova redação, a diferença entre as fundamentações ganha relevância se tal for essencial.

A nosso ver, trata-se de uma alteração bastante significativa, sendo que, nos termos da redação anterior, não permitir o recurso para o Supremo de um acórdão da Relação que fosse no mesmo sentido que a decisão da 1ª instância, mas por diferentes fundamentos, acaba por impedir o direito ao recurso de uma decisão que ainda que confirmada por um tribunal superior, pudesse ter sido confirmada por motivos totalmente diferentes do primeiro tribunal, o que colocava em causa o princípio da segurança jurídica. Se o objetivo é limitar o direito ao recurso, que como já vimos, é um direito constitucional, então que seja numa situação em que ambas as instâncias tenham chegado à mesma conclusão, com base na mesma fundamentação, ou pelo menos, semelhante. Por estas razões, tendemos em concordar com a presente redação dada pela Lei nº41/2013, que ainda que levante alguns problemas como veremos adiante<sup>26</sup>, é bastante mais garantística do direito ao recurso e do princípio da confiança jurídica.

Diferentemente, há quem entenda<sup>27</sup> que com esta nova redação se trouxe uma maior abertura ao recurso. Veja-se p.e. uma situação em que ambas as instâncias decidem no mesmo sentido com base em fundamentos diferentes. De acordo com a primeira versão verificar-se-ia dupla conforme e não seria possível recorrer para o Supremo. Ao contrário, nos termos da nova versão, não se verifica a dupla conforme e por isso pode haver recurso.

Ora, esta nova versão acabou por ir até num sentido contrário ao proposto pela Recomendação do Conselho da Europa, relativo ao aperfeiçoamento do funcionamento

---

<sup>26</sup> Quando falarmos sobre o requisito da conformidade de fundamentos, infra, págs. 27 e seguintes.

<sup>27</sup> PAULO RAMOS DE FÁRIA, e ANA LUÍSA LOUREIRO em *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, Volume II, Ed. Almedina, Lisboa, 2014, pág. 148, nota 362.

dos sistemas de recurso em matéria civil e comercial<sup>28</sup>, que nos indica que “*relativamente ao papel de um terceiro tribunal em sede de recurso, é necessário ter em atenção que o caso foi já apreciado por dois tribunais, e por essa razão, um terceiro tribunal [que no caso da ordem jurídica portuguesa é o Supremo Tribunal da Justiça] deverá apenas apreciar a mesma questão, quando estejam em causa casos de particular importância, como sejam, casos em que seja necessária uma melhor interpretação ou uniformização da lei, ou casos em que esteja em causa um ponto da lei de particular relevância social, casos que, verdadeiramente, mereçam uma terceira revisão judicial*”.

29

Quanto a isto, ainda que a nova redação, ao restringir o pressuposto da dupla conforme, permita um maior número de casos admissíveis de revista, não nos parece que vá contra o sentido da Recomendação ora referenciada, pois a própria institucionalização deste pressuposto foi exatamente no sentido das orientações propostas pelo Conselho, ou seja, no sentido de limitar o acesso ao Supremo, evitando assim, fazer dele outro tribunal de recurso que iria julgar a mesma questão que foi já ouvida por dois tribunais diferentes. Assim, com a entrada da dupla conforme, o acesso ao Supremo foi limitado aos casos em que duas instâncias, que sobre a mesma questão, decidam em sentido diferente, sendo que em casos assim, será de facto mais acertado submeter a questão a um terceiro grau de jurisdição.

A verdade é que neste tipo de situações previstas pela dupla conforme, não existe sequer fundamento para um terceiro grau de jurisdição, e nesse sentido concordamos com o entendimento segundo o qual, se o tribunal *ad quem* não deteta qualquer erro de julgamento na decisão do tribunal *a quo*, confirmando-a no seu todo, sem voto de vencido, então não existe fundamento racional para se admitir um novo recurso. Aliás, essa possibilidade poderá sempre ocorrer numa última etapa, onde se inclui aqui também o próprio julgamento efetuado pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde não haverá lugar a recurso se não no caso em que esteja em causa alguma violação de um preceito constitucional. É apenas com base na dúvida razoável sobre a ocorrência

---

<sup>28</sup>Recomendação nº. R (95) 5 do Conselho da Europa, disponível em <https://www.legislationline.org/documents/id/8290>.

<sup>29</sup>Tradução livre a partir do original das alíneas b) e c) do art. 7.º da Recomendação: “...*concerning third courts, states should bear in mind that cases have already been heard by two courts. Appeals to the third court should be used in particular in cases which merit a third judicial review, for example cases which would develop the law or which would contribute to the uniform interpretation of the law. They may also be limited to appeals where the case concerns a point of law of general public importance*”.



de um erro de julgamento por parte do último tribunal julgador, que reside o fundamento racional que justifica um terceiro grau de jurisdição.<sup>30</sup>

Deste modo, entendemos que as alterações à redação anterior foram num sentido de aprimorar o conceito de dupla conforme e os seus respetivos contornos, e já não tanto num sentido de limitar mais, ou menos, o acesso a um terceiro tribunal.

#### 4. REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA DUPLA CONFORME

Como podemos observar pela norma contida no nº3 do artigo 671.º do CPC, verifica-se uma dupla conforme sempre que o acórdão da Relação “*confirme, sem votos de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão proferida na 1ª instância*”.

A partir desta norma, é possível retirar os três requisitos de aplicação do pressuposto negativo da dupla conforme, obstando assim à admissibilidade do recurso de revista.<sup>31</sup> São esses requisitos, a *ausência de votos de vencido*, a *conformidade essencial de fundamentação*, e finalmente, o requisito mais importante em sede da presente dissertação, a *conformidade decisória*. O primeiro é o requisito subjetivo e o segundo e terceiro, os requisitos objetivos.

Quanto aos requisitos objetivos, estes assumem um papel de grande importância, pois são estes os verdadeiros requisitos que definem o alcance legal da dupla conforme. Para além disso, ao contrário do requisito subjetivo, estes levantam vários problemas e são alvo de alguma divergência na doutrina e na jurisprudência, em especial, o requisito da conformidade decisória, que por se tratar do objeto central sobre que incide a presente dissertação, será abordado num capítulo distinto.

---

<sup>30</sup> Neste sentido, PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras notas...ob.cit.*, págs.149 e150.

<sup>31</sup> Quanto à estrutura dos requisitos que compõem a figura da dupla conforme, adotamos a indicada pelo ilustre professor RUI PINTO, em *Notas...ob.cit.*, págs.176 e 177.

#### 4.1. AUSÊNCIA DE VOTO DE VENCIDO

O primeiro requisito de aplicação – o requisito subjetivo - que por ser o mais simples e não levantar quaisquer dúvidas, faz sentido ser enunciado em primeiro lugar, prende-se com a exigência de unanimidade por parte do coletivo de juízes da Relação, ou, na *letra da lei* – a ausência de votos de vencido.

Esta exigência de concordância entre os juízes da Relação prende-se naturalmente com o princípio da segurança jurídica, na medida em que se na totalidade de quatro juízes (o juiz da 1ª instância e os três juízes desembargadores da Relação) a decisão for no mesmo sentido, então não existe grande margem para dúvidas quanto ao acerto da decisão.<sup>32</sup> Mas, a existência de pelo menos *um* voto de vencido, é por si só, suficiente para criar dúvida e insegurança jurídica quanto à decisão adotada (*maxime*, quanto a um eventual erro de julgamento por parte da 1ª instância), justificando-se assim, a abertura do acesso ao Supremo.

Contudo, há que perceber que a existência de uma declaração de voto, não é por si suficiente para que se entenda que houve falta de unanimidades entre os juízes desembargadores. Por exemplo, a declaração de voto de um juiz desembargador que embora concorde com a decisão, discorde quanto a algum dos fundamentos não é suficiente para se considerar que houve falta de unanimidade.<sup>33</sup>

Por isso, há que atender a uma diferença clara entre o que reveste uma declaração de voto e o que reveste um voto de vencido, ou, se uma determinada declaração de voto, pode nela conter um voto de vencido.

Entendeu-se no acórdão do Supremo Tribunal da Justiça de 1 de março de 2012<sup>34</sup>, que tendo o mesmo sido subscrito na totalidade, por dois dos juízes desembargadores, tendo o terceiro exarado declaração de voto, no qual apesar de demonstrar concordância, não logrou concordar com o entendimento acolhido na parte em que adere a uma determinada corrente jurisprudencial, tal não seria suficiente para se entender que houve falta de unanimidade e assim descartar a figura da dupla conforme.

---

<sup>32</sup> V. o acórdão do Supremo de 10-12-2015, revista n.º 1497/08.6TVLSB.S1 (Álvaro Rodrigues).

<sup>33</sup> V. o acórdão do Supremo de 13-11-2014, revista n.º 1483/11.9TBVIS.P1.S1 (Alves Velho) no qual se entendeu que a declaração de voto de um juiz desembargador adjunto, constante do acórdão recorrido, nos termos seguintes: “*Embora concorde com o julgamento da matéria de facto, não subscrevo o enquadramento teórico restritivo que lhe foi dado, por considerar que a Relação julga de novo*”, não deixou de manifestar inequivocamente a concordância com o julgamento da matéria de facto, não deixando qualquer dúvida sobre a unanimidade do julgado.

<sup>34</sup> Revista n.º 35/11. 8TBGMR.G1.S1 (Sebastião Póvoas).

No entendimento do mesmo acórdão, o qual subscrevemos por inteiro, há que “proceder a uma leitura atenta e cuidadosa para concluir se o juiz se pretendeu demarcar do núcleo decisório e julgou em sentido oposto/diverso ou se limitou a demarcar-se dos fundamentos mas acabou por aceitar o segmento final”.

Assim, a conclusão parece clara, uma declaração de voto contém um voto de vencido, se o juiz desembargador acaba por revelar a sua discordância com a decisão final, e não apenas com um ou mais dos fundamentos que levaram a essa decisão. Tal situação não é por si só suficiente para afirmar que houve instabilidade no acerto da decisão. No final de contas, uma decisão que é efetivamente confirmada por duas instâncias, na totalidade dos seus juízes, não é apta a permitir o acesso a um terceiro grau de jurisdição.

#### 4.2. CONFORMIDADE ESSENCIAL DE FUNDAMENTAÇÃO

O segundo requisito de aplicação da dupla conforme consiste na conformidade essencial de fundamentação.

De uma forma mais prática, o legislador exigiu que, para se estar perante uma dupla conforme, existisse uma identidade de fundamentos adotados por ambas as instâncias. Mas essa identidade não precisa de ser total, pelo que o legislador contentou-se com uma identidade, no mínimo, *essencial*. Ou seja, mesmo que a decisão da Relação seja conforme à da 1ª instância, os fundamentos que levaram a essa mesma decisão poderão até ser diferentes dos adotados pela 1ª instância, contando que não sejam *essencialmente* diferentes.

Daqui se retira o primeiro problema: a delimitação do que é ou não *essencialmente* diferente.

Trata-se de um problema que, como já abordámos supra<sup>35</sup> só surgiu com a última revisão introduzida pelo novo Código de Processo Civil de 2013, sendo que a Reforma de 2007, que veio introduzir o conceito da dupla conforme, exigia apenas a conformidade entre as duas decisões, dispensando a conformidade da fundamentação que levou às mesmas, podendo o acórdão que concordasse com a decisão da 1.ª instância, adotar uma fundamentação completamente diferente da utilizada pela

---

<sup>35</sup> V. pág. 23 e seguintes.

instância anterior, para que mesmo assim, a dupla conforme operasse e o recurso de revista não pudesse ser admitido.<sup>36</sup>

Ora, podemos certamente concluir pela comparação das duas versões - a de 2007 e a de 2013 - que a segunda apresenta maior controvérsia que a primeira, desde logo pela introdução de um conceito indeterminado, o que naturalmente torna sempre mais difícil a sua concretização prática e introduz desde logo uma grande margem de subjetivismo.

No entanto, também a primeira versão foi alvo de alguma polémica. O que faz sentido, na medida em que se a primeira versão, no que toca a este segmento, não levantasse quaisquer problemas na prática, então não haveria necessidade de se proceder a uma revisão.

Relativamente à primeira versão, alguns autores<sup>37</sup> entendiam que, mesmo numa situação em que as decisões fossem conformes, se os fundamentos utilizados pela Relação fossem de tal forma diferentes dos utilizados pela 1ª instância, poderiam ter uma *afetação lógica com a decisão*, ainda que esta se mantivesse *aparentemente* idêntica à da 1ª instância.

O exemplo clássico para descrever esta *afetação lógica* da decisão consiste na *alteração da qualificação jurídica* dos factos e os seus efeitos subsequentes.

#### 4.2.1. *A Qualificação Jurídica dos Factos*

A qualificação jurídica de um facto integra, obrigatoriamente, um dos fundamentos para a decisão, na medida em que, apurados e fixados os factos presentes no caso concreto, o passo seguinte é interpretar e valorar esses factos provados, procedendo à aplicação do direito ao caso concreto, ou, por outras palavras, qualificar esses factos (materiais) como factos jurídicos, através da subsunção do facto a uma previsão de uma determinada norma jurídica.

---

<sup>36</sup> A versão introduzida pelo Decreto-Lei nº303/2007 de 24 de agosto estabelecia no seu art. 721.º, nº3 que “*não é admitida revista do acórdão da Relação que confirme, sem voto de vencido e ainda que por diferente fundamento, a decisão proferida na 1.ª instância...*” (sublinhado nosso).

<sup>37</sup> MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, em *Dupla Conforme: critério e âmbito da conformidade*, Cadernos de Direito Privado, n.º 21 Janeiro/Março 2008, pág. 23 e PINTO FURTADO em *Recursos em Processo Civil (de acordo com o CPC de 2013)*, Quid Iuris Sociedade Editora, 2013, pág. 88, entre outros.

A qualificação jurídica dos factos enquanto fundamento da decisão, pode ser retirada a partir da norma contida no n.º3 do art.º 607 do CPC, que estabelece o que consta da sentença, sendo que a partir do n.º2, podemos concluir que o juiz começa primeiro por “*identificar as partes e o objeto do litígio*”, enunciando de seguida, “*as questões que ao tribunal cumpre solucionar*”, seguindo-se, nos termos do n.º3, “*os fundamentos*” nos quais o juiz vai “*discriminar os factos que considera provados e indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas correspondentes, concluindo pela decisão final*” (sublinhado nosso). A qualificação jurídica dos factos corresponde portanto a isto mesmo – *indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas* que correspondem à situação fáctica dada como provada.

Sendo que a aplicação de normas jurídicas aos factos, é também subsumir esses factos às consequências ou efeitos jurídico-práticos por elas impostas. Pelo que uma alteração da qualificação jurídica, é por consequência, uma alteração da norma jurídica aplicável e uma potencial alteração dos efeitos jurídicos correspondentes.<sup>38</sup>

Isto significa que, nem sempre será possível alterar a qualificação jurídica de um facto, sem alterar ou afetar a decisão, pois essa decisão irá por sua vez produzir os respetivos efeitos no ordenamento jurídico de acordo com a previsão da norma jurídica em causa. Se os efeitos previstos para aquela qualificação jurídica forem diferentes da anteriormente adotada, então como pode a decisão permanecer a mesma?

Ora, um acórdão da Relação que confirme a decisão de 1.ª instância com fundamento numa qualificação jurídica diferente da adotada anteriormente, não deixa de integrar uma situação de dupla conforme, por se tratar de uma alteração *irrelevante* que torna o recurso inadmissível.

Segundo o entendimento de TEIXEIRA DE SOUSA, uma diferente fundamentação deve ser considerada ou não, *irrelevante*, caso apresente ou não, efeitos práticos diferentes.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Esta questão ganha maior importância em sede de processo penal, na medida em que é na acusação ou no despacho de pronúncia que são fixados os factos e as normas aplicáveis a que se subsumem tais factos, estando o juiz em princípio, vinculado, de acordo com o princípio da vinculação temática, aos factos e à qualificação jurídica como tal delimitada na acusação, não obstante a possibilidade de alteração da qualificação jurídica dos factos, desde que se entenda que tal constitui uma alteração não substancial dos factos, prevista no n.º3 do art.º 358.º do CPP.

Para melhor aprofundamento sobre esta matéria, v. GERMANO MARQUES DA SILVA em *Curso de Processo Penal, Volume III*, Editorial Verbo, 3ª Edição, 2009, págs. 267 e seguintes, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, em *Comentário...anotação ao artigo 358º*, págs. 902 e seguintes e PAULO DE SOUSA MENDES, em *Lições de Direito Processual Penal*, Editora Almedina, 2014, págs. 147 e seguintes, entre outros.

<sup>39</sup> Idem, *Dupla Conforme...* pág 23.

Caso presente, um acórdão da Relação que seja conforme à decisão da 1ª instância, reveste tão só uma conformidade no plano *formal*, porque a decisão permanece igual, mas os seus efeitos jurídicos serão diferentes. Para exemplificar uma situação destas, o professor dá-nos o exemplo prático de um autor que propõe uma ação contra dois réus, pedindo o cumprimento de uma obrigação solidária, sendo que a 1ª instância aceita a qualificação e condena-os como devedores solidários, enquanto que o acórdão da Relação condena-os na mesma quantia mas, como devedores conjuntos<sup>40</sup>. Ora, trata-se de uma alteração da qualificação jurídica – de dívida solidária para dívida conjunta - *relevante*, pois são qualificações com efeitos práticos diferentes. Enquanto que numa obrigação solidária, cada um dos devedores responde pela prestação integral e esta, sendo efetivada, a todos libera<sup>41</sup>, numa obrigação conjunta ou, utilizando uma terminologia mais adequada, obrigação *parciária*,<sup>42</sup> cada devedor responde pela sua parte da dívida (presume-se a igualdade das partes ou quotas), sendo que o credor só de todos os devedores pode exigir a prestação integral.<sup>43</sup> No plano dos efeitos jurídicos causados pela alteração da qualificação jurídica nos termos do decidido pelo tribunal da Relação, o credor deixa de poder executar apenas um dos devedores para obter a totalidade da dívida, passando a ter que executar os dois.

Neste tipo de situações, não se tratará de uma diferença de fundamentação relevante? Caso o seja, dever-se-ia admitir o recurso de revista ao credor, porque as decisões que são *aparentemente* conformes, na verdade, não o são.

Quanto a este exemplo em concreto, há quem entenda<sup>44</sup> que a alteração de devedores solidários para devedores conjuntos é uma diferença na questão de fundo que já não reside no plano da fundamentação, mas sim no plano decisório.

Numa posição contrária, ABRANTES GERALDES entendia<sup>45</sup> que desde que o resultado final – i.e, a decisão - fosse confirmada por unanimidade, seria indiferente que

---

<sup>40</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>41</sup> Artigo 512.º, nº1 do CC.

<sup>42</sup> De acordo com MENEZES CORDEIRO, em *Tratado de Direito Civil Português II, Direito das obrigações, Tomo I*, 2009, Ed. Almedina, pág.71, a expressão “conjunta” não é satisfatória, pois a palavra “conjunção”, pode querer dizer solidariedade.

<sup>43</sup> Para uma leitura mais completa sobre obrigações solidárias e parciárias, V. MENEZES CORDEIRO, em *Tratado de Direito Civil.... op.cit.*, págs.713-732.

<sup>44</sup> PINTO FURTADO em *Recursos...* pág.88.

<sup>45</sup> ABRANTES GERALDES, *Recursos em Processo Civil – Novo Regime...* pág. 381, nota de rodapé 518. Falamos no pretérito imperfeito, pois trata-se de uma posição que nasceu ao tempo da primeira versão do n.º3 do art.º 671 do CPC, deixando de ter aplicação com a redação atualmente em vigor.

a fundamentação no acórdão da Relação fosse num sentido diferente da adotada na 1ª instância, mesmo se tratando de uma qualificação jurídica diferente. O autor defendia que as interpretações de TEIXEIRA DE SOUSA não encontravam apoio suficiente, seja através de uma interpretação literal, seja histórica, no sentido em que no debate que procedeu à aprovação da norma<sup>46</sup> acabou por se optar por uma solução que prescindia da identidade dos fundamentos. Se na altura, foi esta a solução que prevaleceu, então entende-se que a intenção do legislador foi a de considerar *irrelevante* a matéria de facto ou a qualificação jurídica que levou à decisão, para efeitos de conformidade.

Mas veja-se, estas preocupações nasceram no período em que a primeira versão se encontrava em vigor, pelo que ainda que não se tenham feito sentir com a reforma de 2007, foram levadas a sério com a reforma de 2013, onde se procedeu de facto à alteração da norma nesse sentido, em vigor até à presente data.

Isto significa que os problemas que foram levantados por TEIXEIRA DE SOUSA, se fizeram sentir de alguma forma, sendo que, a versão atualmente em vigor, procura distinguir as situações em que a utilização de fundamentos diferentes pode, ou não, ser relevante, consoante afetem ou não decisão final. Fá-lo através da introdução do conceito indeterminado que já enunciámos supra – o conceito de *essencialidade*.

A verdade é que, observando o número de revistas para o Supremo, nomeadamente aquelas que incidem sobre o pressuposto da dupla conforme, número que vem aumentando gradualmente desde a Reforma de 2007<sup>47</sup>, se pode concluir que anteriormente à reforma de 2013, o problema da alteração da qualificação jurídica dos factos, em sede de dupla conforme, praticamente não existia.<sup>48</sup> Por mais que o tema tenha adquirido relevância na doutrina, a lei era explícita: verificava-se a figura da dupla conforme, ainda que os fundamentos fossem diferentes.

---

<sup>46</sup> Da primeira versão do n.º 3 do art.º 671 do CPC.

<sup>47</sup> Através de uma leitura atenta dos sumários anuais dos acórdãos do Supremo Tribunal da Justiça, disponíveis em *stj.pt*, foi possível observar que o número de processos nas secções cíveis aumentou de 1 no ano de 2010, para 5 no ano de 2011, para 17 em 2012, 29 em 2013, 51 em 2014, 76 em 2015 e finalmente em 2016 foram registados um total de 108 processos. Trata-se de uma estatística que reflete que a alteração efetuada pelo CPC de 2013, ao contrário de solucionar problemas anteriores, veio acrescentar outros.

<sup>48</sup> Nos termos do acórdão do Supremo de 16-10-2012, processo n.º 10376/08.6TBMAI.P1.S1, podemos pela primeira vez assistir a um caso em que a utilização de fundamentos diferentes podem colocar em causa a dupla conforme. No entanto, no acórdão em causa, decidiu-se que “a alteração da qualificação jurídica do contrato em causa ou da qualificação jurídica do rompimento contratual verificado (...) integra apenas alteração do fundamento” e um “diferente fundamento do acórdão da Relação relativamente ao fundamento da sentença sobre que aquele acórdão versou – seja esse fundamento de facto ou de direito – não impede a verificação da dupla conforme” dando-se efetivamente irrelevância ao facto de a Relação ter alterado a fundamentação de facto dando origem a uma qualificação jurídica diversa, pois mantendo-se a mesma decisão, aplica-se a regra da dupla conforme.

É com a versão de 2013, que o tema ganha real relevância na jurisprudência, sendo que o juiz ganha margem de atuação, podendo decidir, dependendo do caso, se a alteração da qualificação jurídica em causa, integra ou não um fundamento *essencialmente* diferente, admitindo ou não o recurso de revista.

#### 4.2.2. O Conceito de “Essencialmente Diferente”

Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil de 2013, a regra da dupla conforme que constava do n.º 3 do art.º 721, integra agora o n.º 3 do art.º 671 e contém uma novidade: a versão que prescindia da identidade de fundamentos deu agora lugar à exigência de uma identidade mínima, ao exigir que o acórdão da Relação, para ser definitivo, não poderá ter uma fundamentação “*essencialmente diferente*” da decisão recorrida.

Mas afinal, o que é que se pode entender por *fundamentação essencialmente diferente*? Trata-se de um conceito indeterminado, pois não é fácil de perceber que tipo de situações são ou não *essencialmente diferentes* entre si. A questão crucial foca-se no conceito de *essencial*. Já percebemos que ser apenas *diferente* não é suficiente para abrir o acesso ao recurso de revista. Para isso, é necessário que seja *essencialmente diferente*. Pelo que, para podermos perceber melhor este conceito e que tipo de situações estão aqui abrangidas, precisamos partir de um primeiro ponto: da *essencialidade*.

Diz-nos ELIZABETH FERNANDEZ<sup>49</sup> que, só consideraremos que a Relação utilizou fundamentos essencialmente diferentes quando o novo fundamento determina “*uma utilidade económica ou jurídica diversa que prejudica a parte recorrida ou a parte recorrente*”. A fundamentação só será essencialmente diferente quando altere o significado da decisão.

Também no mesmo sentido, RUI PINTO dispõe que, uma fundamentação essencialmente diferente será aquela que “*tem consequências necessárias no conteúdo qualitativo ou quantitativo da decisão*”<sup>50</sup>.

A partir daqui é possível retirar uma ideia geral: será essencialmente diferente, uma fundamentação que afete diretamente a lógica jurídica da decisão.

---

<sup>49</sup> ELIZABETH FERNANDEZ, *apud* PAULO RAMOS FARIA, em *Primeiras Notas...op.cit.*, pág.150, nota de rodapé 373.

<sup>50</sup> RUI PINTO em *Notas...* pág. 183 e em *Código...* pág.370.



Trata-se da ideia que nasceu já aquando da norma anterior, quando falámos na importância da utilização de fundamentos diferentes e de como estes poderiam afetar a respetiva decisão. Como já vimos supra,<sup>51</sup> ainda que se tratasse de uma situação com alguma relevância, a norma não deixava margem para podermos considerar que a diferença de fundamentos era ou não essencial, pois existia dupla conforme se as decisões fossem iguais, mesmo que os fundamentos fossem completamente diferentes. No entanto, a norma atual já nos permite atuar nesse sentido, deixando-nos espaço para considerarmos caso a caso. Assim, ainda que a decisão da Relação se mantenha igual (ou até mesmo, formalmente igual) à da 1ª instância, a norma concede-nos outro acesso para verificação da dupla conforme – a conformidade essencial dos fundamentos.

A verdade é que, ainda que uma fundamentação essencialmente diversa seja agora um requisito independente da dupla conforme, tal como na norma anterior, a “*desconformidade de fundamentos não tem valor em si mesma, mas sim enquanto afetação lógico-jurídica de desconformidade de decisão*”<sup>52</sup>. Isto significa que, só se pode aferir a desconformidade dos fundamentos se atendermos à respetiva decisão, pois só poderemos considerar que a fundamentação utilizada é essencialmente diferente, se a mesma afetar a decisão. Se não a afetar de forma alguma, então é porque a fundamentação não foi essencialmente diferente, caso em que teremos sem dúvida uma situação de dupla conforme e não poderá haver recurso. Um requisito não subsiste sem o outro. Já uma desconformidade decisória vale por si só, não necessitando de desconformidade de fundamentação, mas falaremos desse requisito mais adiante.<sup>53</sup>

#### 4.2.3. A Conformidade Essencial de Fundamentação na Jurisprudência

Posto isto, foi possível compreender, pelo menos num primeiro nível, o que pretendeu o legislador com a inclusão deste conceito. Mas, mais importante, é necessário concretizá-lo na prática, e para isso, enunciamos de seguida, diversos exemplos práticos jurisprudenciais, dividindo-os em dois grandes grupos: o primeiro, constituído por situações em que a fundamentação é considerada como *essencialmente*

---

<sup>51</sup> Supra, págs.23 e seguintes e págs 31 e seguintes.

<sup>52</sup> RUI PINTO, *Notas...* pág. 183 e *Código...* pág.370.

<sup>53</sup> Infra, págs. 49 e seguintes.

*idêntica*, e o segundo, pelos casos em que a fundamentação é considerada como *essencialmente diversa*.

- Fundamentação Essencialmente Idêntica

Neste tipo de situações, embora a fundamentação adotada pela Relação seja diferente da adotada pela 1ª instância, na prática, não se trata de uma diferença relevante, pois acaba por não despoletar nenhuma alteração na decisão, que se mantém conforme à decisão recorrida. Nesse sentido, sendo a fundamentação adotada pelas duas instâncias, *essencialmente idêntica*, não haverá necessidade de se abrir um terceiro grau de jurisdição, pelo que se verifica a dupla conforme e não poderá ser interposto recurso para o Supremo.

De acordo com a jurisprudência, tem-se considerado que a Relação adota uma fundamentação essencialmente idêntica à da 1ª instância, quando “*as diferenças entre as mesmas, são meramente de estilo, tendo as duas instâncias invocado os mesmos dispositivos legais*”<sup>54</sup> ou quando se tratem “*de discrepâncias marginais ou secundárias que não constituem um enquadramento jurídico alternativo,*” devendo por isso ser desconsideradas<sup>55</sup>, quando a Relação se tenha mantido “*na linha essencial da fundamentação trilhada pela sentença de 1.ª instância sem apresentar um percurso jurídico diverso*”<sup>56</sup> ou ainda, sempre que a Relação se limite “*a chamar à colação fundamentos mais «alargados», sem configurar um percurso jurídico diverso, nem fazer uma qualificação jurídica distinta da anterior*”.<sup>57</sup>

Nomeadamente, estão em causa “*questões não essenciais, com natureza meramente complementar ou secundária, sem carácter decisivo para o julgamento do caso*”<sup>58</sup>, em que não é suficiente “*qualquer alteração, inovação ou modificação dos fundamentos jurídicos do acórdão recorrido, relativamente aos seguidos na sentença*

---

<sup>54</sup> Ac. do STJ de 01-04-2014, revista n.º 2024/11.3TVLSB.L1.S1 (Maria Clara Sottomayor).

<sup>55</sup> Ac. de 28-04-2014, processo n.º 473/10.3TBVRL.P1-A.S1 (Abrantes Geraldês); de 08-01-2015, Incidente n.º 346/11.2TBCBR.C2-A.S1 (João Bernardo); de 24-03-2015, Revista n.º 360/12.0T2AND.C1.S2 (João Camilo); de 30-04-2015, Incidente n.º 6543/13.9YYPRT-A.P1-A.S1 (Abrantes Geraldês); e de 31-05-2016, Revista n.º 109/14.3T8CMN.G1.S1 (Maria Clara Sottomayor), todos do Supremo Tribunal da Justiça.

<sup>56</sup> Ac. do STJ, de 21-10-2014, Revista n.º 262/09.8TBFND.C1.S1 (Helder Roque).

<sup>57</sup> Ac. do STJ de 13-11-2014, Revista n.º 165/09.6TVPRT.P1.S1 (Tavares de Paiva).

<sup>58</sup> Ac. do STJ de 20-11-2014, Revista n.º 3479/10.9TBGDM-B.P1.S1 (Abrantes Geraldês).

*apelada, ou qualquer nuance na argumentação jurídica pela Relação assumida para manter a decisão já tomada em 1.ª instância*”.<sup>59</sup>

Outros entendem que a fundamentação é essencialmente idêntica quando for “*substancialmente idêntica a resposta que as instâncias derem à questão ou questões jurídicas que, em concreto, se revelem essenciais para o resultado*”<sup>60</sup> ou sempre que o tribunal da Relação, “*dentro do enfoque jurídico da decisão recorrida, aduz argumentos relacionados com a questão decidida que lhe emprestam maior solidez*”.<sup>61</sup> Por último, sob pena de exaustão, tem-se considerado que a fundamentação é substancialmente idêntica quando “*a diversidade de fundamentação se traduza apenas na não aceitação, pela Relação, de uma das vias trilhadas para atingir o mesmo resultado, ou nas situações, em que a Relação, para confirmar o declarado pela 1.ª instância, tenha aderido à fundamentação utilizada, acrescentando, como reforço, em termos cumulativos ou subsidiários, outros fundamentos.*”<sup>62</sup>

Tomem-se como exemplos os seguintes casos julgados na jurisprudência, em que a diferença entre os fundamentos utilizados pelas duas instâncias, foi considerada como *não essencial*, não obstando assim à admissão do recurso de revista:

- i) O tribunal da 1ª instância nega a existência do crédito da autora e a Relação vem depois reconhecer esse mesmo crédito, declarando-o extinto por prescrição, confirmando tudo o resto proferido na sentença recorrida.<sup>63</sup>
- ii) Se, quer a sentença da 1.ª instância, quer o acórdão recorrido decidiram no sentido da improcedência da ação, com fundamento no facto da ré/recorrida não ter incorrido em responsabilidade civil contratual, atenta a não verificação de um dos pressupostos de tal responsabilidade – ausência de danos – tendo a Relação se limitado a aditar a ausência de outro dos pressupostos daquela responsabilidade – ausência de prova de qualquer ilicitude contratual por parte da ré – a fundamentação das

---

<sup>59</sup> Ac. do STJ, de 19-02-2015, Revista n.º 302913/11.6YIPRT.E1.S1 (Lopes do Rego).

<sup>60</sup> Ac. do STJ de 03-07-2014, Revista n.º 1122/08.5TBAMD.L1.S1 (Abrantes Geraldês).

<sup>61</sup> Ac. do STJ de 01-03-2016, Revista n.º 1813/12.6TBPNF.P1.S1 (Fonseca Ramos).

<sup>62</sup> Ac. 30-04-2015, já referido na nota 55, e no mesmo sentido acórdãos de 03-07-2014 e de 08-01-2015, já referenciados supra, notas 60 e 55, respetivamente.

<sup>63</sup> Ac. de 03-07-2014, supra nota 60.

decisões é essencialmente a mesma e idêntica, traduzindo-se na invocação do mesmo quadro normativo.<sup>64</sup>

- iii) Para alcançar um resultado idêntico àquele que se obtivera na 1.ª instância, a Relação limita-se a rejeitar uma das vias ali seguidas – a inexistência de inversão do título da posse e a falta de comprovação do elemento subjetivo da figura – mas perfilhando idêntico entendimento quanto à outra – a falta de decurso do prazo tido como exigível.<sup>65</sup>
- iv) O facto de as instâncias terem qualificado o referido dano de forma diversa nas decisões que tomaram (qualificando-o num caso como dano patrimonial e no outro como não patrimonial), seguindo, assim, caminhos diversos, não alterou significativamente o enquadramento normativo do pleito.<sup>66</sup>
- v) No caso, a diversidade assinalada na fundamentação das decisões de ambas as instâncias – a atribuição da natureza de sinal à quantia reclamada pela 1.ª instância e a qualificação das quantias peticionadas como obrigação acessória autónoma da principal – é irrelevante para afetar a conformidade das soluções adotadas pelas instâncias, visto que ambas as enquadraram dentro do mesmo instituto jurídico do contrato-promessa.<sup>67</sup>

- Fundamentação Essencialmente Diversa

Por outro lado, podemos concluir por uma fundamentação essencialmente diferente, quando a Relação adote diferentes fundamentos daqueles empregues pelo tribunal de 1ª instância, de tal forma que essa alteração foi *central na construção do silogismo judicial que conduziu à parte dispositiva da decisão*<sup>68</sup>. Por essa razão,

---

<sup>64</sup> Ac. do STJ de 12-03-2015, incidente n.º 2495/11.8TBVFR.P1.S1 (Fernandes do Vale).

<sup>65</sup> Ac. do STJ, de 09-07-2015 - Revista n.º 818/06.0TCFUN.L2.S1 (Helder Roque).

<sup>66</sup> Ac. do STJ, de 21-01-2016 - Processo n.º 806/10.2TBPTL.G1.S1 (Pires da Rosa).

<sup>67</sup> Ac. do STJ, de 31-05-2016, já referido supra, nota 55.

<sup>68</sup> RUI PINTO, *Notas...* pág.183 e *Código..* pág. 370.

estamos perante um segmento decisório da Relação que coincide com o da 1ª instância, mas apenas a nível formal, pois a alteração da fundamentação foi significativa ao ponto de afetar a respetiva decisão. Tratando-se de caminhos lógicos diferentes adotados pelas duas instâncias, justifica-se o acesso ao Supremo, na medida em que não se aplica a figura da dupla conforme.

A jurisprudência tem entendido que estamos perante uma fundamentação essencialmente diversa “*se forem diversificados os caminhos percorridos por ambas as instâncias até à sua idêntica solução final, reportando-se esta realidade jurisdicional à circunstância de o Julgador, ponderando o universo normativo da legislação compreendida no sistema jurídico a que recorre, ter ido buscar distinto regime jurídico daquele que foi seleccionado por outro Juiz*”<sup>69</sup> ou se a divergência entre as instâncias “*para além de respeitar ao cerne da questão ou questões jurídicas concretamente apreciadas, seja substancial*”<sup>70</sup> ou ainda quando “*a solução jurídica do pleito prevalecente na Relação tenha assentado, de modo radicalmente ou profundamente inovatório, em normas, interpretações, normativas ou institutos jurídicos perfeitamente diversos e autónomos dos que haviam justificado e fundamentado a decisão proferida na sentença apelada – ou seja, quando tal acórdão se estribe decisivamente no inovatório apelo a um enquadramento jurídico perfeitamente diverso e radicalmente diferenciado daquele em que assentara a sentença proferida em 1.ª instância*”.<sup>71</sup>

Entendem também que será necessário, para o efeito, “*uma modificação qualificada, essencial, da fundamentação jurídica que aos olhos das partes exiba a ideia de que as águas em que cada instância navegou são tão diferentes, que só mesmo as decisões são coincidentes*”<sup>72</sup> e indispensável que “*ocorra uma diversidade estrutural e diametralmente diferente no plano da subsunção do enquadramento normativo da mesma matéria litigiosa*”<sup>73</sup> e finalmente, tratar-se-á de uma fundamentação essencialmente diferente, “*se da mesma questão a resolver, se extraem efeitos jurídicos diferentes*” caso em que ao invés de termos uma identidade de decisões, na realidade temos “*uma sobreposição de decisões juridicamente diferentes*”<sup>74</sup>

---

<sup>69</sup> Ac. do STJ de 18-09-2014, Revista n.º 630/11.5TBCBR.C1.S1 (Silva Gonçalves).

<sup>70</sup> Ac. de 13-11-2014, referido supra, nota 57.

<sup>71</sup> Ac. do STJ de 19-02-2015, Revista n.º 302913/11.6YIPRT.E1.S1 (Lopes do Rego) e Ac. do STJ de 28-05-2015, Revista n.º 1340/08.6TBFIG.C1.S1 (Lopes do Rego).

<sup>72</sup> Ac. de 19-02-2015, referido na nota anterior.

<sup>73</sup> Ac. de 30-04-2015, referido na nota 55.

<sup>74</sup> Ac. de 04-06-2015 referido na nota 139.

A título de exemplo, seguem os seguintes casos julgados, nos quais se entendeu que estava em causa uma fundamentação *essencialmente diversa*:

- i) Tendo a condenação da ré na sentença apelada radicado na invocação de uma violação culposa do princípio da boa fé contratual, quer na fase pré-contratual, quer na fase pós contratual, ulterior à consumação da compra e venda do imóvel, apelando a Relação, não ao plano de qualquer responsabilidade situada no perímetro dos contratos celebrados, mas antes à violação culposa pela ré de um dever de conservação das partes comuns do imóvel, decorrente da sua qualidade, legalmente imposta, de administrador provisório do edifício em regime de propriedade horizontal – deslocando, assim, a base normativa da condenação do âmbito da violação do princípio da boa fé contratual para o plano das consequências do incumprimento culposos dos deveres que recaem sobre o administrador, como órgão da propriedade horizontal, entende-se que assentou numa fundamentação essencialmente diversa da adotada pela 1.<sup>a</sup> instância.”<sup>75</sup>
- ii) Tendo a sentença proferida em 1.<sup>a</sup> instância, condenado o réu com base no instituto do enriquecimento sem causa, e o acórdão recorrido confirmado o sentido decisório daquela sentença, condenando o réu, nos seus exatos termos, mas com fundamento na existência de uma cláusula negocial nula, subjacente ao contrato de arrendamento, está-se perante uma fundamentação, essencialmente diferente.
- iii) Não se verifica o obstáculo da dupla conforme “*se o efeito do caso julgado material formado é relevantemente diverso: improcedência definitiva fundada na caducidade, conforme decidiu a sentença; improcedência não definitiva assente na exceção de não cumprimento, conforme decidiu o acórdão. Assim, apesar de, em ambas as instâncias estar em causa o incumprimento de um dever contratual de informação por parte do tomador de seguro em relação à seguradora de crédito, sendo essencialmente diverso*

---

<sup>75</sup> Ac. de 28-05-2015, referido na nota 71.

*o enquadramento jurídico aplicado pelas instâncias para julgar improcedente a acção, deve ser admitido o recurso de revista.”*<sup>76</sup>

Dito isto, a verdade é que seria um tanto incoerente, inibir o acesso ao Supremo, estando em causa fundamentos completamente diferentes. Situações nesses moldes transmitiriam insegurança e dúvida relativamente à decisão tomada, sendo que, se a própria Relação entendeu existirem outros fundamentos que não os da 1ª instância, então será que ao abrir o acesso ao Supremo, também este possa entender que existem outros fundamentos que possam até dar origem a uma decisão diferente das adotadas pelas instâncias anteriores?

Assim, mesmo que a nova versão de 2013 dê origem a alguma ambiguidade, a verdade é que em nome da segurança e estabilidade jurídica, é apropriado que os fundamentos adotados pelas duas instâncias, tenham pelo menos *alguma* conformidade entre si. Ou melhor, sejam, no mínimo, *essencialmente* conformes entre si.

#### 4.3. CONFORMIDADE DECISÓRIA – Remissão

Considerando que o terceiro e último requisito consiste no ponto central do presente trabalho, remetemos o tema para capítulo próprio, pelo que para lá se remete.<sup>77</sup>

### 5. EXCEÇÕES À DUPLA CONFORME

Tendo em conta que cada regra tem a sua exceção, também a regra da dupla conforme contida no n.º 3 do art.º 671, apresenta as suas exceções.

Assim, podemos desde já enunciar que a dupla conforme apresenta hoje três exceções: a revista extraordinária, a revista excecional e o direito transitório.

A primeira e segunda exceções constituem dois sub-tipos do recurso de revista comum, a par da revista *normal*.<sup>78</sup> A revista *normal* ocorre quando *não exista* dupla

---

<sup>76</sup> Ac. de STJ de 16-06-2016, Revista n.º 551/13.7TVPR.T.P1.S1 (Maria dos Prazeres Beleza).

<sup>77</sup> Infra, págs. 49 e seguintes.

conforme, e a *revista extraordinária* e *revista excecional*, ocorrem *apesar de existir* dupla conforme. São estas as exceções mais relevantes, que aliás constam expressamente na norma do n.º3 do art.º 671 do CPC, que se refere à dupla conforme, na primeira e última parte, pelo que por estas razões, optámos por falar nelas em capítulos próprios, que se seguem.

### 5.1.A Revista Extraordinária

A primeira exceção à dupla conforme é a revista extraordinária, cfr. consta aliás da primeira parte do n.º 3 do art.º 671, relativo à regra da dupla conforme. Nos termos deste n.º 3, “*Sem prejuízo dos casos em que a revista é sempre admissível, não é admitido recurso de revista de acórdão da Relação que confirme (...) a decisão proferida na 1ª instância.*” (sublinhado nosso).

Da conjugação destes dois segmentos da norma contida no n.º 3, retiramos que, não é admitido recurso do acórdão da Relação que padeça de dupla conformidade, exceto se se tratar de caso em que a revista é sempre admissível. Os casos em que a revista é sempre admissível são os que constam efetivamente das alíneas a), b), c) e d) do n.º2 do art.º 629 do CPC. Nomeadamente, diz-nos este n.º 2 que, “independentemente do valor da causa e da sucumbência, é sempre admissível recurso: a) com fundamento na violação das regras de competência internacional, das regras de competência em razão da matéria ou da hierarquia, ou na ofensa de caso julgado; b) das decisões respeitantes ao valor da causa e dos incidentes, com o fundamento de que o seu valor excede a alçada do tribunal de que se recorre; c) das decisões proferidas, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, contra jurisprudência uniformizada do Supremo Tribunal de Justiça; [ou] d) do acórdão da Relação que esteja em contradição com outro, dessa ou de diferente Relação, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, e do

---

<sup>78</sup> O recurso de revista como falamos é o recurso de revista *normal*, sendo que, adotando aqui o entendimento seguido no acórdão do Supremo de 17-06-2010, processo n.º 1195/08.0TBBRR.L1.S1 (Sebastião Póvoas), podemos afirmar que existem seis sub-tipos do recurso de revista: a revista *normal*, a revista *ampliada*, a revista *per saltum*, a revista *sucessiva*, a revista *extraordinária* e a revista *excecional*. Estes dois últimos subtipos são os que, a par da revista *normal*, constituem verdadeiros tipos de revista comum, e são as que mais relevam em sede de exceções à dupla conforme.



qual não caiba recurso ordinário por motivo estranho à alçada do tribunal, salvo se tiver proferido acórdão de uniformização de jurisprudência com ele conforme.”

Acrescente-se que a exceção da revista extraordinária não vinha prevista na versão anterior da norma da dupla conforme, o que suscitava alguma contradição na doutrina, no sentido de perceber se a revista extraordinária contida nos n.º2 e 3 do art.º 629 do CPC, se sobrepunha ao pressuposto da dupla conforme. Contudo, com a introdução da primeira parte do n.º3 do art.º 671 do CPC, resolveu-se assim a questão, não existindo agora margem para dúvidas de que a revista extraordinária consiste numas das exceções legais à regra da dupla conforme.

### 5.2.A Revista Excecional

A revista excecional reveste a exceção mais importante à regra da dupla conforme. Trata-se de um tipo de revista que só se verifica única e exclusivamente, quando esteja em causa o pressuposto da dupla conforme. A sua *ratio* é, no final de contas, servir de via alternativa, quando a via principal esteja bloqueada pela regra da dupla conforme. Por essa razão, a própria denominação adotada pelo legislador de ‘*recurso de revista excecional*’, foi de certa forma ilusória, na medida em que leva o leitor a considerar que estamos perante uma categoria de recurso autónoma, quando basicamente se trata de uma exceção à dupla conforme. Há quem conclua até, que não há revista excecional, mas sim “*certos casos em que, apesar do acórdão da Relação ter confirmado a sentença da 1ª instância (...) ainda assim se pode recorrer de revista*”.<sup>79</sup>

A figura da revista excecional prevista no atual Código de Processo Civil, foi inicialmente inspirada no artigo 150.º do CPTA,<sup>80</sup> o qual previa a possibilidade de interpor recurso para o Supremo Tribunal Administrativo de decisões proferidas em segunda instância, pelo Tribunal Central Administrativo, quando “*esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito*”. Contudo, em sede de processo administrativo, esta surge como uma via excecional de acesso ao STA, que até então era mitigado,

---

<sup>79</sup> PINTO FURTADO em *Recursos...* pág.106.

<sup>80</sup> Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro. Quanto a este tema, será abordado em sede de direito comparado, infra, págs.45 e seguintes.

sendo que, a sua razão de ser no âmbito do processo civil, prende-se então com a figura da dupla conforme.

A revista excecional foi pela primeira vez introduzida no nosso sistema de recursos pela Reforma de 2007, no âmbito das medidas tomadas com a já referida intenção de racionalização do acesso ao Supremo, sendo que, como já foi abordado<sup>81</sup>, foi o resultado de um compromisso entre duas orientações distintas – uma que se opunha à implementação por absoluto da dupla conforme, e uma que, a *contrario*, insistia na sua institucionalização. Na procura de um meio-termo entre estas duas orientações, foi implementada a figura da revista excecional, que funcionaria então como um regime excecional à aplicação da dupla conforme.

A revista excecional vem prevista no atual art.º 672 do CPC.<sup>82</sup> Mas antes disso, vem prevista desde logo na última parte do n.º3 do art.º 671, referente à dupla conforme, ao dispor que “*..não é admitida revista do acórdão da Relação que confirme, sem voto de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão proferida na 1.ª instância, salvo nos casos previstos no artigo seguinte*”(sublinhado nosso).

Assim, prevê o art.º 672 que, excecionalmente cabe recurso de revista, ainda que se verifique uma dupla conforme, sempre que se verifique uma das situações previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º1 do referido artigo, i.e., sempre que “*esteja em causa uma questão cuja apreciação, pela sua relevância jurídica, seja claramente necessária para uma melhor aplicação de direito*”, ou “*estejam em causa interesses de relevância social*”, ou ainda, sempre “*o acórdão da Relação esteja em contradição com outro, já transitado em julgado, proferido por qualquer Relação ou Supremo Tribunal da Justiça, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se tiver sido proferido acórdão de uniformização de jurisprudência com ele conforme*”.

Verificando-se um destes requisitos do n.º 1 do art.º 672, poderá ser admitida uma revista excecional, em detrimento da regra da dupla conforme, sendo que para a verificação dos mesmos, foi então criada uma formação especializada cujo objetivo único consiste nesta apreciação liminar.

Esta *formação* consiste num grupo de três juízes, que de acordo com o n.º 3 do art.º 672, são escolhidos anulamente pelo Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, de

---

<sup>81</sup> Supra, págs. 21 e seguintes.

<sup>82</sup> Este tipo de revista vinha inicialmente prevista no art.º 721.º - A, na redação do Decreto-lei n.º 303/2007, pelo que foi mantida por pleno no novo CPC de 2013.

entre os mais antigos que integram as secções cíveis, cuja decisão é, nos termos do n.º4, definitiva, sendo por isso, insuscetível de reclamação ou de recurso. Na prática, isto significa que se a formação entender que se verifica algum dos pressupostos do n.º1, e admita a revista excecional em detrimento da regra da dupla conforme, os juízes do Supremo Tribunal da Justiça deverão julgar o recurso e não poderão apreciar o tema da dupla conforme de novo.

A formação pode até entender que se verifica algum dos pressupostos da revista excecional, mas que não se verifica a dupla conforme. Ora, na eventualidade de tal ocorrer, não pode a formação admitir a revista excecional porquanto a revista excecional só se aplica quando ocorre uma dupla conforme. Se não existe a dupla conforme no caso em concreto, então nada obsta a que seja admitida a revista nos termos gerais, i.e. a revista normal como já anteriormente nos debruçámos.<sup>83</sup> É aliás nesse sentido que vai o n.º 5 do art.º 672 do CPC, que dispõe que, se a formação entender “*não se verificarem os pressupostos da revista excecional, nada obsta à admissibilidade da revista nos termos gerais*” pelo que deve determinar que “*esta seja apresentada ao relator, para que proceda ao respectivo exame preliminar*”, tal como segue o procedimento na revista normal. Por pressupostos devemos entender os plasmados nas alíneas a) a c) do n.º1, mas também devemos entender o plasmado na epígrafe do n.º1, como seja, a aplicação da dupla conforme.

Posto isto, a formação tem três opções: primeiro, pode entender que no caso em concreto não se verifica a dupla conforme, e portanto, por correlação, não se verificam os pressupostos da revista excecional, pelo que resta remeter o recurso ao relator para este aferir da admissibilidade de recurso de revista nos termos gerais. Segundo, pode esta entender que se verifica a dupla conforme, mas não se verifica nenhuma das alíneas do n.º 1 do art.º 672, pelo que remeterá também ao relator, desta vez, não havendo possibilidade de aceitar a revista normal por existir dupla conforme. Por último, pode a formação entender que se verifica a dupla conforme, e que se encontra preenchido um ou mais pressupostos da revista excecional, caso em que, remeterá o recurso para o Supremo para que haja julgamento do recurso.

---

<sup>83</sup> Supra, págs. 11 e seguintes.

### 5.3. O Direito Transitório

A última exceção à regra da dupla conforme pode encontrar-se no direito transitório. Nos termos do art.º 7 da Lei n.º 41/2013 de 26 de junho, “*aos recursos interpostos das decisões proferidas depois de da entrada em vigor da presente lei [depois de 1 de setembro de 2013] em acções instauradas antes de 1 de Janeiro de 2008, aplica-se o regime de recursos decorrente do Decreto-lei n.º 303/2007 de 24 de Agosto (...) com exceção do disposto no n.º 3 do art.º 671*”.

Isto significa que nos recursos intentados depois da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, em 1 de setembro de 2013, de decisões anteriores a 1 de janeiro de 2008, não se aplica a regra da dupla conforme, aplicando-se apenas a decisões proferidas após 1 de janeiro de 2008.

## 6. CONSEQUÊNCIAS DA APLICAÇÃO DA DUPLA CONFORME

Aplicando-se o pressuposto negativo da dupla conforme contida no n.º 3 do art.º 671 do CPC, existe inadmissibilidade do recurso para o Supremo Tribunal da Justiça.

Perante esta eventualidade, o procedimento que se segue passa por dois caminhos: ou haverá lugar a despacho de indeferimento do recurso pelo tribunal recorrido, neste caso, pela Relação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 641 do CPC, porquanto o recurso não pode ser admitido, ou nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 652 do CPC, aplicável ao recurso de revista por remissão do art.º 679 do CPC, haverá despacho de indeferimento do recurso pelo relator do Supremo, por verificar que a circunstância prevista no n.º 3 do art.º 672 obsta ao conhecimento do recurso.<sup>84</sup>

Contudo, pode o recorrente interpor recurso ou reclamação destas últimas decisões, sendo que do despacho de indeferimento previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 641, pode o recorrente apresentar reclamação para o tribunal que seria competente para dele conhecer nos termos do n.º 6 do art.º 641 e art.º 643, e do despacho de indeferimento do relator, poderá reclamar para a conferência nos termos do n.º 3 do art.º 652.

---

<sup>84</sup> RUI PINTO em *Notas...* pág.185 e *Código...* pág.376.

Se nenhuma destas formas for possível para que o recurso seja admitido, o acórdão da Relação transitará em julgado, pelo que apenas restará ao recorrente a interposição de recurso de revisão nos termos do art.º 696 do CPC, ou ainda, recurso para o Tribunal Constitucional, porquanto todas as vias de recurso ordinário estão esgotadas.<sup>85</sup>

## 7. DIREITO COMPARADO

### 7.1. *Na Ordem Jurídica Interna*

A regra da dupla conforme encontra-se presente noutros sistemas processuais internos, como seja no Direito Administrativo e no Direito Processual Penal.

No Direito Administrativo, como tivemos já oportunidade de introduzir<sup>86</sup>, embora não exista uma regra da dupla conforme *per se*, nos termos do n.º1 do art.º 150 do CPTA, aplicável ao recurso de revista para o STA, podemos ver pressupostos de revista excecional bastante semelhantes aos da revista excecional presente no art.º 672 do CPC, pelo que foi aliás naquela, que esta norma se inspirou.

De acordo com o n.º1 do art.º 150 do CPTA, quando “*esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito*”, excecionalmente admitida revista para o STA, de decisão proferida pelo TCA, revestindo assim, uma exceção ao princípio da inadmissibilidade de revista, com abertura a um terceiro grau de jurisdição no âmbito do processo administrativo.

Ora, principalmente, poderá ser excecionalmente interposto recurso para o STA se a questão tiver relevância, jurídica ou social, e que o recurso seja “*de importância fundamental ou necessária a uma melhor aplicação do direito*”. Com clara inspiração, mas de modo a eliminar algumas dúvidas existentes com a redação do art. 150.º do CPTA, surge a redação do art.º 672, procurando diferenciar as questões jurídicas das

---

<sup>85</sup> Assim se decidiu no acórdão do Supremo Tribunal da Justiça de 05-05-2015, Processo n.º 1805/08.0TBVIG.P1-1.S1 (Gabriel Catarino).

<sup>86</sup> Supra, pág. 41..

sociais, atribuindo uma alínea para cada uma.<sup>87</sup> É com base nesta norma, que surgem as alíneas a) e b) do n.º1 do art.º 672 – já presentes na redação anterior – as quais prevêm questões de relevância jurídica e interesses de particular relevância social.

No Direito Processual Penal, podemos encontrar duas expressões da regra da dupla conforme. A primeira vem prevista no art.º 400 do CPP, nomeadamente na alínea f) do n.º 1, que dispõe que “*não é admissível recurso de acórdãos condenatórios proferidos em recurso pela Relação, que confirmem decisão de 1.ª instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos*”.

Quanto à segunda expressão, vem esta prevista no n.º 1 do art.º 310 do CPP, na qual se dispõe que a decisão instrutória que pronuncia o arguido pelos factos constantes da acusação do Ministério Público é irrecorrível. Vem previsto nos termos deste n.º1 que “*a decisão instrutória que pronunciar o arguido pelos factos constantes da acusação do Ministério público, formulada nos termos do artigo 283.º ou n.º4 do artigo 285.º, é irrecorrível...*”. Nesta segunda vertente, bastante semelhante ao recurso em processo civil, se o despacho de pronúncia confirma por pleno os factos constantes na acusação, pronunciando-se por uma decisão idêntica à da acusação, então o despacho é irrecorrível, e determina a remessa imediata dos autos ao tribunal competente para julgamento, nos termos da parte final deste n.º1. A lógica em causa é a mesma, se o juiz de instrução se pronuncia no mesmo sentido que o Ministério Público, seja por acusação própria ou acusação subordinada à acusação particular pelo assistente, nos termos do art.º 283.º do CPP e n.º4 do art.º 285 do CPP, respetivamente, então não haverá necessidade de apreciação por uma terceira entidade.

## 7.2. Nas Ordens Jurídicas Externas

Em termos de direito comparado, também noutros sistemas jurídicos estrangeiros se pode ver algumas regras que servem como filtragem ao recurso para os tribunais superiores.

Nomeadamente, alguns países da União Europeia têm vindo a introduzir filtros que obstem à interposição de recursos, desbloqueando desse modo, os atrasos constantes nas instâncias de recurso, razão principal por detrás da revisão de muitos

---

<sup>87</sup> CARDONA FERREIRA, *Guia de Recursos em Processo Civil – Atualizado à luz do CPC de 2013*, 6.ª Edição, Coimbra Editora, 2014, pág. 213 e seguintes.

sistemas recursórios. Mas acrescenta-se que, o tempo médio de pendência dos recursos no ordenamento português se situa nos quatro meses, situação que não tem sequer paralelo com o que se passa por exemplo nos ordenamentos italiano e francês.<sup>88</sup>

Não obstante se tratarem de países cuja população ultrapassa o triplo da população portuguesa, o seu tempo médio de pendência de recursos é superior a 2 anos, demonstrando assim uma clara necessidade de reforma do sistema recursório.

Ao contrário do sistema recursório português, no qual o acesso ao Supremo é regido tão só pelo legislador ordinário, nestes ordenamentos, é a Constituição que prevê o recurso de cassação para todas as decisões, sem exceção, sempre que ocorra uma violação da lei, sendo que qualquer reforma no sentido de restringir o acesso à instância máxima, como em Portugal se fez sentir com as últimas reformas, pode colocar em causa a própria Constituição.<sup>89</sup>

No Direito Italiano, por razões semelhantes às do sistema português foi recentemente instituído um filtro à admissão do recurso. Nomeadamente, a partir de 2010, foram detetados que 68% das decisões recorridas foram efetivamente confirmadas em 2.<sup>a</sup> instância, sendo que houve grande parte de casos que ficaram pendentes na mesma instância por se tratar de um número tão elevado de recursos interpostos. Por tais razões foi por este sistema introduzido o filtro que se traduz num juízo liminar de inadmissibilidade para as apelações que não têm uma “*probabilidade razoável*” de procedência.<sup>90</sup>

Por sua vez, no Direito Francês, foram criadas, a partir de 2001, “*formações restritas*” nas diferentes secções (“*chambres*”), compostas por três conselheiros, que têm o poder de declarar inadmissíveis os recursos, sem exame de mérito, sem os necessários pressupostos processuais ou aqueles que são inviáveis.<sup>91</sup>

Quanto ao Direito Inglês, esse filtro manifestou-se através de um sistema de admissão de recurso puramente discricionário. Designa-se de sistema “*leave to appeal*”. Este sistema traduz-se numa apreciação efetuada pelo tribunal recorrido, de verificação

---

<sup>88</sup> Para uma abordagem mais detalhada, V. DIOGO FREITAS DO AMARAL, MARTA TAVARES EE ALMEIDA E CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA Coord. em *Estudos Comemorativos dos 10 Anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa - Volume II, Estudos de Homenagem*, Almedina, 2008, págs.554 e seguintes.

<sup>89</sup> V. *Estudos comemorativos...* pág. 555.

<sup>90</sup> RIBEIRO MENDES em *A Regulamentação dos Recursos no Futuro Código de Processo Civil*, Texto que serviu de base a uma exposição oral feita no Centro de Estudos Judiciários em 26 de abril de 2013, no Curso de Especialização “Temas de Direito Civil”, págs. 26 e 27, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Texto\\_comunicacao\\_Armando\\_Mendes.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Texto_comunicacao_Armando_Mendes.pdf), e consultado em 28-04-2019.

<sup>91</sup> *Idem*, pág. 28.

de existência de interesse e viabilidade do recurso em cada caso concreto. Designadamente, o tribunal *a quo* aprecia – e de forma totalmente discricionária – se naquele caso em concreto existe ou não, necessidade ou justificação de ser apreciado por uma instância superior. Se se entender não existir interesse no recurso, então pode o tribunal recorrido rejeitar a admissão do mesmo.<sup>92</sup>

Na Alemanha, com as alterações introduzidas pela Reforma do Processo Civil de 2001, de modo a fortalecer as decisões tomadas pela 1.<sup>a</sup> instância, foi assim introduzida uma forte restrição à admissibilidade do recurso de revista. Nomeadamente, só poderá ser admitido recurso de revista, caso a apelação ou o Supremo o admitam e quando o litígio subjacente ao recurso apresente uma questão de significado fundamental, ou a causa permita a esse Tribunal assegurar a uniformização da jurisprudência ou o aperfeiçoamento do Direito, ressalvadas determinadas exceções, numa clara adoção do sistema “*leave to appeal*”, inteiramente discricionário na admissão de recursos como tal ocorre no direito inglês.<sup>93</sup>

Fazendo assim uma comparação do nosso sistema com outros sistemas estrangeiros, é clara a ideia de que o acesso ao Supremo nestes ordenamentos é por regra, excecional, ao passo que no ordenamento português, a regra é a da admissibilidade, com exceções, fazendo assim sentido a figura da dupla conforme ser única do nosso sistema, não tendo até à presente data, paralelo noutros sistemas recursórios estrangeiros. O que faz sentido, na medida em que a dupla conforme é, como já concluímos, um pressuposto negativo de admissibilidade do recurso para o Supremo, precisamente porque a regra é a da admissibilidade, sendo necessário restringir esse acesso de alguma forma, sendo que, num sentido oposto, por o acesso ao Supremo ser tão excecional -como forma de combater a pendência tão elevada de recursos e a regra ser então a da *não admissibilidade*, não faz sequer sentido, a adoção de uma figura como a dupla conforme.

Não obstante, compreende-se que tanto no sistema português como nestes sistemas estrangeiros, as insistentes reformas processuais passaram por racionalizar o acesso aos Supremos, aperfeiçoando assim as suas funções de uniformização de jurisprudência, nalguns afunilando cada vez mais o seu acesso, noutros acentuado cada vez mais uma admissibilidade de carácter discricionário.

---

<sup>92</sup> Ribeiro Mendes, *A Regulamentação...* pág.26.

<sup>93</sup> Em *Estudos Comemorativos...* pág.557.



- PARTE II -  
O REQUISITO DA CONFORMIDADE DECISÓRIA

1. A CONFORMIDADE DECISÓRIA – *Uma primeira análise*

O terceiro e último requisito – requisito objetivo – da dupla conforme, consiste, a nosso entender, no mais relevante. Primeiro, trata-se de um requisito que, desde o primeiro momento em que a regra da dupla conforme entrou em vigor, se manteve sempre constante.

Segundo, e mais importante, é o pressuposto sobre o qual incide a verdadeira *ratio* da dupla conforme. É o seu objeto imediato, sendo que, quando falamos em dupla conforme, falamos intrinsecamente, na conformidade entre as decisões.

Para podermos perceber melhor, pressuponhamos a seguinte situação: um acórdão da Relação, sem votos de vencido, com fundamentos essencialmente idênticos aos da decisão recorrida, mas com uma decisão completamente diferente da adotada pela 1ª instância. Estamos perante uma situação que segundo o pressuposto da dupla conforme, falha na verificação do seu terceiro e último requisito – a conformidade decisória. Isto porque, os seus primeiros requisitos verificam-se: existe unanimidade de votos, e existe conformidade de fundamentos. Mas, se observarmos com atenção, afastando o elemento literal, será que na sua *ratio*, este tipo de situação tem sequer algum rasto de dupla conforme? Mesmo que os dois primeiros requisitos estejam presentes, de onde é que podemos retirar alguma essência do princípio da dupla conforme se os próprios segmentos decisórios em nada se relacionam?

Pelo contrário, adotemos outro exemplo: um acórdão da Relação, que com um voto de vencido, e com a fundamentação completamente diferente da adotada pelo tribunal de 1ª instância, conclui por uma decisão exatamente igual à da 1ª instância. Aqui, temos à partida, sem olhar para a letra da lei, mas sim para a sua *ratio*, uma situação de dupla conforme, pois as decisões são exatamente conformes entre si. Ainda que falhe o pressuposto da unanimidade e da conformidade de fundamentação.

A verdade é que nenhum dos requisitos pode sobreviver sem os outros. É necessário que estejam preenchidos todos os requisitos para que a dupla conforme se

verifique. Mas a conclusão a que se pode chegar é que, a essência ou o ponto de partida do princípio da dupla conforme, é efetivamente a conformidade entre as decisões. A partir daí, a ideia foi a de concretizar melhor a figura em si, pois não basta que se verifique uma conformidade final se o caminho até lá não for também ele, minimamente conforme e unânime. A existência de pelo menos *um* voto de vencido, abala a confiança no acerto da decisão, e a existência de uma divergência entre a fundamentação, ainda que não essencial, demonstra que a decisão se manteve a mesma, ainda que por diferente fundamento.<sup>94</sup>

Como já tivemos oportunidade de referir, ao contrário do requisito da conformidade de fundamentação, que só a partir das alterações efetuadas pela reforma de 2013, é que veio ganhar relevância e assumir um papel enquanto requisito da dupla conforme, o requisito da conformidade decisória existe e encontra-se consolidado desde o surgimento da regra da dupla conforme, com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º329-A/95 de 12 de dezembro, até ao atual n.º3 do artigo 671.º do CPC.

A sua importância, desde já pelas razões que acabámos de referir, deve-se também ao valor de caso julgado que impende sobre a decisão final da sentença (ou seja, a parte dispositiva da sentença), e que por sua vez não impende sobre os fundamentos que levaram a essa decisão final<sup>95</sup>, sendo que é a “*decisão sobre a relação material controvertida*” que “*fica a ter força obrigatória dentro do processo e fora dele*” nos termos do artigo 619.º, nº1 do CPC, enquanto caso julgado material.

À partida, pelo facto de se tratar de um requisito que desde o surgimento da figura da dupla conforme se tem mantido constante, parece-nos que se trata de uma questão que não tem levantado grandes dúvidas. Ou seja, existe dupla conforme, se a decisão do acórdão da Relação é conforme à decisão da 1ª instância. Por conforme, deverá entender-se, *no mesmo sentido, em concordância, com forma igual, idêntico, que confirma*.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> Neste ponto, v. NUNO PISSARRA, em *Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva, Volume II, Breves notas sobre os arts. 678.º, 691.º, 721.º e 721.º-A do Código de Processo Civil*, Universidade Católica Editora, 2014, pág.193, o qual defende que “*a divergência nos fundamentos não aumenta a incerteza quanto à correcção da decisão, antes a diminui, pois que, pese embora a divergência, a decisão se manteve sólida e firme (...) existe dupla conforme quando a Relação confirma a decisão de 1.ª instância, ainda por cima por diferente fundamento*”.

<sup>95</sup> V. págs. 27 e seguintes, onde já tivemos a oportunidade de referir a importância da decisão enquanto caso julgado, a propósito da importância da conformidade essencial dos fundamentos, que ainda que não façam caso julgado, ganham relevância enquanto afetação lógica da decisão.

<sup>96</sup> Significado da palavra “*conforme*” no dicionário português.

A verdade é que na prática, trata-se de uma questão que não tem sido nada pacífica na doutrina, nem na jurisprudência. Trata-se de um segmento que tem levantado uma série de questões, no sentido de não se encontrar consenso sobre em que tipo de situações se pode considerar que as decisões são efetivamente, conformes entre si.

## 2. DIMENSÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA

Naturalmente, não existe qualquer dúvida se considerarmos que as decisões são desconformes quando, a título de exemplo, a 1ª instância absolve o réu do pedido, e a Relação vem depois condená-lo. Neste tipo de situações, é perfeitamente claro que as decisões são desconformes, e por isso poderá ser admitido o recurso de revista.<sup>97</sup>

A dúvida reside sim, quando a Relação vem decidir no mesmo sentido que decidiu o tribunal de 1ª instância, mas a decisão, em todos ou algum dos seus segmentos, não se apresenta exatamente conforme com os da decisão recorrida.

Essa desconformidade poderá ser a nível *qualitativo* ou *quantitativo*.

Falamos em desconformidade *qualitativa* quando p. ex. a qualificação jurídica é diversa, ou ainda que seja a mesma, os efeitos jurídicos adotados são diversos, ou ainda, se ambas as instâncias decidiram pela absolvição do réu, mas uma entendeu que o réu fosse absolvido do pedido enquanto que a outra entendeu que existiam fundamentos para a absolvição da instância. Em ambas as decisões, o réu foi absolvido, por isso ambas decidiram no mesmo sentido. No entanto, não se pode ignorar que os fundamentos para a absolvição do pedido e absolvição na instância são completamente diferentes, assim como os seus efeitos jurídicos. Enquanto que a absolvição do pedido, que reveste uma decisão sobre o mérito da causa faça caso julgado material, pelo que tem força obrigatória fora e dentro do processo, a absolvição da instância faz apenas

---

<sup>97</sup> Não obstante, referimos o acórdão do Supremo de 06-02-2014, processo n.º 291/11.1TVLSB.L1.S1 (Bettencourt de Faria), no qual se entendeu que “*o facto de a decisão de 1.ª instância ser absolutória e a da Relação ser condenatória, não impede que ocorra a dupla conforme, impedindo o autor de interpor recurso de revista, na medida em que, do conjunto das duas decisões, se retire o máximo que lhe pode ser arbitrado*”. Quanto a isto não podemos deixar de discordar, pelo que seguimos aqui o entendimento de RUI PINTO, em *Código...* pág.368, no sentido em que aplicar o conceito da tese de inclusão quantitativa a este tipo de casos, é construir toda uma interpretação ab-rogante da lei.

caso julgado formal, tendo valor apenas dentro daquele processo, não obstante a que se proponha outra ação sobre o mesmo objeto, contra o mesmo sujeito.<sup>98</sup>

Nesta ótica, estamos perante duas decisões em que nem os seus próprios casos julgados conseguem co-existir, sendo que através de uma decisão de absolvição do pedido (digamos que é a decisão da 1ª instância), o réu fica protegido de qualquer outra ação contra si com o mesmo objeto, enquanto que pela decisão (que corresponde à da Relação) de absolvição na instância, volta a ficar desprotegido, podendo ser alvo de nova ação contra si, com o mesmo objeto. Ou seja, não é possível conjugar as duas decisões, sendo que nestes termos, a decisão da Relação acaba por revogar a da 1.ª instância, o que nos leva a concluir que ainda que o réu tenha sido absolvido pelas duas instâncias, não existe conformidade qualitativa suficiente para considerarmos que ocorre uma dupla conformidade, e, por essa razão, pode o autor vir a interpor recurso de revista.

Portanto, podemos considerar que existe uma desconformidade qualitativa quando, tendo por base a mesma matéria de facto dada como provada, as instâncias optam por caminhos diferentes, apresentando um enquadramento jurídico diverso.

Como já nos debruçámos anteriormente,<sup>99</sup> esta desconformidade decisória a nível qualitativo implica desde logo uma desconformidade da fundamentação que levou àquela decisão, sendo que, são os fundamentos que indicam a construção jurídica do juiz que a partir dos factos dados como provados, chegou àquela conclusão decisória. Se os fundamentos são essencialmente diversos, não se pode ignorar o facto de apresentarem consequências diretas no conteúdo qualitativo e quantitativo da decisão.

Assim, a desconformidade na sua vertente qualitativa ganha relevância desde logo num momento anterior – na fundamentação – e novamente, na parte dispositiva. Por isso, trata-se de uma vertente que afeta ambos os requisitos objetivos que formam a dupla conforme – o requisito da conformidade essencial de fundamentação e o da conformidade decisória.

Por sua vez, falamos em desconformidade *quantitativa*, quando ambas as decisões são conformes quanto ao enquadramento jurídico do objeto, mas decidiram-se por montantes condenatórios diferentes.

---

<sup>98</sup> Nos termos do n.º1 do art. 279.º conjugado com o n.º1 do art. 619.º e n.º1 do art. 620.º do CPC.

<sup>99</sup> Sobre a fundamentação, v. infra, págs. 27 e seguintes.

A primeira conclusão a que se chega é que em ambas as vertentes existe uma desconformidade decisória, seja ela qualitativa ou quantitativa, por isso, a solução é clara, não existe dupla conforme e é admitido recurso de revista.

No entanto, como se verá de seguida<sup>100</sup>, a solução não tem sido tão linear no que se refere a esta vertente quantitativa, sendo que, tem-se generalizado uma tendência para considerar que ainda que não esteja presente uma conformidade decisória quantitativa, ainda assim se pode considerar que existe dupla conforme, e assim restringir o acesso ao Supremo.

### 3. CONFORMIDADE DECISÓRIA – TEORIAS ADOTADAS

Tanto na doutrina, como na jurisprudência, a definição e delimitação da conformidade decisória tem seguido caminhos diferentes, sendo que a opinião tem-se dividido dando origem a duas teorias opostas: a *teoria da dupla conforme plena* e a *teoria da dupla conforme mitigada*.<sup>101</sup> A primeira, assente num critério de conformidade *formal*, e a segunda, mais recente, sustentada num critério de conformidade *racional*.

#### 3.1. TEORIA DA DUPLA CONFORME PLENA

A primeira teoria, designada de *teoria da dupla conforme plena, absoluta* ou *irrestrita*, defende que, só se verifica a dupla conforme se o acórdão da Relação vier confirmar *totalmente* a decisão da 1ª instância. Portanto, trata-se de uma teoria assente num critério de coincidência *formal*. Seja a nível qualitativo ou quantitativo.

Numa primeira aceção, entende-se que é esta a posição que faz mais sentido em termos literais, sendo que se é exigido uma conformidade das decisões - e entende-se por conforme, aquilo *que confirma, que segue no mesmo sentido, que concorda com* - então, a conclusão lógica é exatamente restringir a dupla conforme às situações em que o acórdão da Relação vem confirmar *por pleno*, a decisão da 1ª instância.

---

<sup>100</sup> Esta questão ganha maior relevância quando falarmos da teoria da dupla conforme mitigada, pelo que para lá se remete, págs. 55 e seguintes.

<sup>101</sup> PINTO FURTADO em *Recursos...* pág.88.

Nesta linha, pronunciaram-se principalmente CARDONA FERREIRA, RIBEIRO MENDES, NUNO PISSARRA e recentemente, RUI PINTO.

CARDONA FERREIRA<sup>102</sup> parece seguir esta teoria da dupla conforme plena, ao dizer-nos que “confirmar” para efeitos do nº3 do art.º 671 em questão, “*só tem um sentido: confirmar uma decisão recorrida é não introduzir, na injunção final qualquer alteração ao que decidir a 1ª instância.*”<sup>103</sup> Também RIBEIRO MENDES segue na mesma linha, defendendo que “*é necessário interpretar de forma restrita esta norma limitativa*” pelo que deve-se considerar que “*desde que não haja absoluta coincidência das decisões não há dupla conforme*”.<sup>104 105</sup>

Quanto a NUNO PISSARRA,<sup>106</sup> defende este que “*confirmar é dizer que a decisão da 1ª instância está correcta, é dizer que está bem tal e qual como está; não é dizer que está correcta em parte, que está bem aqui, mas não está bem ali (...) confirmar a decisão é confirmar a parte decisória da sentença na sua totalidade, independentemente do fundamento*”.

Por último, também RUI PINTO enveredou recentemente por esta teoria, ao entender que “*a conformidade existe se o ato processual “acórdão da Relação” repete os efeitos jurídicos do ato processual prévio “decisão proferida pela 1.ª instância”.*”<sup>107</sup>

Não obstante estas posições, tem sido contrariamente entendido<sup>108</sup> que, a teoria plena da dupla conforme reveste uma interpretação que é demasiado mecânica e rigorosa e que não leva em conta determinadas situações em que ainda que as decisões não sejam exatamente conformes entre si, ainda cabe no espírito da norma, incluí-las como tal.

O tipo de casos mais controverso e que tem levantado maiores dúvidas são precisamente os que apresentam uma desconformidade quantitativa, como já atrás

---

<sup>102</sup> CARDONA FERREIRA, em *Guia de Recursos em Processo Civil*, 5ª Edição, Coimbra Editora, 2010, págs.260 e 261.

<sup>103</sup> No entanto, permanece a dúvida se o autor continuou a seguir a mesma posição, na medida em que na edição posterior – *Guia de Recursos em Processo Civil – Atualizado à luz do CPC de 2013...*, págs. 210 e 211 - não faz qualquer referência à conformidade decisória, limitando-se a acrescentar que com a alteração ao nº3 do art.º 671, passando a dar relevância à diferença de fundamentação, andou-se para trás na relevância da dupla conforme, pelo que, não dizendo nada em contrário, presume-se que o autor tenha continuado a adotar a mesma posição.

<sup>104</sup> RIBEIRO MENDES, em *Recursos...* pág.145 nota 128.

<sup>105</sup> Acrescente-se que é indiferente que estes entendimentos tenham sido enunciados antes da reforma de 2013, sendo que a norma não foi alterada no segmento que aqui nos interessa, o que faz presumir que os mesmos se mantêm inteiramente.

<sup>106</sup> Em *Estudos...* págs. 191 e seguintes.

<sup>107</sup> RUI PINTO, *Código...* pág.366.

<sup>108</sup> PINTO FURTADO em *Recursos...* pág.89.

enunciámos.<sup>109</sup> Nomeadamente, falamos aqui em alterações aos montantes condenatórios efetuadas pela Relação. Será que, embora a Relação decida no mesmo sentido que a 1ª instância, ao efetuar pequenas alterações ao montante, ainda se poderá considerar que as decisões são conformes entre si? Foi com base neste tipo de situações, que surgiu a segunda tese mencionada supra – a *tese da dupla conforme mitigada* – a qual será abordada de seguida.

### 3.2. TEORIA DA DUPLA CONFORME MITIGADA

A segunda teoria, designada de *teoria da dupla conforme mitigada, racional ou parcial*, teve como grande impulsionador MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA<sup>110</sup> - posteriormente seguido por ABRANTES GERALDES<sup>111</sup>, PEREIRA DA SILVA<sup>112</sup> e PINTO FURTADO<sup>113</sup> e por variada jurisprudência, como se verá mais adiante<sup>114</sup> - o qual pretendeu introduzir uma conformidade decisória que fosse mais racional e flexível em alternativa à tese que já vinha sendo propugnada. Portanto, uma teoria antes assente num critério de conformidade ou coincidência *racional*. Nesta ótica, é com este professor que surge pela primeira vez a quebra da conformidade decisória enquanto conformidade quantitativa, na medida em que estaríamos ainda perante uma conformidade entre decisões, mesmo que não ocorresse uma exata conformidade quantitativa. Ou seja, estaríamos em sede de dupla conforme, ainda que os montantes da condenação delimitados pelas instâncias fossem diferentes.

Assim, no sentido de adaptar a figura da dupla conforme a uma realidade mais racional e equilibrada, surge a ideia de que se aceitássemos que nem toda a coincidência é suficiente para dizermos que existe conformidade entre as decisões<sup>115</sup>, então também

---

<sup>109</sup> Infra, págs. 51.

<sup>110</sup> TEIXEIRA DE SOUSA em *Dupla conforme: critério e âmbito...* págs. 21 e seguintes.

<sup>111</sup> ABRANTES GERALDES em *Recursos em Processo Civil – Novo Regime...* págs. 383 e 384 e *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, 3.ª Edição, Almedina, 2016, págs. 358 e seguintes.

<sup>112</sup> PEREIRA DA SILVA em *Recursos em Processo Civil: Abordagem Crítica à Última Reforma*, intervenção no “Colóquio Sobre Processo Civil” promovido pelo Supremo Tribunal da Justiça, em 27 de maio de 2010, disponível em [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2010/05/coloquioprocessocivil\\_pereirasilva.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2010/05/coloquioprocessocivil_pereirasilva.pdf), pág. 18, consultado em 23-05-2019.

<sup>113</sup> Em *Recursos em Processo Civil...* págs. 88 e seguintes.

<sup>114</sup> Infra, págs. 74 e seguintes.

<sup>115</sup> Porque como já vimos supra, ainda que as decisões sejam formalmente idênticas, os fundamentos que a estas conduziram podem ser de tal forma diversos, que os efeitos jurídicos nunca poderiam coincidir entre si, dando assim origem a enquadramentos jurídicos diversos.

poderíamos aceitar que não é qualquer divergência que vai implicar que estejamos perante decisões desconformes entre si.<sup>116</sup>

Basicamente, esta ideia leva-nos a aceitar que não é qualquer divergência na parte dispositiva que implica abrir o acesso ao recurso de revista, pois mesmo que se dê por verificada uma desconformidade, poderá ainda assim entender-se que se verifica uma dupla conforme.

Quando falamos numa desconformidade em termos qualitativos, já entendemos que não é qualquer divergência que é considerada relevante para efeitos de admissão da revista. Para tanto deverá tratar-se de uma divergência essencial, que, sem nos querermos repetir, sob pena de exaustão, só ocorre “*se forem diversificados os caminhos percorridos por ambas as instâncias até à sua idêntica solução final, reportando-se esta realidade jurisdicional à circunstância de o Julgador, ponderando o universo normativo da legislação compreendida no sistema jurídico a que recorre, ter ido buscar distinto regime jurídico daquele que foi seleccionado por outro Juiz*”.<sup>117</sup>

Caso contrário, não se justifica abrir o acesso a um terceiro grau de jurisdição, pois na prática não se verifica uma desconformidade suficiente para descartarmos a figura da dupla conforme. Mas, mais uma vez, falamos aqui em irrelevância da divergência a nível qualitativo. Questão que, na verdade, já tinha sido abordada antes e não apresenta conteúdo inovador para efeitos da tese propugnada por TEIXEIRA DE SOUSA.

A vertente inovadora reside sim, no conteúdo *quantitativo* das decisões, sendo que, o que este professor pretendeu realmente foi atribuir “*irrelevância*” a determinadas alterações nos montantes condenatórios efetuadas pela Relação.

Por exemplo, suponhamos que a 1.<sup>a</sup> instância condena o réu no montante de € 100.000, e a Relação vem posteriormente alterar esse montante. Nos termos da primeira tese enunciada – *teoria da dupla conforme plena* - sendo que os montantes da condenação diferem, não se pode afirmar que ocorre dupla conforme, porque não existe conformidade *quantitativa* entre as decisões.

Contudo, nos termos da *teoria da dupla conforme mitigada* defendida por TEIXEIRA DE SOUSA, entende-se que qualquer alteração ao montante condenatório assim delimitado pela 1.<sup>a</sup> instância, representa uma dupla conforme para a parte que saia beneficiada pelo acórdão da Relação.

---

<sup>116</sup> TEIXEIRA DE SOUSA em *Dupla Conforme*...pág.21.

<sup>117</sup> Acórdão de 18-09-2014, já referido na nota 69 da presente dissertação.



Voltando ao exemplo enunciado supra, suponhamos que a Relação vem diminuir o montante para € 80.000. Tendo em conta que o réu sai beneficiado em € 20.000 em comparação ao montante indicado pela 1.<sup>a</sup> instância, não pode o mesmo interpor recurso porque sobre ele se verifica uma dupla conforme. *A contrario*, se a Relação antes aumenta o montante de € 100.000 para € 120.000, então é o autor que sai beneficiado e não poderá interpor recurso.

A conclusão a que se chega é que, não seria lógico não permitir que as partes pudessem interpor recurso se a Relação tivesse *mantido* o mesmo valor de condenação que a 1.<sup>a</sup> instância, mas já admitir recurso, caso as partes tivessem sido *beneficiadas* pela decisão da Relação (caso a Relação aumentasse o montante, seria o autor beneficiado, caso diminuísse, seria o réu), no sentido em que “*se a improcedência total da apelação obsta, por imposição do sistema da “dupla conforme”, à interposição da revista, então também a procedência parcial dessa apelação não pode deixar de produzir, por idêntica razão, o mesmo efeito impeditivo*”.<sup>118</sup>

Este professor faz assim uma interpretação extensiva da norma contida no n.º3 do art.º 671 do CPC, aos casos em que a parte que pretenda recorrer foi beneficiada pelo acórdão da Relação, apoiando-se assim no argumento à *fortiori*, na sua vertente a *minori ad maius*, a qual se molda na ideia de que *se a regra proíbe o menos, então também proíbe o mais*.<sup>119</sup>

Compreende-se a ideia. Na hipótese de nenhuma das partes sair beneficiada com a decisão da Relação, não é permitido a nenhuma delas recorrer para o Supremo, mas já será permitido caso uma delas saia beneficiada?

Quanto a isto, referimos NUNO PISSARRA.<sup>120</sup> que, como vimos supra, é um dos defensores da *teoria da dupla conforme plena*, o qual entende que, embora possa “*soar estranho que alguém possa recorrer tendo ficado beneficiado quando não podia se a decisão fosse exatamente a mesma da da 1.<sup>a</sup> instância (...) não é por causa de o recorrente ficar na mesma que o art.721º, nº3, impede a revista*” mas sim, porque a decisão ficou a *mesma*. Aquilo que realmente interessa para efeitos de dupla conforme, é o *sentido* da decisão e não a *posição* do recorrente. Também no mesmo sentido segue RUI PINTO, ao defender que “*a dupla conforme não se afere pela comparação dos*

---

<sup>118</sup> *Dupla Conforme...ob.cit.*, pág. 26.

<sup>119</sup> Para maior detalhe sobre esta matéria, V. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA em *Introdução ao Direito*, Almedina, 2012, págs.442 e 443.

<sup>120</sup> NUNO PISSARRA em *Estudos...*p.192 e 193.

*ganhos e perdas entre decisões, mas, sim, pela comparação entre os enunciados jurídicos”.*<sup>121</sup>

Não obstante, TEIXEIRA DE SOUSA entende que deve ser dada relevância à posição do recorrente e não deixa a solução em aberto, antes indicando-nos os seguintes critérios<sup>122</sup> que nos norteiam para o tipo de situações em que se pode considerar como ainda abrangidas pelo pressuposto da dupla conforme:

- i) Primeiro, seja qual for a parte que seja beneficiada pela decisão da Relação, a mesma não pode interpor recurso para o Supremo, pois encontra-se abrangido pela dupla conforme;
- ii) Segundo, na mesma hipótese, a parte que seja prejudicada pela decisão da Relação só pode interpor recurso de revista se a sua sucumbência for superior a metade da alçada do tribunal da Relação<sup>123</sup>. Ou seja, tendo em conta que a alçada do tribunal da Relação corresponde a € 30.000<sup>124</sup>, o valor da sucumbência (o valor com que a parte saiu prejudicada) terá que ser superior a € 15.000, para a parte poder interpor recurso;
- iii) Caso a parte prejudicada inteponha recurso, nos termos do ponto anterior, pode a outra parte (a beneficiada) interpor também, em sede de recurso subordinado, ainda que para este, a decisão lhe seja desfavorável em valor inferior a metade da alçada da Relação.

### 3.2.1. O Recurso Subordinado

O último ponto referido no capítulo anterior, faz alusão a um dos tópicos importantes a que TEIXEIRA DE SOUSA faz referência – o *recurso subordinado* em sede de dupla conforme -que tem sido aliás, um dos temas mais discutíveis em sede da teoria da dupla conforme mitigada.

---

<sup>121</sup> RUI PINTO, *Código...* pág.363.

<sup>122</sup> Para uma visão mais completa, V. TEIXEIRA DE SOUSA em *Dupla Conforme...* pág.25.

<sup>123</sup> Premissa que vem desde logo disposta no art. 629.º, nº1 do CPC, relativa ao recurso ordinário, a que se pode chamar de “regra do decaimento”.

<sup>124</sup> Nos termos do art.44.º, nº1 da Lei nº62/2013 de 26 de agosto (LOSJ).

O recurso subordinado vem previsto no n.º 5 do art.º 633 do CPC. Este tipo de recurso só se verifica quando o recurso (independente) interposto pela outra parte for admitido. Caso não o seja, então também o recurso subordinado não o será.

O que este autor faz - em sede de dupla conforme - é uma aplicação analógica do n.º5 do art.633.º do CPC,<sup>125</sup> o qual estipula que “*se o recurso independente for admissível, o recurso subordinado também o será, ainda que a decisão impugnada seja desfavorável para o respetivo recorrente em valor igual ou inferior a metade da alçada do tribunal de que se recorre*”.

Ora, nos termos do nº1 do art. 629.º do CPC, “*o recurso ordinário só é admissível quando (...) a decisão impugnada seja desfavorável ao recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal*”, o que significa que, para o recorrente interpor recurso independente, o valor da sua sucumbência terá de ser superior a € 15.000, e por sua vez, a outra parte, que embora tenha saído beneficiada pela Relação, continua com uma decisão que lhe é desfavorável, ainda que menos desfavorável que a decisão da 1ª instância. Por isso, só pode interpor recurso subordinado e o valor da sua sucumbência não necessita de ser superior a metade da alçada do tribunal da Relação, sendo que só recorre porque a outra parte interpôs recurso primeiro.

De acordo com estas conclusões, vejamos o seguinte exemplo: o autor formula um pedido de condenação do réu em € 150.000, mas este é condenado pela 1ª instância em apenas € 100.000. O réu recorre para a Relação, e a Relação confirma a condenação, mas aumenta o montante de condenação para € 120.000. Nesta hipótese, o autor não pode recorrer para o Supremo, porque foi beneficiado pela Relação em € 20.000, mas o réu, enquanto prejudicado pela decisão da Relação nos mesmos € 20.000, pode recorrer, pois o valor da sua sucumbência é superior a metade da alçada do tribunal da Relação (superior a € 15.000€). Para o réu recorrer para o Supremo, pode interpor recurso independente, e o autor por sua vez, pode interpor recurso subordinado, pois ainda que a decisão da Relação lhe tenha sido mais favorável do que a da 1ª instância, continua a perder € 30.000 tendo em conta os € 150.000 que pedira inicialmente, sendo indiferente que tal valor seja superior ou inferior a metade do valor da alçada, como vimos supra.

---

<sup>125</sup> V. TEIXEIRA DE SOUSA em *Dupla Conforme...* pág.25, e em *Dupla Conforme e Recurso Subordinado*, artigo online disponível em <https://blogippc.blogspot.com/2014/07/dupla-conforme-e-recurso-subordinado.html>, consultado em 23-05-2019.

Nesta hipótese, segundo a posição deste autor, a decisão é “conforme” para o autor, que foi beneficiado pela decisão da Relação, mas “desconforme” para o réu que foi prejudicado em mais de metade da alçada do tribunal da Relação. Não obstante, na eventualidade de o réu interpor recurso independente, pode o autor interpor recurso subordinado, ainda que sobre ele se verifique uma dupla conforme.<sup>126</sup>

Pelo contrário, se o valor da sucumbência do réu fosse inferior a € 15.000, nenhum dos dois poderia interpor recurso, sendo que a decisão seria “conforme” para ambas as partes.

Pelo que podemos perceber, esta solução de TEIXEIRA DE SOUSA, ao permitir o acesso ao recurso subordinado como exceção à dupla conforme, surge em defesa do princípio da igualdade das partes, na medida em que não permitir à parte beneficiada a possibilidade de interpor recurso subordinado, seria conceder à outra a livre oportunidade de recorrer de uma decisão, sabendo com toda a certeza que a outra parte não poderia recorrer.<sup>127</sup> Situação que seria inconcebível, por violar desde logo o princípio da igualdade das partes, bem como o princípio do contraditório, o direito ao recurso, assim como o direito a um processo justo e equitativo, entre outros.

No seguimento desta posição, referimos o acórdão de 19 de outubro de 2016<sup>128</sup>, no qual tendo a ré interposto recurso principal e em consequência, a autora interposto recurso subordinado, tendo sido rejeitado por decisão do Relator por se verificar dupla conforme, entendeu o Supremo que, “*sendo admissível a revista principal, é admissível a revista subordinada, ainda que, quanto a esta, haja dupla conforme*” tendo em conta a posição “*professada pelo Prof. Teixeira de Sousa, que se revela partidária da admissibilidade do recurso subordinado mesmo que se verifique a “dupla conforme”, por ser a solução ditada pela igualdade e pelo equilíbrio entre as partes*”, fazendo “*desatender, para este efeito, a aparente ingerência da disciplina da “dupla conforme” na permissividade do “recurso subordinado”, pelo que “quer-nos parecer que é este o real pensamento legislativo (...) [que] só não foi explicitamente consagrado porque disso se não terá apercebido o legislador no momento em que procedeu à sua redação (...) se disso se tivesse apercebido (...) teria o legislador estendido ao “recurso subordinado” a contingência da “dupla conforme” - acrescentando ao “valor da*

---

<sup>126</sup> TEIXEIRA DE SOUSA, em *Dupla Conforme*.. pág.25, e *Dupla Conforme e Recurso Subordinado*.

<sup>127</sup> TEIXEIRA DE SOUSA em *Dupla Conforme e Recurso Subordinado*.

<sup>128</sup> Acórdão de 19-10-2016, Processo n.º 3/13.5TBVR.G1-A.S1 (António da Silva Gonçalves). No mesmo sentido, v. acórdão do Supremo de 18-06-2014, processo n.º 4189/09.5TBOER.L1.S1 (Álvaro Rodrigues).

*sucumbência” também a “dupla conforme” - por ser esta a sua verdadeira vontade e assim o justificar a “ratio” (razão de ser da lei) envolvente da disciplina entranhada no “recurso subordinado”(sublinhado nosso).*

Contra esta posição, pronuncia-se ABRANTES GERALDES<sup>129</sup>, que vem defender estritamente o oposto: que em sede de dupla conforme não deve ser admitido recurso subordinado.

Para este autor, se a decisão da Relação implica quanto a si uma dupla conforme que o priva de interpor recurso, não pode o mesmo recorrer-se do n.º 5 do art.º 633, para interpor recurso subordinado, sendo que a possibilidade de recurso subordinado deve ser exceção apenas e tão só quanto a situações de irrecurribilidade em função do valor - por prescindir da regra da sucumbência para a parte interpor recurso.

Não deve por isso, constituir também uma exceção para os casos de irrecurribilidade por verificação de dupla conforme, nomeadamente porque *“a interposição do recurso principal não pode ser invocada como fundamento para a admissão de recurso subordinado”* e porque o n.º 5 do art.º 633 do CPC, não tem por si, *“a virtualidade de abrir múltiplos graus de jurisdição, ainda que por via subordinada, quanto a decisões cuja irrecurribilidade encontre na lei outros motivos”*.<sup>130</sup>

Na linha de pensamento deste autor, no acórdão de 10 de março de 2016<sup>131</sup>, que numa situação idêntica à do acórdão anterior, em que a autora beneficiada com o acórdão da Relação interpôs recurso subordinado, considerou-se que *“uma vez que a decisão do acórdão recorrido constitui dupla conforme em relação ao A, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 671.º do CPC, tal como foi considerado no acórdão (...), é forçoso concluir também aqui pela inadmissibilidade do recurso subordinado interposto pelo mesmo”,* pelo que *“crê-se que seja esta a interpretação mais consentânea com a lei”* por que *“não se afigura que, face ao lapidarmente disposto na parte final do n.º 5 do artigo 633.º, se possa concluir pela ocorrência de lacuna a preencher por via analógica de modo a contemplar, para os mesmos efeitos, a irrelevância da dupla conforme, sendo de salientar que aquela disposição foi mantida aquando da introdução deste novo limite de recorribilidade da revista”,* e também *“não nos parece que o princípio da igualdade das partes imponha, por si só, “a irrelevância do regime da dupla conforme no recurso subordinado”, como vem sustentado por*

---

<sup>129</sup> ABRANTES GERALDES em *Recursos no Novo Código...* pág. 85.

<sup>130</sup> ABRANTES GERALDES em *Recursos no Novo Código...* pág. 85.

<sup>131</sup> Processo n.º 1602/10.2TBVFR.P1.S1 (Tomé Gomes).

*Teixeira de Sousa (...) nem que ocorra tratamento discriminatório, tanto mais que a irrecorribilidade em função do valor da sucumbência e em virtude da dupla conforme, ainda que repousando em razões de economia da jurisdição dos tribunais superiores, em especial, do Supremo Tribunal de Justiça, assenta, numa e noutra hipótese, em pressupostos algo distintos: aquela, de cariz quantitativo e portanto acentuadamente formal; esta de natureza substancial, confinada ao âmbito da revista, ditada pela concordância dos julgados nas instâncias”.*

Também RUI PINTO se pronuncia sobre esta temática, aderindo ao entendimento de TEIXEIRA DE SOUSA, no sentido em que se trata da interpretação “*mais conforme ao direito ao recurso, segundo o princípio pro actione ou favor actionis decorrente do artigo 20.º n.ºs 1 e 4 da Constituição, com suporte ordinário no artigo 2.º, n.º1.*”<sup>132</sup>

De acordo com o exposto, ambas as posições fazem sentido e apoiam-se em fortes princípios. A primeira, que corresponde à de TEIXEIRA DE SOUSA, seguida por RUI PINTO e por parte da jurisprudência, apoia-se maioritariamente no princípio da igualdade, e no princípio do direito ao recurso. A segunda, professada por ABRANTES GERALDES, sustenta-se no princípio da legalidade. Nos termos da primeira posição, poderá haver recurso subordinado na eventualidade de existir dupla conforme, porque deverá ser dada a mesma oportunidade a ambas as partes. Já de acordo com a segunda posição, não poderá haver recurso subordinado, porque a norma do recurso subordinado não vem prevista como uma das exceções à regra da dupla conforme.

Antes de mais, a nosso ver, o problema da dupla conforme em sede de recurso subordinado só se coloca se adotarmos a *teoria da dupla conforme mitigada*, que vem aliás defendida por TEIXEIRA DE SOUSA e ABRANTES GERALDES. É que, se entendermos que a dupla conforme só se verifica se as decisões forem exatamente idênticas, como propugna a primeira teoria da dupla conforme plena, então a decisão será conforme para ambas as partes e nenhuma delas poderá interpor recurso – seja independente, seja subordinado.

Pelo contrário, se as decisões não são idênticas, então a figura da dupla conforme nem se manifesta, pelo que o problema da admissibilidade será avaliado em

---

<sup>132</sup> RUI PINTO, em *Código*....pág.254.

sede de valores da causa e da sucumbência, para efeitos de recorribilidade do recurso, nos termos do n.º1 do art.º 629 do CPC.

Como vem referido no acórdão de 19 de outubro de 2016 supra referenciado,<sup>133</sup> entende-se que o facto de o legislador não ter estendido o recurso subordinado à dupla conforme, se deveu a puro lapso. Ora, entendemos nós que a omissão pelo legislador foi intencional e se deveu ao facto de o instituto do recurso subordinado ser uma exceção à regra da irrecorribilidade subjetiva, que é o valor da sucumbência assim patente no n.º1 do art.º 629 pelo que nunca poderia o mesmo vir previsto como exceção à irrecorribilidade objetiva (que é o pressuposto da dupla conforme).

Aliás, como se entende, e bem, no acórdão de 10 de março de 2016,<sup>134</sup> TEIXEIRA DE SOUSA ao aplicar analogicamente o regime da dupla conforme ao do recurso subordinado, acaba por confundir a legitimidade da parte para recorrer, com a recorribilidade da própria decisão, na medida em que confunde um pressuposto subjetivo com um pressuposto objetivo. Assim, não obstante valorarmos uma interpretação a favor do direito ao recurso, não podemos deixar sempre de apoiar uma posição positivista, pelo que entendemos assim que não vindo expressamente previsto na lei, não deve o recurso subordinado operar enquanto exceção à dupla conforme.

### 3.2.2. *A Pluralidade de Partes*

TEIXEIRA DE SOUSA enuncia-nos outro tipo de situação em que a regra da dupla conforme parece levantar alguns problemas de concretização. Nomeadamente, falamos na eventualidade de existir mais do que um sujeito em cada parte, o que reveste uma situação de litisconsórcio *ativo* ou *passivo*, quer falemos em vários autores, ou em vários réus, respetivamente.

Por sua vez, o litisconsórcio é classificado<sup>135</sup> consoante a sua origem, pelo que pode também ser um litisconsórcio *voluntário* ou *necessário*.<sup>136</sup>

---

<sup>133</sup> Supra, pág.60.

<sup>134</sup> Supra, pág. 61.

<sup>135</sup> Sobre o litisconsórcio e respetivas modalidades, v. TEIXEIRA DE SOUSA em *As Partes, o Objeto e a Prova na Ação Declarativa*, Lex- Edições jurídicas, 1997, págs. 59 e seguintes.

<sup>136</sup> Estas modalidades vêm aliás previstas nos arts. 32.º e 33.º do CPC, respetivamente.

No primeiro, todos os interessados podem demandar ou ser demandados, mas não se verifica nenhuma ilegitimidade, se não estiverem todos presentes em juízo. No segundo, a falta de qualquer deles representa uma situação de ilegitimidade.

A modalidade que mais nos interessa aqui é o litisconsórcio voluntário, que se verifica exclusivamente por iniciativa da parte que pretenda beneficiar de determinados efeitos. Por estas razões, o litisconsórcio voluntário desdobra-se ainda em duas modalidades distintas: o litisconsórcio *simples* e o litisconsórcio *unitário* (ou *conveniente*).

Trata-se de uma classificação que só se manifesta no resultado final da sentença, sendo que no caso de litisconsórcio unitário, deve o juiz, obrigatoriamente, proferir uma decisão que seja uniforme para todos os litisconsortes, enquanto que no litisconsórcio simples, pode o juiz optar por proferir uma decisão que seja igual para todos ou diferente para uns e outros, desde que o objeto seja divisível e incida sobre uma só relação jurídica.

Na prática, a diferença entre estes dois tipos de litisconsórcios, ganha relevância em sede de obrigações pecuniárias, sejam estas solidárias ou parciárias.

Sendo a obrigação solidária, pode o credor obter junto de um dos devedores a totalidade da dívida, bastando para isso, demandar apenas um deles, ao passo que, na obrigação parciária, a cada devedor cabe a sua quota-parte na totalidade da dívida, pelo que para o credor obter a totalidade da sua dívida, terá que demandar todos os devedores.

Ora, as obrigações parciárias são sempre divisíveis, sendo que, se a cada devedor cabe a sua quota-parte, então pressupõe-se que a obrigação possa ser dividida por todos. Já a obrigação solidária pode, ou não, ser divisível.<sup>137</sup>

Quando as obrigações sejam indivisíveis, haverá obrigatoriamente lugar a litisconsórcio unitário, sendo necessário que o tribunal decida da mesma forma para todos os sujeitos. Quando as obrigações sejam divisíveis, pode o tribunal decidir-se por decisões iguais ou diferentes para os vários devedores, e nesse sentido, basta que haja a mera possibilidade de a decisão ser diferente, para que o litisconsórcio seja simples.

No litisconsórcio simples, presume-se que é indiferente para o credor que estejam todos ou só um, em ação, sendo que pode obter o seu benefício através de apenas um deles. Mas acaba por trazer os seus benefícios para efeitos de caso julgado

---

<sup>137</sup> As obrigações divisíveis e indivisíveis vêm previstas nos arts. 534.º e seguintes do CC.



subjetivo, sendo que, ao demandar todos os devedores, assegura que a decisão condenatória que vier a ser proferida valerá perante todos eles.

Verifica-se litisconsórcio unitário, se a obrigação for solidária, por ser indivisível. Pelo contrário, pode verificar-se um litisconsórcio simples, seja no caso de obrigações solidárias ou parciárias.

Ora, esta distinção entre litisconsórcio unitário e litisconsórcio simples é relevante em sede de dupla conforme, nos seguintes termos: verificando-se litisconsórcio unitário, a decisão terá de ser sempre uniforme para todos os litisconsortes, seja em 1.<sup>a</sup> instância, seja na Relação, pelo que no máximo, pode a Relação absolver o/os réu/réus, quando a 1.<sup>a</sup> instância o/os condene, ou o oposto, sendo que existindo essa desconformidade, não haverá dupla conforme.

Os problemas surgem a propósito do litisconsórcio simples, sendo que, tanto em 1.<sup>a</sup> instância, como na Relação, existirá a possibilidade de absolvição de um/alguns dos réus e condenação de outro/outros.

Pressuponhamos que, nessa eventualidade, a Relação condena apenas alguns dos réus, absolvendo parte deles ou apenas um deles ao contrário da 1.<sup>a</sup> instância, mas no exato montante decidido pela 1.<sup>a</sup> instância. Neste caso, poder-se-ia considerar que ainda assim se verifica uma situação de dupla conforme para o credor, que recebeu a mesma quantia que foi decidida em 1.<sup>a</sup> instância. Contudo, não existe dupla conforme, pois o credor pode interpor recurso de revista da absolvição de parte ou um dos réus, sendo que como TEIXEIRA DE SOUSA propugna, a lógica reside nos patrimónios disponíveis para execução.

Outra questão surge a propósito da alteração da percentagem de responsabilidade entre devedores pela Relação: ainda que sejam os dois condenados pelo mesmo montante, tais circunstâncias são relevantes para afirmar que existe dupla conforme? A resposta a esta questão não pode deixar de ser afirmativa, sendo que, tratando-se de obrigações solidárias, é indiferente para o credor a percentagem em que são os réus condenados, sendo que tem a possibilidade de executar o património de um ou de outro. Nas obrigações parciárias, já não o poderá fazer, sendo o património a executar dependerá da parcela da dívida que tem a receber de cada credor, pelo que por se tratar de uma pequena modificação, tal não é relevante para a regra da dupla conforme, e o credor poderá assim interpor recurso de revista.<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> TEIXEIRA DE SOUSA, *Dupla Conforme...* págs. 23-24.

### 3.2.3. A Pluralidade de Pedidos e/ou Segmentos Decisórios

Tal como vimos, existe a possibilidade de, na mesma ação, existir uma pluralidade de sujeitos em cada parte. Assim, também essa possibilidade existe quanto aos pedidos.

Seja porque, na decorrência da ação, o autor deduziu mais do que um pedido contra o mesmo réu nos termos do art.º 555 do CPC, seja porque na decorrência da mesma ação, agora em sede de contestação, também o réu formulou um pedido contra o autor - revestindo neste caso um pedido reconvenicional - resultando na cumulação de dois pedidos, o pedido do autor e o pedido reconvenicional.

Nesta ótica, também a própria decisão, na sua parte dispositiva, pode conter mais do que um segmento decisório.

Ora, neste tipo de situações, é importante delinear a figura da dupla conforme. Nomeadamente, é importante perceber a aplicação da dupla conforme, quando o acórdão da Relação, nas suas possíveis atuações, confirme a decisão da 1ª instância ou pelo contrário, confirme apenas *parte* dessa mesma decisão.

Antes de mais, quando a decisão contenha segmentos decisórios distintos e autónomos, pode o recorrente, restringir o recurso a qualquer um deles, sendo que, na falta de especificação, o recurso abrange tudo o que na parte dispositiva for desfavorável ao mesmo, nos termos do n.º 2 e 3 do art.º 635 do CPC. Mas na eventualidade de restringir o objeto do recurso de revista a alguns deles, a dupla conforme apenas opera quanto a *esses*, e não quanto a outros pedidos que o recorrente não tenha especificado. Veja-se o seguinte exemplo: o autor restringe o objeto do recurso a dois pedidos, sendo que o terceiro pedido que não foi objeto do recurso é o único em que as instâncias divergiram. Relativamente aos dois pedidos que são efetivamente objeto de revista, a Relação confirma exatamente o decidido pela 1ª instância, pelo que, quanto a eles, opera a dupla conforme e a revista não pode ser admitida. No entanto, se o autor tivesse incluído o pedido sobre o qual as instâncias divergiram, a revista seria admitida por se verificar uma desconformidade, contudo, seria apenas apreciado *esse* mesmo pedido e não todos eles, na medida em que a dupla conforme é apreciada relativamente a cada um dos pedidos, e não à decisão no seu todo.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> Assim se decidiu no ac. do Supremo de 04-06-2015, processo n.º 7412/08.0TBCSC.L1.S1 (Pires da Rosa).

Nesta linha, se relativamente a vários pedidos objeto do recurso, a Relação confirma uns, mas altera outros, então há conformidade apenas em *parte* dos pedidos, pelo que se verifica uma *dupla conforme parcial*.

Também na eventualidade de haver dois pedidos, sendo um, o pedido do autor e o outro, o pedido reconvençional, a dupla conforme deve ser avaliada relativamente a cada um dos pedidos, pelo que se a Relação confirma um deles e altera o outro, também aqui se pode dizer que reside uma *dupla conformidade parcial*.

Contudo, embora ocorra uma *dupla conformidade parcial* nas duas situações referidas – uma em que existe mais do que um pedido efetuado pelo autor, outra, em que existe um pedido efetuado pelo autor e pedido reconvençional efetuado pelo réu - a verdade é que não se encontram as duas ao mesmo nível.

Nos termos do decidido no acórdão do Supremo de 29 de outubro de 2009<sup>140</sup>, “a conformidade tem de reportar-se à decisão no seu todo, na sua globalidade”, pelo que “se a sintonia decisória é apenas parcial, abrangendo tão só um dos segmentos da decisão, ou um (ou mais, mas não a totalidade) dos pedidos no caso de ter havido cumulação, estamos perante uma situação de “desconformidade”, que justificará, eventualmente, a interposição de recurso de revista “normal”.

Mas na segunda situação referida, entende-se que “havendo reconvenção, a dupla conformidade tem de ser vista e analisada separadamente, em relação à parte decisória incidente sobre o pedido do autor e à que respeita ao pedido reconvençional” pois “como é sabido, na reconvenção há um pedido autónomo formulado pelo réu contra o autor (...) [e assim] deixa de haver uma só acção e passa a haver duas acções cruzadas no mesmo processo (...) por isso, a sentença engloba duas distintas decisões, uma respeitante ao pedido do autor, outra atinente ao pedido reconvençional. (...) Havendo recurso de ambas as partes, bem pode suceder que a Relação confirme, por unanimidade, a sentença quanto ao pedido do autor (ou à pretensão reconvençional) e a altere no que tange ao pedido do réu reconvinte (ou ao do autor), caso em que existe dupla conforme em relação ao pedido de uma das partes e desconformidade decisória no tocante à pretensão autónoma da outra.”

Do exposto, conclui-se que, havendo pluralidade de pedidos por parte do autor, se a Relação confirma uns e altera outros, ocorre uma *dupla conforme parcial*, e por isso não pode haver recurso de revista, porque não ocorre uma dupla conforme total

---

<sup>140</sup> Processo n.º 1449/08.6TBVCT.G1.S1 (Santos Bernardino).

entre as decisões. Já nos termos da segunda situação, havendo um pedido do autor e um pedido reconvenicional do réu, é como se passassem a existir *duas* ações dentro da mesma, cada uma delas com direito a recurso, pelo que se um dos pedidos é confirmado pela Relação e o outro é alterado, existe dupla conforme quanto a um, e não quanto ao outro, e só a parte cujo pedido foi objeto de uma desconformidade pelas instâncias poderá interpor recurso de revista, pelo que, ao contrário da primeira situação, não podemos falar aqui em dupla conforme parcial, mas sim numa dupla conforme quanto ao pedido confirmado, e ausência de dupla conforme quanto ao outro.

#### 3.2.4. Os Pedidos Genéricos

Outra questão relevante em sede de dupla conforme prende-se com os pedidos genéricos.

Os pedidos genéricos vêm previstos no art.º 556 do CPC. Este tipo de pedidos surgem quando, no momento da propositura da ação, não é ainda possível ao autor peticionar o *quantum* exato, seja porque o objeto incide sobre uma universalidade, ou porque ainda não é possível determinar as consequências de um facto ilícito, ou ainda quando a fixação de tal *quantum* esteja dependente de prestação de contas ou de qualquer outro ato do réu, nos termos do disposto nas al. a) b) e c) do n.º1 do art.º 556 referido.

Assim, nestes casos, tem o autor (ou o réu caso se trate de pedido reconvenicional), o ónus de, após sentença condenatória<sup>141</sup>, deduzir incidente de liquidação, como vem previsto no n.º2 do mesmo artigo e nos arts. 358.º e seguintes do CPC, de modo a liquidar a obrigação, a qual só se torna exigível quando líquida.

TEIXEIRA DE SOUSA dá-nos como exemplo relevante da problemática dos pedidos genéricos em sede de dupla conforme, o caso em que a 1.ª instância considera os danos não patrimoniais como *indemnizáveis*, e depois a Relação vir considerar esses mesmos danos como *não indemnizáveis*. Ainda que ambas as decisões tenham considerado os danos patrimoniais como indemnizáveis, a verdade é que a quantia será diferente consoante se tenha em consideração ou não, os danos não patrimoniais.<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> Genérica, porque ainda não se sabe o montante exato, o qual será delimitado posteriormente com incidente de liquidação.

<sup>142</sup> TEIXEIRA DE SOUSA, *Dupla conforme...*, pág. 24.

Aqui, apesar de ambas as decisões seguirem no mesmo sentido na sua totalidade, a existência de uma pequena diferença nestes moldes, por se tratar de pedido genérico, cujo montante ainda não está determinado na sentença condenatória, determina que não se dê por verificada uma dupla conforme, sendo possível ao credor a interposição de recurso de revista.

### 3.2.5. *A Dupla Conforme em Matéria de Facto*

Por último, TEIXEIRA DE SOUSA alerta-nos para outra questão que ganha relevância em sede de dupla conforme, que se prisma com a competência do Supremo em matéria de facto, que é aliás um tema algo problemático e já por nós abordado<sup>143</sup>.

Relativamente à dupla conforme, o problema surge na limitação dos poderes de cognição do Supremo à matéria de direito. Assim, para verificarmos se no caso em concreto, existe ou não dupla conforme para efeitos de admissibilidade do recurso, deverão apenas ser tidos em conta, os elementos de direito, ficando de fora qualquer matéria de facto, sobre a qual não pode o mesmo se pronunciar.

Tendo em conta esta lógica, diz-nos TEIXEIRA DE SOUSA que, “*a avaliação da “dupla conformidade” das decisões das instâncias (...) tem de ser realizada através de uma dupla operação*”, sendo que “*primeiro, há que escolher os elementos que podem ser utilizados para comparar as decisões das instâncias*”, relevando apenas aqueles que estejam sob o âmbito de competência do Supremo, i.e., os elementos de direito, e segundo, “*há que aplicar esses elementos na comparação das decisões das instâncias*” para verificar se entre as mesmas existe ou não conformidade.<sup>144</sup>

Daqui conclui-se que, à partida, se estamos perante duas decisões das instâncias que são desconformes quanto à matéria de facto, apesar de não se verificar uma dupla conforme por existir desconformidade, não pode o recurso ser admitido, por incidir sobre matéria de facto, sobre a qual o Supremo não se pode pronunciar.

---

<sup>143</sup> Supra, págs. 12-13.

<sup>144</sup> Idem, *Dupla Conforme...* págs. 21 e 22.

### 3.3. Outras Posições - Teoria da Relação de Inclusão Quantitativa

Ainda dentro da esteira do que já vinha sendo defendido por TEIXEIRA DE SOUSA, seguiram-se outras teorias semelhantes.

A teoria que nos segue vem sendo defendida na jurisprudência por LOPES DO REGO. De acordo com este ilustre conselheiro, relator de vários acórdãos do Supremo, a dupla conforme assentaria antes numa *relação de inclusão quantitativa* entre as decisões, isto é, verificar-se-ia uma dupla conforme, quando o montante decidido na segunda decisão ainda estivesse incluído na primeira.<sup>145</sup> Naturalmente, este tipo de relação só ocorreria caso a decisão da 1ª instância apresentasse uma extensão maior que a decisão da Relação.

Vejamos os seguintes exemplos:

- i) Em 1ª instância, o réu é condenado a pagar € 100.000, recorre para a Relação, a qual reduz o montante para € 50.000.
- ii) Em 1ª instância, o réu é condenado a pagar € 100.000, decisão de que recorre, mas a Relação aumenta o montante para € 120.000.

No primeiro exemplo, a primeira decisão apresenta uma extensão maior que a segunda, pelo que o montante de € 50.000 ainda se inclui nos € 100.000 estabelecidos em 1ª instância.

No segundo exemplo, é a decisão da Relação que apresenta uma extensão maior que a da 1ª instância, sendo que não se pode considerar que haja uma relação de inclusão quantitativa entre as duas decisões, pois o segundo montante já não se pode considerar como incluído no primeiro.

No primeiro exemplo há dupla conforme, no segundo não.

Nos termos do acórdão de 10 de maio de 2012<sup>146</sup> - cujo relator foi o então ilustre conselheiro – veio a autora peticionar em 1ª instância que a Ré fosse condenada a pagar-lhe, a título de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, a quantia de € 65.833,40, a qual foi efetivamente condenada no montante de € 53.942,00.

---

<sup>145</sup> Importante referir que a relação de inclusão de que aqui se fala, não é do “valor menor” no “valor maior”, seja de que instância for. A relação de inclusão opera necessariamente por inclusão do “valor” decretado pela Relação, no “valor” já arbitrado pela 1ª instância. Por essa razão, referimos que 70.000 (que é o valor decretado pela Relação) não podem ser incluídos em 50.000 (valor decretado pela 1ª instância), caso contrário, haveria sempre uma relação de inclusão quando estivessem em causa valores diferentes, pois o valor menor poderia ser incluído no maior.

<sup>146</sup> Processo nº 645/08.0TBALB.C1.S1 (Lopes do Rego).

Inconformada, a Ré recorreu para a Relação, que apesar de decidir no mesmo sentido, diminui tal montante condenatório para € 46.942,00.

Tendo em conta que de facto, os montantes de condenação das duas instâncias não coincidem exatamente, a questão que foi suscitada ao longo deste acórdão foi a de que estaríamos perante duas decisões, que embora diferissem apenas nos seus montantes de condenação, seriam mesmo assim “conformes” entre si, obstando à admissibilidade de recurso.

Foi efetivamente decidido no acórdão que *“ocorrendo, deste modo (...) uma relação de inclusão quantitativa entre o montante arbitrado na 2ª instância e o que foi decretado na sentença proferida em 1ª instância, de tal modo que o valor pecuniário arbitrado pela Relação já estava, de um ponto de vista de um incontornável critério de coerência lógico-jurídica, compreendido no que vem a ser decretado pelo acórdão de que se pretende obter revista, temos como evidente que tem de se ter por verificado o requisito da dupla conformidade das decisões, no que respeita ao montante pecuniário arbitrado pela Relação.”* (Sublinhado nosso).

Portanto, falamos aqui no primeiro exemplo que enunciámos supra: se a decisão da 1ª instância (ou melhor, o montante de condenação) apresenta uma extensão maior que a do acórdão da Relação, existe uma *relação de inclusão quantitativa*, e tem-se por confirmada uma situação de dupla conforme, que obsta à interposição de revista.

Falemos agora do segundo exemplo: se a Relação em vez de diminuir o montante, o aumenta, então será que ainda podemos dizer que existe uma *relação de inclusão quantitativa*, tendo em conta que agora é o acórdão da Relação que apresenta uma extensão maior?

De acordo com a teoria defendida por TEIXEIRA DE SOUSA, diria-se que sim. Aliás, a partir do momento em que existe uma parte beneficiada, caso a Relação condene em “mais”, quer em “menos” do que a 1ª instância, tem-se por verificada a dupla conforme.

Contudo, nos termos do defendido por LOPES DO REGO, se o montante condenatório decidido pela Relação apresenta já uma extensão maior que não se pode ter por compreendida na decisão da 1.ª instância, não se pode dizer que existe dupla conforme.

Assim foi entendido no acórdão de 11 de julho de 2013<sup>147</sup>, do qual foi o mesmo relator. No caso em apreciação neste acórdão, a autora que pediu em 1ª instância que a Ré fosse condenada a pagar a título de indemnização, o total de € 397.811,21 (por danos patrimoniais e não patrimoniais), viu esse valor amputado substancialmente pela 1ª instância, que condenou a Ré no pagamento de € 150.756,33, sendo que, inconformada com a diferença, a mesma recorreu para a Relação, que decidiu no mesmo sentido que a 1ª instância mas ampliando o valor total indemnizatório para € 193.756,33. Continuando inconformada, pois mesmo sendo beneficiada, o valor decretado pela Relação continuava a ser bastante inferior ao valor peticionado, interpôs recurso de revista.

No caso em apreço, tendo a Relação aumentado - consideravelmente - o montante de condenação decidido em 1ª instância, entendeu-se - tanto na reclamação para o relator como na reclamação para a conferência - que atento o facto de estarmos perante uma “*substancial ampliação do montante da condenação*” pelo que “*o acórdão da Relação contém um segmento ou parcela inovatória, que se não pode ter por compreendido ou incluído no valor reconhecido ao autor na sentença proferida em 1.ª instância*” e que estando em causa uma “*divergência substancial das instâncias sobre um elemento quantitativo essencial para o interesse das partes - o montante de condenação* - e continuando a parte que pretende recorrer para o Supremo, embora relativamente beneficiada com o teor do acórdão da Relação, a configurar-se como parte vencida, por a ampliação obtida ser ainda substancialmente inferior ao montante peticionado, sendo o valor da sucumbência superior a metade da alçada da Relação (...) nada obstará à interposição de revista normal, por não se verificar o requisito da dupla conforme” (sublinhado nosso).

Portanto, como se pôde compreender, LOPES DO REGO faz uma separação de dois tipos de situações: os casos de *redução* dos casos de *ampliação* quantitativa por parte da Relação. Fá-lo precisamente porque se justifica uma “*dualidade de tratamentos no que respeita à admissibilidade do acesso ao Supremo pela parte beneficiada com o teor do acórdão proferido pela Relação*”.<sup>148</sup>

No primeiro grupo de situações - *redução do montante* - a decisão proferida pela Relação “tem de se considerar incluída ou compreendida no teor da sentença apelada,

---

<sup>147</sup> Processo nº 105/08.0TBRSD.P1-A.S1 (Lopes do Rego).

<sup>148</sup> Nos termos do mesmo acórdão.



por força do fenómeno lógico-jurídico de inclusão” portanto, por força da *relação de inclusão quantitativa*.

Pelo contrário, no segundo grupo - *ampliação do montante da condenação* - o acórdão proferido pela Relação “*contém um segmento ou parcela inovatória, que não se pode considerar coberta ou incluída quantitativamente na condenação decretada pela sentença apelada*”. Esse valor extra apresenta “*um conteúdo inovatório da decisão de 2ª instância*”, *que de modo nenhum se poderia considerar compreendido, incluído ou coberto pela condenação (de montante inferior) decretada pela sentença apelada*”.

No primeiro grupo considera-se que existe dupla conforme, no segundo não.

Esta disparidade de tratamentos poderá numa primeira linha ferir o princípio da igualdade, na medida em que numa situação, o recorrente fica impedido de interpor recurso, e na outra não. Tem sido entendido, no entanto, que pelo facto de numa das situações ser evidente a existência de uma *reformatio in pejus* – na situação em que a Relação condena em mais do que a 1ª instância – “*a disparidade de tratamentos processuais, no que toca à recorribilidade, não traduz seguramente violação do princípio da igualdade*”.<sup>149</sup>

Quanto ao exposto, RUI PINTO discordava<sup>150</sup> da posição de LOPES DO REGO, na medida em que considerava que não existia diferença entre as duas situações indicadas – em que a Relação condena num montante superior ou inferior ao da 1ª instância – pelo simples facto de ser possível fazer uma relação de inclusão quantitativa em sede de uma, como em sede da outra, atendendo para isso, ao valor do prejuízo ou da sucumbência e não aos valores decretados pelas instâncias. A relação de inclusão não devia operar entre os valores arbitrados pelas instâncias, mas sim entre os valores dos *prejuízos* para as partes, tendo em conta os valores das instâncias.<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> Assim foi entendido, no Ac. do Supremo de 22-02-2017, processo nº 811/10.9TBBJA.E1.S1 (Lopes Rego).

<sup>150</sup> Utilizamos o pretérito imperfeito, pois como já foi referido anteriormente, este autor alterou recentemente a sua posição, passando a defender uma interpretação absoluta da dupla conforme, pelo que as suas interpretações no sentido de uma relação de inclusão quantitativa entre prejuízos, deixaram de ser defendidas.

<sup>151</sup> RUI PINTO, *Notas...* pág.180.

#### 4. A CONFORMIDADE DECISÓRIA NA JURISPRUDÊNCIA

De tudo o que foi exposto, podemos desde já afirmar que no âmbito da jurisprudência, também o papel da dupla conforme tem seguido dois entendimentos distintos, nomeadamente, o caminho das duas teorias principais que se opõem: a *teoria da dupla conforme plena* e a *teoria da dupla conforme mitigada*.

De modo a podermos perceber melhor os caminhos tomados na jurisprudência, vejamos de seguida alguns exemplos.

Seguindo a linha da primeira teoria – *teoria da dupla conforme plena* - veja-se, os seguintes acórdãos do Supremo Tribunal da Justiça:

I. No acórdão de 7 de julho de 2010<sup>152</sup>, tendo a Relação proferido acórdão em que julgou a apelação parcialmente procedente, tendo anulado o despacho saneador da 1ª instância, na parte em que absolvía a autora da instância, “*no que se refere ao pedido reconvenicional de indemnização por benfeitorias, por ilegitimidade activa, determinando a substituição desse despacho por um outro a convidar os réus a corrigir a contestação/reconvenção de forma a nela incluir factos que, no entender do Tribunal recorrido, conduzam, eventualmente, ao preenchimento da sua legitimidade processual, mas mantendo no restante as decisões impugnadas*” entendeu o STJ que “*na hipótese dos autos, não ocorre a mencionada dupla conforme, visto que, como resulta do antecedente relatório, a Relação só em parte manteve a decisão da 1ª instância, quando a dupla conformidade se traduz na confirmação unânime e irrestrita, pela Relação, do julgado em 1ª instância, ressalvada divergência de fundamentação*” pelo que da norma constante do n.º 3 do art.º 721,<sup>153</sup> “*se conclui que o legislador pretendeu excluir a possibilidade de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, salvo as mencionadas exceções, apenas nos casos em que as decisões da Relação confirmem na íntegra as da 1ª instância e não somente em parte*”. Só mediante “*total sobreposição e sem voto de vencido, a decisão da 1ª instância,*

---

<sup>152</sup> Processo n.º 5/08.3TBGDL.E1.S1 (Silva Salazar).

<sup>153</sup> Na versão anterior.

*deixando-a intocada, se pode dizer que o acórdão recorrido confirmou aquela decisão, só então existindo a dupla conformidade*” (sublinhado nosso).

II. Também no acórdão de 8 de Setembro de 2011<sup>154</sup>, se entendeu que tendo a Relação confirmado, por unanimidade, a decisão da 1ª instância, mas” *com excepção da condenação em indemnização por danos morais, que revogou*”, o pressuposto da dupla conforme não estava presente, “*pois a Relação alterou, ainda que apenas parcialmente, o julgado na 1ª instância*”, pelo que “*esse pressuposto em que se traduz tal conformidade caracteriza-se, assim, pela confirmação, pela Relação, do primeiro julgado, confirmação essa que, como esta formação tem entendido, terá de ser unânime e irrestrita, apenas admitindo a lei como excepção a essa conformidade discordância dos fundamento. Mas o ponto nuclear - conhecimento e decisão do(s) pedido(s) - tem de ser perfeitamente coincidente (sobreponível), não havendo dupla conforme se ocorreram diferentes decisões quanto a alguns pedidos, já que o aresto recorrido tem de ser apreciado no seu todo decisório final e não visto parcelarmente. (...) Como aliás, é referido no acórdão, a formação, já em acórdão anterior*<sup>155</sup> afastou-se do entendimento do prof. Teixeira de Sousa, considerando que o mesmo aderiu a “um conceito demasiado amplo, que, seguramente, não foi querido pelo legislador, do qual não vislumbramos suporte legal” e que acaba por “alterar toda a dogmática da dupla conformidade, confundindo, mesmo, a recorribilidade objectiva com a recorribilidade subjectiva (v.g. sucumbência)”(sublinhado nosso).

III. Nos acórdãos de 6 de maio de 2010 e 16 de fevereiro de 2012<sup>156</sup>, cujo objeto incide sobre a verificação de revista excecional, e já não sobre a verificação da dupla conforme, vem também referido que “*a dupla conformidade a que este último dispositivo se refere, prevista no citado art.º 721º, n.º 3, consistente na confirmação unânime e irrestrita, excepto no respeitante à fundamentação, da decisão da 1ª instância pela Relação*”, referindo ainda que o mesmo preceito estabelece “*o sistema da dupla*

<sup>154</sup> Processo n.º 880/08.1TBVRS.E1.S1 (Silva Salazar).

<sup>155</sup> Acórdão de 03-02-2011, processo n.º2435/08.1TBSTS (Sebastião Póvoas).

<sup>156</sup> Processo n.º 409018/08.9YIPRT.C1.S1 (Silva Salazar) e processo n.º 27/09.7TBHRT.L1.S1 (Silva Salazar).

*conforme absoluta*” em clara inclinação para a teoria da dupla conforme plena (sublinhado nosso).

IV. Em termos mais atuais, já aquando da versão recente constante no art.º 671, n.º 3, entendeu-se no acórdão de 7 de dezembro de 2016<sup>157</sup> que tendo o autor pedido em 1ª instância que o réu fosse condenado a pagar-lhe € 227.101,40, tendo o mesmo tribunal condenado em € 22.000,00 e tendo a Relação, por sua vez aumentado tal montante para € 112.650,00, “*não existe dupla conforme, quando o acórdão recorrido não confirma a sentença, e, dando procedência parcial à apelação, arbitra uma indemnização superior à fixada na sentença, mas inferior ao pedido*” e que “*a circunstância do acórdão recorrido ter favorecido a posição do R., que recorreu da sentença, também não releva, dado o decaimento na apelação, circunstância que não pode deixar de ser considerada*” na medida em que, da norma “*não resulta que tal circunstância pudesse influenciar a questão sobre a dupla conforme, nem, por outro lado, que tal tivesse sido a vontade do legislador*”(sublinhado nosso).

V. Também no acórdão de 9 de novembro de 2017,<sup>158</sup> entendeu-se no caso dos autos que tendo a sentença fixado a indemnização global em € 65.809,59 e o acórdão recorrido em € 53.087,07, sendo que a “*dupla conforme afere-se pelo teor das decisões finais (...) no que se refere ao recurso da A. não existe o obstáculo da dupla conformidade entre as decisões*” e “*no que se refere ao recurso dos RR., tal dupla conformidade é descaracterizada pela verificação de fundamentação essencialmente diferente a respeito dos critérios adoptados para fixar a indemnização por danos patrimoniais futuros (ou “dano biológico”)*”.

VI. Por último, no acórdão de 14 de dezembro de 2017<sup>159</sup>, tendo a sentença da 1ª instância condenado a ré a pagar ao autor as quantias de € 155.000,00 e de € 25.000,00, a título de indemnização pelo dano biológico e

---

<sup>157</sup> Processo n.º 8514/12.3TBVNG.P2.S1 (Olindo Geraldês).

<sup>158</sup> Processo n.º 2035/11.9TJVNF.G1.S1 (Maria da Graça Trigo).

<sup>159</sup> Processo n.º 589/13.4TBFLG.P1.S1 (Fernanda Isabel Pereira).

pelos danos não patrimoniais, respectivamente, e o acórdão recorrido fixado em € 75.000,00 a indemnização devida pelo dano biológico e em € 30.000,00 a indemnização por danos não patrimoniais, com juros à taxa legal desde a decisão da 1ª instância até efectivo pagamento, confirmando no mais a sentença proferida na 1ª instância” que *“do exposto decorre claramente que as instâncias dissentiram na quantificação daqueles danos, tendo o acórdão recorrido reduzido o quantum indemnizatório a pagar pela ré, seguradora, ao autor”* pelo que *“a divergência decisória, da qual apenas a ré saiu vencedora, não permite concluir, face à previsão do nº 3 do artigo 672º do Código de Processo Civil, pela verificação de dupla conforme susceptível de obstar ao recurso de revista normal (...) quando, apesar de reconhecido pelas instâncias o direito do autor às indemnizações pelo dano biológico e pelos danos não patrimoniais, o acórdão recorrido reduziu o quantum indemnizatório a pagar pela ré, seguradora, ao autor, subsistindo divergência”*.

Por outro lado, a partir do célebre artigo do professor TEIXEIRA DE SOUSA, muitos acórdãos seguiram no sentido da segunda teoria propugnada – *a teoria da dupla conforme mitigada*, pelo que nessa esteira, vejam-se os seguintes exemplos:

I. No acórdão de 12 de julho de 2011,<sup>160</sup> entendeu-se pela primeira vez que o conceito de dupla conforme pode abranger outros casos em *“que a Relação, em vez de condenar ou absolver exactamente no mesmo montante da decisão da 1.ª instância, condena ou absolve num montante distinto, maior ou menor”*. De acordo com este acórdão, que seguiu o defendido por TEIXEIRA DE SOUSA, entendeu-se que *“uma visão estritamente formalista da letra da lei giraria em torno da ideia de que a confirmação não pode coexistir com alteração, razão pela qual, verificando-se esta, nunca se estaria perante dupla conforme”* e adotar *“uma posição mais abrangente [que] não deixa de se nortear por elementos que têm necessariamente que ser levados em consideração na interpretação da lei, (...) como sejam a ratio legis, a dogmática, e os elementos teleológico, histórico e sistemático (...) seriam*

---

<sup>160</sup> Processo n.º 203/08.0YYPRT-A.P1.S1 (João Bernardo).

*destituídos de sentido caso se fizesse uma interpretação formalista e meramente literal do art. 721.º, n.º 3, do CPC.”*

É referido também no acórdão que se deve ter em conta a racionalização do supremo enquanto um dos objetivos pretendidos com a reforma de 2007 e que consta do preâmbulo do DL n.º 303/2007 de 24-08, na medida em que “*que racionalidade existe em não permitir um recurso numa situação de confirmação total da decisão recorrida (que para todos os efeitos equivale a uma improcedência do recurso), mas já o permitir numa confirmação mais vantajosa para o recorrente?*” sendo que “*os recursos existem para sindicar as sucumbências e não se antevê que lógica e racionalidade existam em permitir o recurso num caso em que a sucumbência é maior e já o permitir noutro em que a sucumbência é menor*” pelo que “*vale aqui o princípio de que, quando se proíbe o mais se proíbe o menos, por esta proibição estar logicamente contida na primeira*”. Conclui-se que “*se tivesse confirmado totalmente o montante relativo ao qual a execução devia prosseguir, fixado em 1.ª instância, haveria dupla conforme e não era admissível – sem qualquer discutibilidade – revista*” mas “*como decidiu diminuindo tal quantia – de que resultou um benefício para os recorrentes – não pode deixar de se entender que também não é admissível recurso, sob pena de, entendendo-se de outro modo, vir ao de cima a incoerência salientada acima*”.

II. Também no acórdão de 16 de novembro de 2011<sup>161</sup>, se decidiu que no o acórdão que confirmou, sem dissonância, a sentença da 1ª instância recorrida, “*apenas julgando parcialmente procedente a apelação na parte em que condenou a R. a pagar ao A. a quantia relativa à indemnização por despedimento, reduzindo-a de € 21.465,00 para € 15.327,00*” que “*o Acórdão da Relação em causa, rectificando, para menos e favoravelmente à R., o montante da condenação na indemnização por despedimento (...) não pode deixar de entender-se como integrante da situação de ‘dupla conforme’ e ‘entender-se o contrário seria frustrar, claramente, in casu, a teleologia da norma*”.

---

<sup>161</sup> Processo n.º 808/08.9TTVCT.P1.S1 (Fernandes da Silva).

III. No acórdão de 5 de julho de 2012<sup>162</sup>, entendeu-se que tendo a Relação confirmado os montantes dos danos patrimoniais e dos danos não patrimoniais que a 1ª instância fixara, apenas acrescentando aos primeiros a quantia de € 165,92, que *“nesta situação, o acórdão recorrido constitui dupla conforme para a demandante e é, portanto, irrecorrível para ela”* pois *“se a demandante não tivesse logrado qualquer vencimento no recurso, não haveria revista para o STJ [e] por isso, não tem sentido ter direito a tal recurso de revista no caso de haver logrado algum vencimento no recurso para a Relação”* sendo que *“a decisão da Relação que confirma total e irrestritamente a que foi proferida na 1ª instância é irrecorrível para ambas as partes. Mas a decisão da Relação que confirma parcialmente a da 1ª instância, pode ser irrecorrível para a parte que foi beneficiada (...) mas pode ser recorrível para a outra parte que foi prejudicada.”*

IV. Também no acórdão de 30 de outubro de 2012<sup>163</sup> se decidiu que perante uma procedência parcial do pedido reconvenicional pela Relação, condenando a autora na quantia de € 1.550,53, tendo sido o pedido reconvenicional julgado totalmente improcedente na 1ª instância, foi decidido que *“apesar de não existir uma total coincidência quantitativa entre a sentença de 1ª instância e o acórdão da Relação, estamos perante uma situação que deve ser qualificada como de dupla conforme”* por ser a solução que *“, sem desrespeitar o preceituado legal, acolhe com mais razoabilidade o elemento racional ou teleológico, evitando resultados desajustados a partir do relevo exclusivo de um elemento de natureza literal. (...) Trata-se de solução que se funda no argumento “por maioria de razão” que mais não traduz do que o relevo dado ao elemento teleológico na interpretação normativa, levando a que, a par do texto legal, se atenda aos motivos que estiveram na génese de uma determinada solução”*.

---

<sup>162</sup> Processo n.º 696/03.1PAVCD.P1. S1 (Santos Carvalho).

<sup>163</sup> Processo n.º 258101/08.0YIPRT.L1.S1 (Abrantes Gerales).

V. No acórdão de 13 de Fevereiro de 2014<sup>164</sup> tendo o acórdão da Relação mantido o julgado pelo tribunal de 1.<sup>a</sup> instância, mas, no que respeita ao montante devido ao recorrido, a título de lucros cessantes, reduzido o montante de € 293.467,07 para € 225.000, entendeu-se que *“se a decisão de 1.<sup>a</sup> instância condena o réu em determinado montante e, em recurso de apelação, por este interposto, a Relação reduz parcialmente tal condenação, é inadmissível a interposição de recurso de revista para o STJ, por se verificar aquela dupla conformidade: seria uma incoerência vedar o recurso em caso de dupla conforme total e admiti-lo em caso em que a decisão foi mais favorável para o recorrente, que teve menor sucumbência”*.<sup>165</sup>

VI. No acórdão de 12 de janeiro de 2017<sup>166</sup>, tendo a sentença de 1.<sup>a</sup> instância condenado o réu no pagamento de € 33.733,42 a título de indemnização por danos patrimoniais, e tendo a Relação aumentado o montante para € 109.858,42, concluiu-se *“haver ainda dupla conforme – obstativa da interposição de recurso de revista normal pelo recorrente beneficiado – no caso de a 2.<sup>a</sup> instância ter proferido uma decisão mais favorável que a decisão de 1.<sup>a</sup> instância (...) ficando de fora os casos em que os recorrentes viram na Relação a sua posição agravada.”*

VII. Também no acórdão de 25 de janeiro de 2017<sup>167</sup>, no qual a Relação apesar de ter confirmado a decisão de 1.<sup>a</sup> instância, alterou o montante da indemnização de € 92.324,29 para a quantia de € 58.873,87, considerou-se que *“é de equiparar à situação de dupla conforme aquela em que a Relação profere uma decisão, que embora não seja rigorosamente coincidente com a da 1.<sup>a</sup> instância, se revele mais favorável à parte que recorre”*.

---

<sup>164</sup> Processo n.º 4747/08.5TBSXL.L1.S1 (Granja Fonseca).

<sup>165</sup> No mesmo acórdão, houve no entanto voto de vencido por parte de PIRES DE ROSA, tendo o conselheiro considerado que no caso não haveria dupla conformidade, por se tratar de *“dois juízos que na quantificação de uma indemnização a arbitrar com fundamento no que se chamou “lucros cessantes” se afastam € 68.467,07”* pelo que *“quando os montantes da quantificação se afastam de uma maneira tão violenta já não é de descoincidência “puramente numérica ou matemática” que se trata mas de um verdadeiro e descoincidente juízo normativo”*.

<sup>166</sup> Processo n.º 3931/12.1TBBCL.G1.S1 (João Bernardo).

<sup>167</sup> Processo n.º 1729/08.0JDLSB.L1.S1 (Rosa Tching).



VIII. Por fim, no acórdão de 1 de fevereiro de 2017<sup>168</sup>, posto que no caso, o acórdão impugnado, confirmou a decisão da 1ª instância quanto à condenação dos recorrentes no pedido de indemnização civil formulados pelos demandantes, tendo apenas reduzido o montante da indemnização fixada pela perda do direito à vida de € 150.000,00 para € 120.000,00, entendeu-se que “ *a conformidade ou desconformidade das decisões das instâncias não podem ser aferidas pelo critério puramente formal da coincidência ou não coincidência do conteúdo decisório da sentença, pelo que, também nesta parte, se verifica a existência de dupla conforme, não sendo admissível o recurso*”.

#### 4.1. Acórdão do Supremo de 14 de abril de 2015

Ainda dentro deste ponto dedicado à jurisprudência em sede de dupla conforme, é importante abordarmos o acórdão de 14 de abril de 2015<sup>169</sup>, o qual foi de facto o único que esteve na iminência de uniformizar jurisprudência no ponto essencial sobre que falamos: a dupla conforme na vertente da conformidade decisória.

Naturalmente, de tudo o que vimos, a dupla conforme enquanto conformidade decisória não tem sido alvo de consenso na doutrina, mas muito menos na jurisprudência, sendo que o Supremo tem tido tendência para se desdobrar entre as duas teorias principais – *a teoria da dupla conforme plena* e *a teoria da dupla conforme mitigada* – pelo que se compreende que tenha existido nalgum ponto até hoje, a necessidade de uniformizar jurisprudência quanto ao tema.

Nesse sentido, nos termos do acórdão supra referido, foi interposto recurso para uniformização de jurisprudência, na base de contradição entre dois acórdãos sobre a mesma questão fundamental de direito, que no caso, consistiu no conceito da dupla conforme, mediante a interpretação e aplicação do n.º3 do art. 671º nos termos do acórdão recorrido e do n.º3 do art.º 721 (versão anterior) nos termos do acórdão-fundamento.

Nos termos do acórdão recorrido – portanto, o mais recente - o Tribunal da Relação confirmou, de forma unânime, a sentença da 1ª instância, salvo no que respeita à condenação da recorrente no pagamento do remanescente do preço, já que, enquanto

---

<sup>168</sup> Processo n.º 335/08.4GAPMS.C2 (Rosa Tching).

<sup>169</sup> Processo n.º 294/2002.E1.S1 (Maria Clara Sottomayor).

na 1ª instância se fixou o montante de € 30.000,00, a Relação, na procedência parcial da apelação, reduziu esse montante para € 27.500,00, pelo que se concluiu no mesmo, que operando uma redução pouco significativa, que “*o montante atribuído pela Relação «já estava, de um ponto de vista de um incontornável critério de coerência lógico-jurídica» compreendido no montante fixado na 1ª instância, devendo ter-se por verificado o requisito da dupla conformidade*”.

Por sua vez, no acórdão fundamento, em que tendo a Relação confirmado o decidido pela 1ª instância, com exceção da condenação por danos morais, que revogou, no pressuposto de que se estava perante uma situação de dupla conforme, interpôs a recorrente recurso excecional. Contudo, o acórdão do STJ veio a acolher um entendimento diferente, “*afirmando-se que tal conformidade se caracteriza pela confirmação, pela Relação, do primeiro julgado, confirmação essa que (...) terá de ser unânime e irrestrita*”, pelo que no caso concluiu-se, assim, que, como a Relação não confirmou em termos irrestritos a decisão da 1ª instância, não seria caso de revista excecional, razão pela qual a revista não foi admitida como tal.

Da contraposição destes dois acórdãos, veio a recorrente interpor recurso de uniformização de jurisprudência, que deu origem ao acórdão de 14 de abril de 2015.

Porém, a oposição de acórdãos, enquanto fundamento do recurso de uniformização, pressupõe que se esteja no domínio da mesma legislação o que implica necessariamente que no intervalo entre os dois acórdãos, não tenha ocorrido qualquer mudança legislativa com interferência direta ou indireta na questão de direito controvertida.

Ora, no caso *sub judice*, o acórdão fundamento tinha sido proferido aquando da redação do n.º 3 do art.º 721, enquanto que o acórdão recorrido, na redação atual do n.º 3 do art. 671.º, pelo que tendo a figura da dupla conforme já sofrido uma alteração normativa, nos termos em que se passou a exigir que para efeitos de dupla conforme, a confirmação da decisão da 1ª instância pela Relação fosse efetuada com “*fundamentação não essencialmente diferente*”, não se pôde concluir que os dois acórdãos tivessem sido proferidos sob o domínio da mesma legislação.

Por esta razão acabou não tendo sido proferido acórdão de uniformização de jurisprudência quanto a esta questão, por falta de pressupostos.

Tratou-se do acórdão que mais perto esteve de uniformizar jurisprudência quanto à figura da dupla conforme, sendo que, infelizmente, por falta de pressupostos, não foi conclusivo, o que significa que esta questão continuou e irá continuar a ser

objeto de oposição entre a jurisprudência, o que a nosso ver, é uma situação insustentável, pois faz o recorrente permanecer na dúvida quanto à admissibilidade do requerimento de interposição de recurso, que será ou não rejeitado, consoante o entendimento do relator que for selecionado.

Quanto a isto, diz-nos ABRANTES GERALDES<sup>170</sup> que, de acordo com a “jurisprudência das cautelas”, deve o recorrente, de modo a prevenir tal eventualidade, garantir a admissibilidade do seu requerimento de interposição de recurso, mediante a interposição de recursos subsidiários – a revista normal e a revista excecional. Não obstante, no caso de haver dúvidas quanto à verificação de dupla conforme no caso concreto, deve o recorrente acautelar a admissão do recurso, ao interpor recurso de revista excecional, a qual será submetida a uma formação, que se entender não se verificar uma situação de dupla conforme, nos termos do n.º 5 do art.º 672.º do CPC, remeterá o recurso ao relator para este aferir da admissibilidade de recurso de revista normal.

Portanto, o facto de estar patente esta dualidade de entendimentos quanto à conformidade decisória da dupla conforme, é de facto insustentável, sendo que, o recurso será ou não admitido, não com base na norma contida no n.º3 do art.º 671.º do CPC, mas sim com base no entendimento sobre essa mesma norma, do relator que for selecionado, sendo que, mesmo que o recorrente entenda que no caso concreto não se verifica a dupla conforme entre as decisões, com base na leitura do n.º3 do art.º 671, terá ainda assim que garantir a admissibilidade do seu requerimento de interposição de recurso, quer interpondo um requerimento de revista normal e de revista excecional subsidiariamente, e vice-versa, quer interpondo o recurso de revista excecional que, na verificação de ausência da dupla conforme, poderá ainda assim ser admitido como revista normal.

Não nos parece que seja adequado submeter o recorrente a este tipo de táticas e percursos para garantir a admissibilidade do recurso. Os pressupostos de admissibilidade de recurso devem ser concretos e claros, e não discricionários, muito menos quando falamos num pressuposto de admissibilidade negativo que é a dupla conforme.

---

<sup>170</sup> Em *Recursos no novo Código...* págs.360 e 361.

## 5. POSIÇÃO ADOTADA

De tudo o que foi exposto até ao presente capítulo, podemos desde já concluir que a figura da dupla conforme está longe de chegar a consenso.

A verdade é que a composição da figura, que está presente no Código de Processo Civil desde 2007, obteve uma alteração em 2013. Alteração essa que residiu tão só no pressuposto da *fundamentação*, para efeitos de consideração ou não de uma conformidade entre as decisões das duas instâncias. Mas salientamos, a alteração residiu apenas *nessa* parte. A parte relativa à decisão em si, nunca foi objeto de modificação por parte do legislador.

A norma expressamente dispõe quanto ao pressuposto de conformidade decisória que se deve tratar de “*acórdão da Relação que confirme (...) a decisão proferida na 1ª instância.*” Ora, desde a primeira versão do n.º 3 do então revogado art.º 721, que a ideia geral era de que *confirmar* era o mesmo que *manter irrestritamente* o que foi proferido pela 1ª instância, em claro seguimento da *teoria da dupla conforme plena*. A ideia era clara, pelo que não havia lugar a “zonas cinzentas” - a Relação confirmava a decisão da instância, ou não.

É com o surgimento do artigo de TEIXEIRA DE SOUSA<sup>171</sup>, que a figura da dupla conforme leva efetivamente um “abanão”, colocando-se em causa uma série de situações, que até à data não eram relevantes. Se bem que nunca duvidando das boas intenções deste ilustre professor, que mais não pretendeu do que explorar o conteúdo de uma figura que até então se mantinha estática, surgiu a partir daí, a ideia de que mesmo que o acórdão não fosse *exatamente* idêntico – i.e., em montantes condenatórios – à decisão da 1ª instância, estaríamos ainda em sede de dupla conforme. Ora, trata-se de uma ideia que veio aumentar significativamente o número de casos em que não seria admitido às partes recorrer para o Supremo, pois estariam vedadas pela regra da dupla conforme. Também o facto de grande parte da jurisprudência ter vertido por este caminho, veio contribuir para que um maior número de causas, que até então podiam ser objeto de recurso, deixassem de o ser.

Mas note-se, o artigo de TEIXEIRA DE SOUSA foi publicado no ano de 2008, sendo que, a última alteração à redação da norma da dupla conforme data de 2013, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 41/2013 em 1 de setembro do mesmo ano. Pelo

---

<sup>171</sup> *Dupla Conforme... ob.cit.*

que, se o legislador queria dizer mais do que disse - como é o argumento literal de vários autores e conselheiros desde a publicação desse artigo - então a reforma de 2013 não seria um momento adequado e perfeito para o legislador dizer mais do que disse em 2007? Entendemos que a ausência de uma alteração, exprime uma intenção.

De modo a perceber melhor do que falamos, iremos por partes. Melhor ainda, iremos por argumentos.

Em vários acórdãos e por vários os autores, é-nos indicado como principal argumento para a defesa de uma teoria mitigada da dupla conforme, a *interpretação* da lei. Nomeadamente, a interpretação da norma contida no n.º3 do art.º671, nos seus elementos *literal*, *histórico* e *teleológico*.

A interpretação da lei vem prevista no art.º 9 do CC, cujo n.º1 dispõe que: “*A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada*”(sublinhado nosso).

Portanto, a interpretação da lei na ordem jurídica portuguesa, manda atender a quatro elementos: o elemento *literal* – que respeita ao sentido da “letra da lei” – o elemento *sistemático* – que se refere ao enquadramento sistemático da lei ou que respeita à “*unidade do sistema jurídico*” – o elemento *histórico* – que leva em conta “*as circunstâncias em que a lei foi elaborada*” – e finalmente, o elemento *teleológico* – que se refere às “*condições específicas do tempo em que é aplicada*”, ou melhor, refere-se à finalidade da lei.<sup>172</sup> Os elementos que mais aqui nos interessam de modo a podermos fazer uma interpretação adequada da norma da dupla conforme, são efetivamente, o elemento literal, histórico e teleológico, como já introduzimos.

Desde logo, o *elemento literal*, que tem em atenção o sentido da letra da lei, entende dois limites. Mediante o n.º2 do art.º 9 do CC, deve ser feita uma interpretação do pensamento legislativo que “*tenha na letra da lei, um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso*”. Segundo o n.º 3, deverá o intérprete presumir “*que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados*”.

---

<sup>172</sup> Sobre a interpretação da lei e os seus elementos, veja-se TEIXEIRA DE SOUSA em *Introdução ao Direito...*, págs.337 e seguintes.

Ora, como já tivemos oportunidade de comentar anteriormente, com o devido respeito, a *teorias da dupla conforme mitigada* ainda que com alguma lógica, não têm na letra da lei, um mínimo de correspondência verbal.

A norma contida no n.º 3 do art.º 671, basta-se por uma decisão que *confirma* outra, pelo que qualquer teoria - que não a da *dulpa conforme plena* - que defenda que *confirmar* implica também *alterar* o montante, acaba por extravasar o elemento literal desta norma. É que será muito difícil aceitar que um acórdão da Relação que diferencie do montante da 1.ª instância em p.e. € 100.000, esteja a confirmar o que foi proferido pela 1.ª instância. A diferença de 100 mil euros não será suficiente para se dizer que uma instância *não confirmou* o proferido por outra?

Face a isto, concluimos, como também estes autores e outros que os apoiam reconhecem, que apenas a teoria da dupla conforme plena consegue respeitar o elemento literal da norma da dupla conforme.

Por sua vez, o *elemento histórico* procura perceber as razões que motivaram a produção da norma, nomeadamente, que factos levaram o legislador a produzir uma determinada norma.

A razão que mais motivou a elaboração da regra da dupla conforme, foi de facto a racionalização no acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, como aliás consta do próprio preâmbulo do Decreto-lei n.º 303/2007 que a introduziu. Quanto a este ponto, entendemos que, para além deste, outro grande propósito por detrás da institucionalização desta figura prendeu-se com o de evitar a sindicância das decisões das Relações, sendo que, é notório que a com a entrada em vigor da regra da dupla conforme, grande parte das Relações optaram por confirmar, no seu todo, a decisão da 1.ª instância, evitando assim que tais acórdãos viessem a ser apreciados pelo STJ, por operar a regra da dupla conforme e assim ser inadmissível o recurso.

Ora, como vem afirmado em alguns acórdãos já referidos<sup>173</sup> que defendem uma teoria da dupla conforme mitigada, a racionalidade para o Supremo só se verifica, se não permitirmos o recurso de uma confirmação mais vantajosa para o recorrente, da mesma forma que não permitimos o recurso de uma confirmação total da decisão recorrida, porquanto permitir o acesso numa situação e noutra não, seria de facto, incoerente.

---

<sup>173</sup> V.g. acórdão de 12-07-2011, referido supra pág.77.

Com o devido respeito, a racionalização no acesso ao Supremo, é por estes autores e conselheiros, interpretada de uma perspetiva errada.

Neste caso, o elemento histórico é de facto a racionalização no acesso ao Supremo. Mas, ainda que uma posição mitigada da dupla conforme vá perfeitamente de encontro a esse objetivo, a teoria da dupla conforme absoluta também o vai. Aliás, foi com o objetivo de reduzir o número de casos subsumíveis à jurisdição do Supremo, que de facto se consagrou a regra da dupla conforme.

Tendo isto presente, não pretendeu o legislador fechar - quase por completo - o acesso ao Supremo, como as teorias mitigadas o fazem. Pelo que, a tese da dupla conforme absoluta concretiza esse objetivo, sem reduzir em demasia o papel de jurisdição do tribunal superior por excelência, e sem acabar – quase por absoluto - com o direito ao terceiro grau de jurisdição.

Aliás, se observarmos, não havendo previsão legal para estas teorias mitigadas da dupla conforme, nem assim, acórdão uniformizador que tome posição sobre estas questões, o STJ continua e continuará a ser sobrecarregado por uma onda de decisões, sendo que, como já vimos supra mediante os vários excertos de acórdãos disponibilizados, o Supremo teve já que decidir diversas vezes sobre a admissibilidade do recurso face à existência de dupla conforme. Ora, assim sendo, pode-se concluir que o propósito de racionalização do Supremo com o surgimento da regra da dupla conforme, na sua aceção mitigada, não foi bem concretizada, sendo que o Supremo, ainda que através da formação de juízes conselheiros constituída para o efeito, continua a ser chamado a apreciar este tipo de casos. Mais que não seja, para se pronunciar pela negativa, não admitindo assim a interposição de recurso. Pelo que se a verdadeira razão para racionalizar o acesso a esta instância, era dar uma oportunidade de se concentrar na sua vertente uniformizadora, não existindo previsão legal ou acórdão uniformizador que tome posição sobre estas teorias, esta instância máxima continua a não se poder concentrar por pleno, na sua vertente uniformizadora.

Por fim, o elemento *teleológico*, que tem em conta o “espírito da lei”, concentra-se nas condições em que a norma é aplicada no preciso momento.

Ora, as condições a que levam a que esta norma seja aplicada, é o facto de ser desnecessária a intervenção do Supremo, quando ambas as instâncias estejam de acordo sobre a mesma questão. Volta de novo a questão de perceber se ainda que a Relação

diferencie do decidido pela 1.<sup>a</sup> instância no seu montante quantitativo, mesmo assim se deva concluir que estão ambas de acordo, num sentido geral, sobre a mesma questão.

É neste elemento que se apoiam fortemente as teorias mitigadas da dupla conforme, ao considerar como ainda incluídas no espírito da lei, as situações em que a Relação altera o montante designado pela 1.<sup>a</sup> instância. Apoiam-se precisamente porque entendem que se não é possível à parte recorrer de acórdão que mantenha a decisão da 1.<sup>a</sup> instância, então também não deverá ser possível quando dela saia beneficiada.

A verdade é que não deixamos de concordar com a essência da posição de TEIXEIRA DE SOUSA, no sentido em que por vezes existem diferenças quantitativas entre as instâncias, que pela sua significância não justificam o acesso a uma terceira instância.

Contudo, não podemos sustentar tudo o que este autor defende. Desde logo, não podemos aceitar que qualquer parte beneficiada pelo acórdão da Relação seja privada de interpor recurso para o Supremo, por se verificar dupla conforme. Há que perceber que a decisão da Relação pode ser desfavorável para as duas partes, ainda que uma delas tenha saído beneficiada. Assim, existe apenas um limite à admissibilidade do recurso que é o que vem disposto no n.º1 do art.º 629 do CPC, que prevê precisamente que a parte pode recorrer se a decisão lhe tenha sido “*desfavorável em valor superior a metade da alçada desse tribunal.*”

Deste modo, este autor acaba por defender uma posição *contra legem*, na medida em que defende uma aceção da dupla conforme que vai contra o disposto no n.º1 do art.º 629, que estabelece aliás, uma regra de admissibilidade subjetivo.

Aliás, como assim foi entendido no acórdão de 3 de Fevereiro de 2011, já referido<sup>174</sup> este autor acaba por “*alterar toda a dogmática da dupla conformidade, confundindo, mesmo, a recorribilidade objectiva com a recorribilidade subjectiva (v.g. sucumbência)*”, ao confundir o requisito da dupla conforme enquanto pressuposto de admissibilidade objetivo, com a regra da sucumbência que é um pressuposto de admissibilidade subjetiva.

Quanto a isto, defendemos aqui a posição de NUNO PISSARRA<sup>175</sup>, seguida por RUI PINTO<sup>176</sup>, no sentido em que, o que realmente releva em sede de dupla conforme,

---

<sup>174</sup> Supra, nota 155.

<sup>175</sup> Supra, pág.53.

<sup>176</sup> RUI PINTO, em *Código..* pág. 363 e seguintes.



é o *sentido* da decisão e não a *posição* do recorrente. Uma coisa não se confunde com a outra.

Por estas razões, também a posição de LOPES DO REGO acaba por fracassar. Quanto a este primeiro, existe dupla conforme quando seja possível fazer uma relação de inclusão quantitativa dos montantes decididos pelas instâncias, a qual só é possível quando a Relação condena num montante inferior ao da 1.<sup>a</sup> instância. Se a *contrario*, a Relação condena num montante superior, essa quantidade em excesso deverá entender-se como uma parcela ou segmento inovatório, que torna o acórdão desconforme à decisão de 1.<sup>a</sup> instância. Ora, é possível concordar parcialmente com esta posição, no sentido em que, uma alteração (para nós, para valor superior ou para inferior) será sempre inovatória em relação ao que já foi proferido, pelo que existindo uma inovação, não há conformidade, e não há dupla conforme. Contudo, entender – como faz este conselheiro – que sempre que a Relação diminua o montante delimitado pela 1.<sup>a</sup> instância, colide com a regra contida no n.º1 do art.º 629. É que se a Relação diminuir o montante, a parte que sai beneficiada (que normalmente, será o réu) pode ainda assim interpor recurso se saiu prejudicada em metade do valor da alçada da Relação, ao abrigo do n.º1 do art.º 629. Pelo que entender que exista sempre dupla conforme neste caso, acaba por colidir com esta norma.

De modo a compreendermos estas posições e o seu alcance na prática, pressuponhamos o seguinte exemplo: A peticiona que o R seja condenado em € 150.000. A 1.<sup>a</sup> instância condena-o em € 100.000. A perdeu € 50.000, o R. perdeu € 100.000. A recorre para a Relação que aumenta o montante para € 125.000. A é beneficiado em € 25.000 em relação ao decidido pela 1.<sup>a</sup> instância, mas continua a ser prejudicado, agora em 25.000 (porque pediu inicialmente € 150.000). R é prejudicado em € 25.000.

Para a teoria da dupla conforme plena, se as decisões não exatamente iguais, não há lugar a dupla conforme.

Agora de acordo com as teorias mitigadas, para TEIXEIRA DE SOUSA, existe dupla conforme para o A porque saiu beneficiado. R pode interpor recurso porque foi prejudicado. R foi prejudicado em 25.000, pelo que pode interpor recurso de acordo com o n.º1 do art.º 629 porque é superior a metade da alçada da Relação. Mas se o R interpor recurso, então também o A pode, porque para este autor existe a possibilidade de recurso subordinado em sede de dupla conforme.

De acordo com LOPES DO REGO, se a Relação aumentou o montante, existe aqui uma parcela inovatória e nenhuma das partes pode interpor recurso porque existe dupla conforme.

Do exposto, se pode perceber que estas últimas teorias contendem com a regra da sucumbência.

É que, de acordo com o exemplo fornecido, se a decisão da Relação foi desfavorável ao A em € 25.000, de acordo com o peticionado em 1.<sup>a</sup> instância, poderia este interpor recurso porque o valor da sua sucumbência é superior a metade da alçada da Relação, portanto superior a € 15.000, cfr. vem previsto no n.º1 do art.º 629.

Mas, de acordo com estes autores, não poderia o A interpor recurso por sobre ele se verificar dupla conforme.

Por estas razões, defendemos uma posição absoluta da dupla conforme – em especial, concordamos com as posições de NUNO PISSARRA e RUI PINTO - que para além de não contender com a regra da sucumbência enquanto regra de admissibilidade do recurso, é a teoria que mais adequação apresenta quando fazemos uma interpretação à norma da dupla conforme, pois atende aos seus elementos literal, histórico e teleológico.

É que mais importante que isto, como veremos adiante, o surgimento destas teorias mitigadas, para além de terem colocado em causa o princípio da legalidade, ao desconsiderar por completo o requisito de admissibilidade previsto no n.º1 do art.º 629, mais não fizeram que dividir a jurisprudência na aplicação da regra dupla conforme, originando assim uma disparidade irrisória no tratamento de situações idênticas.

Veja-se a título de exemplo, as seguintes acórdãos do Supremo que, com base na mesma legislação, resultaram em decisões opostas:

- No acórdão de 1 de Fevereiro de 2017<sup>177</sup> entendeu-se que, tendo o acórdão da Relação reduzido o montante de indemnização de € 150.000,00, relativamente à indemnização devida aos demandantes a título de perda do direito à vida, fixado pelo acórdão coletivo do tribunal de 1.<sup>a</sup> Instância, para a quantia de € 120.000,00, no que concerne a este segmento, *“não restam dúvidas não existir uma total coincidência quantitativa entre o acórdão coletivo do tribunal de 1.<sup>a</sup> instância e*

---

<sup>177</sup> Processo n.º 335/08.4GAPMS.C2 (Rosa Tching).

*acórdão do Tribunal da Relação” pelo que nesta parte, se verifica uma dupla conforme, não sendo admissível o recurso”.*

- No acórdão de 13 de fevereiro de 2014<sup>178</sup>, decidiu-se que *“se a decisão de 1.ª instância condena o réu em determinado montante e, em recurso de apelação, por este interposto, a Relação reduz parcialmente tal condenação, é inadmissível a interposição de recurso de revista para o STJ, por se verificar aquela dupla conformidade”* pois *“seria uma incoerência vedar o recurso em caso de dupla conforme total e admiti-lo em caso em que a decisão foi mais favorável para o recorrente, que teve menor sucumbência”*.

Vejamos por sua vez, um segundo grupo de casos do Supremo:

- No acórdão de 14 de dezembro de 2017, já referido anteriormente,<sup>179</sup> tendo a sentença da 1ª instância condenado a ré a pagar ao autor as quantias de € 155.000,00 e de € 25.000,00, a título de indemnização pelo dano biológico e pelos danos não patrimoniais, respetivamente, e tendo o acórdão recorrido fixado em € 75.000,00 a indemnização devida pelo dano biológico e em € 30.000,00 a indemnização por danos não patrimoniais, entendeu-se que *“não se verifica a dupla conforme impeditiva da admissibilidade da revista “normal”, nos termos do art. 671.º, n.º 3, do CPC, quando, apesar de reconhecido pelas instâncias o direito do autor às indemnizações pelo dano biológico e pelos danos não patrimoniais, o acórdão recorrido reduziu o quantum indemnizatório a pagar pela ré, seguradora, ao autor, subsistindo divergências no tocante ao valor a arbitrar para ressarcimento dos danos em causa”*.
- Igualmente, no acórdão de 9 de novembro de 2017, também já referido anteriormente,<sup>180</sup> entendeu o Supremo, que *“aferindo-se a dupla conforme pelo teor das decisões finais, não existe esse obstáculo, quanto à autora, quando a sentença fixou a indemnização global devida à autora em € 65 809,59 e o*

---

<sup>178</sup> Processo n.º4747/08.5TGBSXL.L1.S1 (Granja Fonseca).

<sup>179</sup> Supra, pág. 76.

<sup>180</sup> Supra, pág. 76.

*acórdão recorrido a reduziu para € 53 087,07 e também não existe quanto aos réus por, no acórdão recorrido, se ter adoptado fundamentação essencialmente diferente no que respeita aos critérios seguidos para fixar a indemnização por danos patrimoniais futuros (art. 671.º, n.º 3, do CPC)”.*

Ora, tanto no primeiro, como no segundo grupo, ambas as instâncias dissentiram nos montantes condenatórios atribuídos, sendo que o resultado a que chegaram foi diferente: no primeiro grupo considera-se que existe dupla conforme e não é admitido recurso e no segundo, ocorre exatamente o oposto.

Em primeiro lugar, as decisões contidas em ambos os grupos são praticamente idênticas, porquanto existe uma identidade da situação de facto. Ambas se subjazem à mesma legislação, contudo ambas foram alvo de decisões diferentes. No primeiro grupo, a Relação decidiu no mesmo sentido que a 1.<sup>a</sup> instância embora tenha condenado numa quantidade diferente, porquanto entendeu-se que mesmo assim se verificava uma dupla conforme. No segundo grupo, tendo a Relação condenado num montante inferior ao da 1.<sup>a</sup> instância, entendeu-se que diferindo do decidido pela 1.<sup>a</sup> instância, não se poderia estar perante uma dupla conforme. Repare-se contudo que se tratam de acórdãos de 2017, pelo que são contemporâneos das teorias da *dupla conforme mitigada*, e ainda assim não se fizeram sentir na jurisprudência.

Tendo isto em conta, defendemos que é necessário uma afirmação quanto à regra da dupla conforme. É que com base na mesma norma da dupla conforme, a jurisprudência tem decidido de forma diferente, consoante a posição doutrinária que defenda, o que reveste uma incongruência que torna até necessária a intervenção do Supremo no seu papel de uniformização de jurisprudência, tanto pretendida!

Face a isto, não podemos continuar a ignorar a profunda necessidade de um acórdão uniformizador. No final de contas, é para evitar decisões completamente discricionárias – como seja, verdadeiras decisões surpresas – que existe a lei. Se uma determinada norma não cumpre o seu objetivo de transmitir a confiança jurídica na comunidade, então, essa lei deve ser alterada e adaptada para que o consiga.

Por isso, até que algum dia seja proferido acórdão uniformizador, não pode a comunidade jurídica continuar na insegurança e inconstância que é o Supremo, na aplicação da dupla conforme, pelo que propomos que se torna necessária uma alteração

legislativa ao n.º3 do art.º 671 do CPC. Uma que assuma uma posição de entre estas teorias. Pelo que, nesse sentido, acreditamos que deverá o legislador assumir uma posição plena da dupla conforme. Acreditamos que a imposição da figura da dupla conforme sempre visou a sua aplicação plena e irrestrita, na medida em que face ao exposto, não é possível, sem obter consequências negativas, defender qualquer outra.

Adotar uma posição mais maleável da dupla conforme, contenderá sempre com outro requisito de admissibilidade, precisamente porque a regra da dupla conforme reside no *sentido* da decisão.

De facto aceitamos a ideia de que uma alteração pela Relação ao montante da 1.ª instância, num montante insignificante, como seja em € 200,00, não justifica a admissão de recurso para o Supremo.

Mas essa desnecessidade não se deve – nem pode - aferir em sede de dupla conforme, mas sim em sede de admissibilidade subjetiva, contida no n.º1 do art.º 629.

Assim, propomos, a título de exemplo, uma alteração legislativa ao referido n.º3 do art.º 671, nos moldes seguintes:

*Sem prejuízo dos casos em que o recurso é sempre admissível, não é admitida revista do acórdão da relação, que confirme irrestritamente, sem voto de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão proferida pela primeira instância, salvo nos casos previstos no artigo seguinte.*

Entendemos que é necessária uma alteração legislativa nos moldes indicados, de modo a eliminar a profunda disparidade de tratamentos que tem existido em sede de admissibilidade de recurso. Não podem os juizes conselheiros continuar a aplicar soluções diferentes, a casos concretos que apresentem a mesma situação de facto e se subsumam à mesma legislação, consoante a posição que assumam. Permitir um panorama nestes moldes, trará sempre, sem sombra de dúvida, uma margem de discricionariedade que não pode existir em sede de admissibilidade do recurso de revista para o Supremo Tribunal da Justiça.

## - CONCLUSÃO -

De tudo o exposto na presente dissertação, estamos então preparados para tecer algumas conclusões.

A dupla conforme funciona como pressuposto negativo que obsta à admissibilidade do recurso de revista a interpor para o Supremo Tribunal de Justiça.

Para estarmos perante esta figura, o acórdão da Relação deverá ter confirmado, sem voto de vencido, e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão da 1.<sup>a</sup> instância, caso em que, não poderá a parte que pretenda recorrer do acórdão da Relação, interpor tal recurso para o Supremo, sendo que se verifica uma situação de dupla conforme. Isto é, se a Relação decidiu no mesmo sentido que a 1.<sup>a</sup> instância, então deixa de haver necessidade de apreciação por uma terceira instância.

Esta figura foi interposta definitivamente com a reforma de 2007, tendo como grande motivação a racionalização no acesso ao Supremo, de modo a reforçar a sua vertente de uniformização de jurisprudência que viria ficando cada vez mais limitada pela quantidade elevada de recursos interpostos de acórdãos da Relação.

Desta forma, para que se verifique a dupla conforme, deverão estar preenchidos três requisitos: ausência de votos de vencido, conformidade essencial de fundamentação e por último, mas não menos importante, a conformidade decisória.

O requisito da ausência de voto de vencido pressupõe que, no âmbito da Relação, tenha existido unanimidade de votos de entre os juízes conselheiros. A sua razão de ser prende-se com o facto de que da totalidade de quatro juízes (os três da Relação e o juiz de 1.<sup>a</sup> instância) a decisão foi no mesmo sentido, então não existe grande margem para dúvidas quanto ao acerto da mesma.

Quanto ao requisito da fundamentação, para que exista dupla conforme, não deverá a Relação ter adotado uma fundamentação essencialmente diferente da adotada pela 1.<sup>a</sup> instância. Este requisito, como pudemos ver, nasceu num passado mais próximo que os outros, sendo que até à reforma de 2013, era indiferente para efeitos da dupla conforme a fundamentação utilizada pela Relação. Contudo, a introdução desta figura veio originar alguma destabilização no seio da jurisprudência, sendo que se tornou algo difícil e discricionário, interpretar o que seria ou não, essencialmente diferente.

Por último, o requisito da conformidade decisória, apesar de parecer o mais simples, tem sido alvo de maior discordância. Nomeadamente, tanto na doutrina, como

na jurisprudência, duas teses distintas se pronunciaram: uma primeira, de tom mais tradicional – *a tese da dupla conforme absoluta* – na qual se defende que uma conformidade decisória se deverá traduzir numa exata identidade entre o acórdão da Relação e a decisão da 1.<sup>a</sup> instância. A outra, mais recente, e mais liberal – *tese da dupla conforme mitigada* – cujo grande impulsionador foi TEIXEIRA DE SOUSA, pretendeu alargar o âmbito de situações que se subsumissem à figura da dupla conforme, considerando ainda como tal, casos em que a Relação condenasse num montante superior ou inferior ao da 1.<sup>a</sup> instância, sendo que não seria lógico permitir o recurso ao recorrente, no caso em que a Relação condenasse no mesmo montante, mas já permitir se a mesma condenasse num montante superior, sendo que a parte sairia beneficiada com o acórdão da Relação.

Esta última teoria, ainda que com alguma lógica e bastante pragmatismo, mais não fez que destabilizar o equilíbrio decisório no âmbito da jurisprudência superior.

Com a introdução desta teoria, foram sendo adotados dois tipos de decisões diferentes pelos juízes conselheiros, com base na mesma legislação. Ora, tais ocorrências vieram trazer nada mais, nada menos, que decisões-surpresa no âmbito deste tribunal superior, sendo que os recursos foram, e vão sendo, admitidos ou não, consoante a posição adotada pelos juízes aos quais o processo é distribuído, traduzindo-se assim numa enorme discricionariedade na admissibilidade do recurso de revista.

Entendemos que é tempo de uma alteração legislativa ao preceito constante no n.º3 do art.º 671 do Código de Processo Civil que prevê a dupla conforme. Não poderá a parte que pretende recorrer para o Supremo, estar numa posição de vulnerabilidade e imprevisão total quanto à admissibilidade do seu recurso, quando a admissibilidade do mesmo vem até previsto na lei. A lei existe e foi criada precisamente para evitar decisões-surpresa. Pelo que, não se deve continuar a permitir que estes juízes conselheiros decidam sobre a admissibilidade do recurso, com base na sua posição pessoal – consoante defendam a teoria absoluta ou a teoria mitigada – ao invés de, com fundamento na própria lei.

Por todas estas razões, defendemos – e acreditamos que seja de facto, o mais adequado para uma maior estabilidade jurídica - uma alteração legislativa à norma da dupla conforme, que siga no sentido da teoria absoluta. Isto porque, defender uma teoria mitigada da dupla conforme, é, como tivemos oportunidade de ver ao longo da presente dissertação, insustentável e impraticável. Qualquer teoria que tente exaustivamente interpretar qual a desconformidade quantitativa que é ou não relevante em sede de dupla

conforme passará sempre por um critério que tenha em conta a posição do recorrente. Mas como dissemos, a dupla conforme é um pressuposto de admissibilidade objetiva que deve ser aferida tendo em conta o *sentido* da decisão, e não a *posição* do recorrente, cfr. sustentam NUNO PISSARRA e RUI PINTO. O requisito de admissibilidade subjetivo que tem em consideração a posição do recorrente já existe, e reside no n.º1 do art.º 629 do CPC, no que se refere à regra da sucumbência, que não pode ser confundida com a regra da dupla conforme. Por estas razões, acreditamos que a única posição sustentável terá de ser a teoria absoluta da dupla conforme, que assenta numa exata sobreposição das decisões de ambas as instâncias. Acreditamos até que, pela estruturação de todas as normas que constituem e se relacionam com a regra da dupla conforme, que foi esta a intenção do próprio legislador.

Para além do mais, aplicar a dupla conforme aos casos em que as decisões de ambas as instâncias se sobrepõem totalmente, e também aos casos em que não se sobreponham, é alargar em demasia o âmbito da dupla conforme a casos que já em nada se relacionam com a sua *ratio*. É que rejeitar o recurso quando as decisões são exatamente idênticas, e rejeitar também quando tais decisões não sejam exatamente idênticas quantitativamente, acaba por ser até uma abolição completa do terceiro grau de jurisdição.

Na nossa opinião, estas ocorrências destapam o véu por de cima do verdadeiro propósito da instituição da dupla conforme – o de evitar a sindicância das decisões das Relações. É que, como se tem vindo a denotar, com a institucionalização desta figura, pode-se afirmar que uma grande percentagem dos acórdãos das Relações se resumem a confirmar o que já vem sendo decidido pela 1.ª instância, evitando assim que haja recurso desses acórdãos para o Supremo. Não negamos que foi de facto uma boa forma de evitar que a instância superior se veja obstruída com uma série de recursos, não lhe sendo possível concretizar a sua mais importante missão: a de uniformizar e criar jurisprudência. Mas também não podemos negar, que se trata de uma forma subtil de as Relações evitarem assim que grande parte dos seus acórdãos sejam apreciados e avaliados pela instância superior.

Não obstante ser deveras importante reforçar e clarear o funcionamento das instâncias de recurso, não podemos esquecer que o direito ao recurso existe e serve para proteger o cidadão. E para além do direito ao duplo grau de jurisdição, tem este direito também – como grande parte da doutrina e da jurisprudência defende – ao terceiro grau de jurisdição, o qual não pode ser limitado, discricionariamente.



- BIBLIOGRAFIA -

AAVV., *Estudos Comemorativos dos 10 Anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa - Volume II, Estudos de Homenagem*, Coord. Diogo Freitas do Amaral, Marta Tavares de Almeida e Carlos Ferreira de Almeida, Almedina, 2008.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código de Processo Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Universidade Católica Editora, 3ª Edição, 2009.

CORDEIRO, Menezes, *Tratado de Direito Civil Português II, Direito das obrigações, Tomo I*, Almedina, 2009.

FARIA, Paulo Ramos de, e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil, Volume II*, Almedina, Lisboa, 2014.

FERREIRA, J. O. Cardona, *Guia de Recursos em Processo Civil*, 5ª Edição, Coimbra Editora, 2010.

- *Guia de Recursos em Processo Civil – Actualizado à luz do CPC de 2013*, 6ª Edição, Coimbra Editora, 2014.

FURTADO, Jorge Pinto, *Recursos em Processo Civil (de acordo com o CPC de 2013)*, Quid Iuris Sociedade Editora, 2013.

GERALDES, António Santos Abrantes, *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, 3.ª edição, Almedina, 2016;

- *Recursos em Processo Civil – Novo Regime*, 3.ª edição Revista e actualizada, 2010.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Recursos em Processo Civil* - Reforma de 2007, Coimbra Editora, 2009;

- *A Regulamentação dos Recursos no Futuro Código de Processo Civil*, Texto que serviu de base a uma exposição oral feita no Centro de Estudos Judiciários em 26 de abril de 2013, no Curso de Especialização “Temas de Direito Civil”, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Texto\\_comunicacao\\_Armindo\\_Mendes.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Texto_comunicacao_Armindo_Mendes.pdf) e consultado em 28-04-2019.

MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, Almedina, 2014.

PINTO, Rui, *O Recurso Civil. Uma Teoria Geral*, AAFDL Editora, Lisboa, 2017;

- *Notas ao Código de Processo Civil, Volume II, Artigos 546.º a 1085.º*, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2015.

- *Código de Processo Civil Anotado*, Volume II, Editora Almedina, 2018.

PISSARRA, Andrade Nuno, *Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva*, Volume II, *Breves notas sobre os arts. 678.º, 691.º, 721.º e 721.º-A do Código de Processo Civil*, Universidade Católica Editora, 2014.

SILVA, Germano Marques da, *Curso de Processo Penal, Volume III*, Editoria Verbo, 3ª Edição, 2009.

SILVA, Pereira da, *Recursos em Processo Civil: Abordagem Crítica à Última Reforma*, intervenção no “Colóquio Sobre Processo Civil” promovido pelo Supremo Tribunal da Justiça, em 27 de maio de 2010, disponível em [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2010/05/coloquioprocessocivil\\_pereirasilva.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2010/05/coloquioprocessocivil_pereirasilva.pdf) e consultado em 23-05-2019.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *Dupla Conforme: critério e âmbito da conformidade*, Cadernos de Direito Privado, n.º 21 Janeiro/Março 2008;

- *As Partes, o Objeto e a Prova na Ação Declarativa*, Lex- Edições jurídicas, 1997;

- *Introdução ao Direito*, Edições Almedina, 2012.

-*Dupla Conforme e Recurso Subordinado*, disponível em <https://blogippc.blogspot.com/2014/07/dupla-conforme-e-recurso-subordinado.html>, e consultado em 23-05-2019.

- JURISPRUDÊNCIA -

Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça:

- Ac. de 11-07-2013, processo n.º 105/08.0TBRSD.P1-A.S1 (Lopes do Rego)
- Ac. de 10-12-2015, Revista n.º 1497/08.6TVLSB.S1 (Álvaro Rodrigues)
- Ac. de 13-11-2014, Revista n.º 1483/11.9TBVIS.P1.S1 (Alves Velho)
- Ac. de 01-03-2012, Revista n.º 35/11. 8TBGMR.G1.S1 (Sebastião Póvoas)
- Ac. de 16-10-2012, Processo n.º 10376/08.6TBMAI.P1.S1
- Ac. de 01-04-2014, Revista n.º 2024/11.3TVLSB.L1.S1 (Maria Clara Sottomayor)
- Ac. de 28-04-2014, processo n.º 473/10.3TBVRL.P1-A.S1 (Abrantes Geraldês)
- Ac. de 08-01-2015, Incidente n.º 346/11.2TBCBR.C2-A.S1 (João Bernardo)
- Ac. de 24-03-2015, Revista n.º 360/12.0T2AND.C1.S2 (João Camilo)
- Ac. de 30-04-2015, Incidente n.º 6543/13.9YYPR.T-A.P1-A.S1 (Abrantes Geraldês)
- Ac. de 18-06-2014, processo n.º 4189/09.5TBOER.L1.S1 (Álvaro Rodrigues).
- Ac. de 31-05-2016, Revista n.º 109/14.3T8CMN.G1.S1 (Maria Clara Sottomayor)
- Ac. de 21-10-2014, Revista n.º 262/09.8TBFND.C1.S1 (Helder Roque)
- Ac. de 13-11-2014, Revista n.º 165/09.6TVPR.T.P1.S1 (Tavares de Paiva)
- Ac. de 20-11-2014, Revista n.º 3479/10.9TBGDM-B.P1.S1 (Abrantes Geraldês)
- Ac. de 19-02-2015, Revista n.º 302913/11.6YIPRT.E1.S1 (Lopes do Rego)
- Ac. de 03-07-2014, Revista n.º 1122/08.5TBAMD.L1.S1 (Abrantes Geraldês)
- Ac. de 01-03-2016, Revista n.º 1813/12.6TBP.NF.P1.S1 (Fonseca Ramos)
- Ac. de 12-03-2015, Incidente n.º 2495/11.8TBVFR.P1.S1 (Fernandes do Vale)
- Ac. de 09-07-2015, Revista n.º 818/06.0TCFUN.L2.S1 (Helder Roque)
- Ac. de 21-01-2016, Processo n.º 806/10.2TBPTL.G1.S1 (Pires da Rosa)
- Ac. de 18-09-2014, Revista n.º 630/11.5TBCBR.C1.S1 (Silva Gonçalves)
- Ac. de 28-05-2015, Revista n.º 1340/08.6TBFIG.C1.S1 (Lopes do Rego)
- Ac. de 16-06-2016, Revista n.º 551/13.7TVPR.T.P1.S1 (Maria dos Prazeres Beleza)
- Ac. de 06-02-2014, processo n.º 291/11.1TVLSB.L1.S1 (Bettencourt de Faria)
- Ac. de 19-10-2016, Processo n.º 3/13.5TBVR.G1-A.S1 (António da Silva)

Ac. de 10-03-2016, processo n.º 1602/10.2TBVFR.P1.S1 (Tomé Gomes)

Ac. de 04-06-2015, processo n.º 7412/08.0TBCSC.L1.S1 (Pires da Rosa)

Ac. de 29-10-2009, processo n.º 1449/08.6TBVCT.G1.S1 (Santos Bernardino)

Ac. de 10-05-2012, Processo nº 645/08.0TBALB.C1.S1 (Lopes do Rego)

Ac. de 22-02-2017, processo nº 811/10.9TBBJA.E1.S1 (Lopes Rego)

Ac. de 07-07-2010, processo n.º 5/08.3TBGDL.E1.S1 (Silva Salazar)

Ac. de 08-09-2011, processo n.º 880/08.1TBVRS.E1.S1 (Silva Salazar)

Ac. de 03-02-2011, processo n.º2435/08.1TBSTS (Sebastião Póvoas)

Ac. de 06-05-2010, processo n.º 409018/08.9YIPRT.C1.S1 (Silva Salazar)

Ac. de 16-02-2012, processo n.º 27/09.7TBHRT.L1.S1 (Silva Salazar)

Ac. de 07/12/2016, processo n.º 8514/12.3TBVNG.P2.S1 (Olindo Geraldes)

Ac. de 09/11/2016, processo n.º2035/11.9TJVN.F.G1.S1 (Maria da Graça Trigo)

Ac. de 14/12/2017, processo n.º589/13.4TBFLG.P1.S1 (Fernanda Isabel Pereira)

Ac. de 12-07-2011, processo n.º 203/08.0YYPRT-A.P1.S1 (João Bernardo)

Ac. de 16-11-2011, processo n.º 808/08.9TTVCT.P1.S1 (Fernandes da Silva)

Ac. de 05/07/2012, processo n.º696/03.1PAVCD.P1. S1 (Santos Carvalho)

Ac. de 30/10/2012, processo n.º 258101/08.0YIPRT.L1.S1 (Abrantes Geraldes)

Ac. de 13-02-2014, processo n.º 4747/08.5TBSXL.L1.S1 (Granja Fonseca)

Ac. de 12-01-2017, processo n.º 3931/12.1TBBCL.G1.S1 (João Bernardo)

Ac. de 25-01-2017, processo n.º 1729/08.0JDLSB.L1.S1 (Rosa Tching)

Ac. de 01-02-2017, processo n.º 335/08.4GAPMS.C2 (Rosa Tching)

Ac. de 14/04/2015, processo n.º 294/2002.E1.S1 (Maria Clara Sottomayor)

Ac. de 17-06-2010, processo n.º 1195/08. OTBBRR.L1.S1 (Sebastião Póvoas)

Ac. de 05-05-2015, processo n.º 1805/08.0TBVIG.P1-1.S1 (Gabriel Catarino)

#### Outros Acórdãos:

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 16-11-2017, processo n.º 42/14.9TBALJ.G1 (José Alberto Moreira Dias)